



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 025 – QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i></p>		
<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i></p>		
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		PROCURADORIA PARLAMENTAR
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder <i>Tião Viana</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> <i>José Jorge</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB - 12</p> <p>Líder <i>Arthur Virgílio</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder <i>Jefferson Péres</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Alvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS - 3</p> <p>Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i></p> <p>Vice-Líder <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 18. 03. 2003

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA COMUNICA ÀS SENHORAS E SENHORES SENADORES QUE AS SESSÕES DELIBERATIVAS ORDINÁRIAS DAS QUINTAS-FEIRAS SERÃO REALIZADAS ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 37, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.....	04006
Nº 38, de 2003, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.....	04006
Nº 39, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.	04006
Nº 40, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.	04006
Nº 41, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	04007
Nº 42, de 2003, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.	04007

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

- Nº 1, de 2003, que altera a Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, para incluir o inciso IX “despesas gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de Amortização no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B. M. 04008
- Nº 2, de 2003, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal. 04008
- Nº 3, de 2003, que a autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinqüenta mil dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano. 04008

3 – ATA DA 20ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2003

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2003 (nº 1.978/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação. 04010
- Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2003 (nº 1.998/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croátia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croátia, Estado do Ceará. À Comissão de Educação. 04010
- Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2003 (nº 2.005/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação. 04010
- Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2003 (nº 2.060/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte. À Comissão de Educação. 04010
- Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2003 (nº 2.203/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM S. L. –, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul. À Comissão de Educação. 04010
- Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2003 (nº 1.956/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina. À Comissão de Educação. 04028
- Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2003 (nº 2.052/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Vale do Aço Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação. 04034
- Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2003 (nº 1.750/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo. À Comissão de Educação. 04040
- Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2003 (nº 996/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança do Vale –

ACREV/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04043	Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. À Comissão de Educação.	04070
Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2003 (nº 1.280/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04047	Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2003 (nº 1.727/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. À Comissão de Educação.	04077
Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003 (nº 1.344/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04050	Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2003 (nº 2.220/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas. À Comissão de Educação. ...	04084
Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2003 (nº 1.521/01, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04053	Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2003 (nº 1.754/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04092
Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2003 (nº 1.594/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.	04055	3.2.2 – Pareceres (*)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2003 (nº 1.599/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrazulense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação. .	04059	Nº 138, de 2003, da Comissão de Educação, relativo à Indicação nº 4, de 2002, de iniciativa do Senador Reginaldo Duarte, que sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará.	04094
Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2003 (nº 1.675/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. À Comissão de Educação.	04062	Nº 139, de 2003, da Comissão Diretora, oferecendo a Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997, de autoria da Comissão Temporária do El Niño, que altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.	04096
Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2003 (nº 1.714/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACJH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de jacaré dos Homens, Estado de Alagoas. À Comissão de Educação.	04065	(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 1.3.4)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2003 (nº 1.717/02, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaíba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto		3.2.3 – Comunicação da Presidência	
		Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 14 a 33, de 2003, lidos anteriormente.	04096
		3.2.4 – Leitura de requerimentos	
		Nº 126, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. À Mesa para decisão.	04096

Nº 127, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão. 04097

Nº 128, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (nº 4.649/1998, na Casa de Origem), que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Será votado após a Ordem do Dia. 04097

3.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Rebate críticas sobre aumento da violência no campo.. 04098

SENADOR PAPALÉO PAES – Necessidade de determinação para realizar as reformas essenciais que estão sendo elaboradas pelo governo. 04101

SENADOR TASSO JEREISSATI – Discurso de estréia de S.Exª, destacando a questão do desenvolvimento regional. 04104

SENADOR JEFERSON PÉRES, como Líder – Críticas a nota do **Informe JB** que alega que S.Exª estaria pleiteando a relatoria na Comissão de Ética, do processo contra o Senador Antonio Carlos Magalhães. 04111

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres..... 04112

SENADOR TIÃO VIANA – Apoio ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres. 04112

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Considerações ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati. 04112

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Contestação ao discurso otimista do Senador Aloizio Mercadante, no que diz respeito à melhora dos índices econômicos. 04114

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Realização, hoje, no auditório Petrônio Portela, da II Convenção Nacional da Micro e Pequena Empresa. 04115

3.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 129, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jean Luc Lagardère. **Aprovado**, após usar da palavra o autor..... 04115

Nº 130, de 2003, de autoria do Senador Ramez Tebet, de homenagens de pesar pelo falecimento de José Barbosa Rodrigues. **Aprovado**, tendo usado da palavra o autor..... 04117

Nº 131, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, de homenagens de pesar pelo falecimento de Rubens Cardoso de Jesus. À publicação. 04117

Nº 132, de 2003, do Senador Mão Santa, solicitando a retirada do Requerimento nº 86, de 2003, de sua autoria. **Deferido**. 04118

Nº 133, de 2003, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando ao Ministro da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 04118

Nº 134, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando à Ministra de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão. 04118

3.2.7 – Leitura de Indicação

Nº 1, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, sugerindo o estudo, no âmbito da Comissão mais adequada, do problema da violência no Brasil, pelos motivos que expõe. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 04120

3.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 135, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, de retirada do Requerimento nº 63, de 2003, de sua autoria. **Deferido**. 04120

Nº 136, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, de retirada do Requerimento nº 64, de 2003, de sua autoria. **Deferido**. 04120

3.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 9, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resolução nºs 40, de 2001, e nº 43, de 2001. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 04120

3.2.10 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário o comparecimento do Ministro Ricardo Berzoini na sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos. 04121

Recebimento da exposição do Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini..... 04121

3.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 137, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que condena a intervenção militar unilateral dos Estados Unidos da América, Reino Unido e Austrália, no Iraque e manifesta preocupação quanto aos seus desdobramentos econômicos e geopolíticos. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Eduardo Suplicy, tendo sido apoiado por todos os Srs. Senadores presentes. 04122

3.2.12 – Ofícios

S/nº, de 18 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 04125

Nº 45/03, de 18 do corrente, da Liderança do PPS no Senado Federal, de substituição de

membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 110, de 2003.....	04125	Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2003 (Parecer nº 142, de 2003-CDIR). Aprovada. À promulgação.	04132
Nº 67/03, de 18 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 110, de 2003.....	04126	Item 4 (Incluído na pauta, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 118, de 2003 – art.336, II, do Regimento Interno)	
Nº 69/03, de 18 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de desligamento do Senador José Jorge, como suplente, da Comissão de Legislação Participativa.	04126	Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2003 (nº 2228/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	04134
3.3 – ORDEM DO DIA		Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2003 (Parecer nº 143, de 2003-CDIR). Aprovada. À promulgação.....	04134
Item 1		Item 4-A	
Projeto de Resolução nº 1, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 71, de 2003, Relator: Senador Romero Jucá), que altera a Resolução nº 66, de 2002, para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi Le-Israel B.M. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	04126	Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal). Votação adiada para o dia 30 de abril de 2003 , nos termos do Requerimento nº 138, de 2003, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá, João Capiberibe, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Leonel Pavan e Siba Machado. (<i>Retornará à Ordem do Dia na data aprovada</i>).	04135
Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2003 (Parecer nº 140, de 2003-CDIR). Aprovada. À promulgação.	04127	Item 5	
Item 2		Mensagem nº 60, de 2003 (nº 60/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 140, de 2002 (nº 350/2002, na origem), indicando o senhor Ângelo Andrea Matarazzo, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia. Aprovada.	04138
Projeto de Resolução nº 3, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal. Aprovado , tendo usado da palavra os Srs. César Borges e Antonio Carlos Magalhães. À Comissão Diretora para redação final.	04127	Item 6	
Redação final do Projeto de Resolução nº 3, de 2003 (Parecer nº 141, de 2003-CDIR). Aprovada. À promulgação.	04127	Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2001 (nº 1.670/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Discussão adiada para o dia 30 de abril de 2003 , nos termos do Requerimento nº 139, de 2003.	04139
Item 3			
Projeto de Resolução nº 6, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Fernando Bezerra), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, referente ao primeiro empréstimo programático para reformas relativas ao desenvolvimento humano. Aprovado , após usarem da palavra a Sra. Heloísa Helena e os Srs. Fernando Bezerra, Aloizio Mercadante e Romero Jucá. À Comissão Diretora para redação final.	04129		

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências. **Aprovados** os Requerimentos nºs 140 e 141, de 2003, solicitando que, além da Comissão de Assuntos Econômicos seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais, tendo usado da palavra o Sr. Aelton Freitas. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. 04139

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2001 (nº 903/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul. **Aprovado.** À promulgação. 04140

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2001 (nº 302/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À promulgação. 04141

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2001, que renova a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de São João Del Rei – MG. **Aprovado.** À promulgação. 04141

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2002, que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim – RO. **Aprovado.** À promulgação. 04142

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2002, que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho – RO. **Aprovado.** À promulgação. 04142

3.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 128, de urgência para Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (nº 4.649/1998, na Casa de Origem), lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** A matéria constará da pauta da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 04143

3.3.2 – Ofício

Nº 72/03, de 19 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membros para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Aprovadas** as indicações, nos termos do expediente lido. 04143

3.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Decisão do PMDB de participar do Governo, adotando uma postura de colaboração e independência, bem como de não afastamento de sua linha programática. 04143

SENADOR *ALOIZIO MERCANDANTE*, como Líder – Compromisso do Governo Lula da construção de uma política de alianças para a aprovação das reformas estruturais. 04146

SENADOR *JORGE BORNHAUSEN*, como Líder – Preocupação com a questão da segurança pública e em particular a do Estado do Rio de Janeiro. Apoio e defesa do PFL à proposta do Prefeito César Maia intitulada “Uma proposta de segurança pública para o Rio de Janeiro”. 04148

3.3.4 – Leitura de Parecer

Nº 144, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2002 (nº 2.088/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco. 04154

3.3.5 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Crítica a carta de intenções do Governo brasileiro junto ao FMI. 04156

3.3.6 – Comunicação da Presidência

Retificação dos despachos apostos aos Requerimentos nºs 112 e 114, de 2003, para remetê-los à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 04157

3.3.7 – Leitura de requerimento

Nº 142, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Frei Quirino. 04157

3.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MAGNO MALTA* – Reverência à memória do Senador Dirceu Cardoso, falecido no último dia 7 de março. 04157

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Parabenzando o trabalho realizado pela Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. 04158

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Relato de S. Ex^a sobre sua visita ao Município de Pedro Afonso das obras da passarela sobre o rio Sono. 04159

SENADOR *HÉLIO COSTA* – Transcrição do artigo do jornalista Fábio Doyle, publicado no **Diário da Tarde** de 17 do corrente, sob o título: “Itamar merece respeito”. 04159

SENADOR *AMIR LANDO* – Benefícios para a melhoria do ensino superior com a contratação de professores para as vagas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. 04161

SENADOR *RENILDO SANTANA* – Considerações sobre dados educacionais apresentados na Publicação Geográfica Brasileira de 2001, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. 04162

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Exposição de motivos para a instalação de nova refinaria de petróleo no Estado do Maranhão. 04163

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Homenagem póstuma pelo falecimento, nesta manhã, do jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, Presidente do Grupo Correio do Estado, de Campo Grande. 04164

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Preocupação com a utilização de invasões rurais por parte dos Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, ocorridas nas últimas semanas, como instrumento de reivindicação pela Reforma Agrária. 04164

3.3.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, destinada ao comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Ricardo Berzoini. 04166

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Paulo Otávio, proferido na sessão de 10 de março de 2003. 04167

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 19-3-2003

6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 32 e 33, de 2003. 04167

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 2.589 a 2.647, de 2003. 04169

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 735, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de julho de 2002, que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2003(*)

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 14.3.2003

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2003

Altera a Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, para incluir o inciso IX “despesas gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de Amortização no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B. M.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 4º

IX – despesas gerais: limitadas a até 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato.” (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 7º da Resolução nº 66, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

IV – amortização: o montante de cada desembolso dividido em número de parcelas semestrais iguais ao número de períodos de juros que existem no período, começando na data do desembolso e terminando na data final de repagamento [102 (cento e dois) meses após a data de efetividade do acordo];

.....” (NR)

Art. 3º A contratação das operações de crédito externo a que se refere a Resolução nº 66, de 2002, deverão efetivar-se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2003

Restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É restabelecida, com novo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para o exercício da autorização, a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal, que autoriza o Estado da Bahia, a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais), já autorizada pelas Resoluções nºs 68, de 1998, e 71, de 1999, ambas do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2003

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil

dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – valor: até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos);

IV – finalidade: Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2003;

VI – amortização: 5 (cinco) parcelas semestrais consecutivas correspondendo cada uma a 20% (vinte por cento) do valor total do empréstimo, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2011 e a última em 15 de fevereiro de 2013;

VII – juros: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a cada período de pagamento, à taxa flutuante **libor** de 6 (seis) meses para empréstimos em dólar norte-americano, acrescida de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

VIII – comissão à vista: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o Contrato entrar em efetividade;

IX – comissão de compromisso: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não-desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), em diante;

X – modalidade “Empréstimo de **Spread Fixo**”, prevendo, inclusive, a possibilidade de:

a) conversão de moeda;

b) conversão dos juros de flutuantes para fixos e vice-versa; e

c) estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação dos juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 20ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Heráclito Fortes*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Álvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

– Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2003 (nº 1.978/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Amparo, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2003 (nº 1.998/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croata, Estado do Ceará;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2003 (nº 2.005/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2003 (nº 2.066/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2003 (nº 2.203/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM S.L Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul;

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 14, DE 2003**

(Nº 1.978/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 29, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223. da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de janeiro de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Fundesul, na cidade de Porto Seguro-BA,

2 – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, na cidade de Vitória da Conquista-BA;

3 – Fundação LMFC Educativa e Cultural, na cidade de Três Marias-MG;

4 – Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira, na cidade de Amparo-SP;

5 – Fundação Cultural Padre Luiz Bartholomeu, na cidade de Pirassununga-SP; e

6 – UNISANTA – Universidade Santa Cecília, na cidade de São Vicente-SP.

Brasília, 21 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 773 EM

Brasília, 5 de dezembro de 200

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o inciso projeto de decreto que trata da outorga de con-

cessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Fundesul, na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia (Processo nº 53000.00360210);

- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia (Processo nº 53000.003568/01);

- Fundação LMFC Educativa e Cultural, na cidade de Três Marias, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.0000200/03);

- Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.000961/01);

- Fundação Cultural "Padre Luiz Bartholomeu", na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.001948/01);

- UNISANTA – Universidade Santa Cecília, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001202/00).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Fundesul, na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia (Processo nº 53000.03602/01);

II – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia (Processo nº 53000.003568/01);

III – Fundação LMFC Educativa E Cultural, na cidade de Três Manas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710000200/00);

IV – Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo (Processo nº 253000.000961/01);

V – Fundação Cultural “Padre Luiz Bartholomeu”, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.001948/01);

VI – UNISANTA – Universidade Santa Cecília, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo (Processo nº 253830.001202/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Marco Maciel**.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
DE RADIODIFUSÃO

PARECER Nº 174/2001

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.000961/01

INTERESSADA: Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira.

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão.

EMENTA: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento.

I – Os Fatos

A Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira, com sede na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, requer-lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Amparo, São Paulo, mediante a utilização do canal 31 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, microfilmado, sob o nº 9.194, aos 14 dias do mês de junho de 2000, na cidade de Pedreira, São Paulo, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de três anos, conforme artigo 16, do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Antônio José Pires, cabendo a ele a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. José Ricardo Lazarini e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pelo Sr. Airton Pintor.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no DOU de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU**, de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 93, 96 e 98 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **subcensura**.

Brasília, de julho de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico. De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão. Brasília, 6 julho de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga. À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão. Brasília, 7 de agosto de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 7 de agosto de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2003

(Nº 1.998/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 797, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 143, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 784, de 14 de dezembro de 2001 – Centro Social, Educacional e Cultural da Zona Norte, na cidade de Juiz de Fora – MG;

2 – Portaria nº 793, de 14 de dezembro de 2001 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho – PB, na cidade de Salgadinho – PB;

3 – Portaria nº 794, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Informação Livre de João Neiva, na cidade de João Neiva – ES;

4 – Portaria nº 795, de 14 de dezembro de 2001 – Associação da Rádio Comunitária Liberdade 92,1 FM, na cidade de Ibatiba – ES;

5 – Portaria nº 796, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Farialemense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Faria Lemos – MG;

6 – Portaria nº 797, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, na cidade de Croatá – CE;

7 – Portaria nº 799, de 14 de dezembro de 2001 – Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista, na cidade de Santa Brígida – BA;

8 – Portaria nº 800, de 14 de dezembro de 2001 – Associação São Sebastião de Rádio e Comunicação, na cidade de Nova Serrana – MG; e

9 – Portaria nº 820, de 21 de dezembro de 2001 – Associação da Rádio Comunitária de Iracema – RR, na cidade de Iracema – RR.

Brasília, 5 de março de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 78 EM

Brasília, 25 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, na cidade de Croatá, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53650.000568/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 797, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000568/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, com sede na Rua Coronel Raimundo Melo nº 172, Centro, na cidade de Croatá, Estado do Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 04°24'48"S e longitude em 40°54'10"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 429/2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.650.000.568/99, de 31-3-99.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, localidade de Croatá, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, inscrita no CGC sob o número 02.273.232/0001-49, no Estado do Ceará, com sede na Rua Cel. Raimundo Melo, 172, Centro, Cidade de Croatá, CE, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 22 de março de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de setembro de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório*** atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, comple-

mentando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98) está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- Ata de constituição e eleição de dirigentes;
- Declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face aos ditames legais pertinentes;
- Manifestações de apoio da comunidade;
- Plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- Informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 196 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório*** informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Torquato Braz, s/nº, Cidade de Croatá, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 04º24'48" S de latitude e 40º54'10" W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-99, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 108, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

– Informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

– Compatibilização de distanciamento do canal;

– Situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena-planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

– Outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para alteração estatutária e apresentação do subitem 6.7, incisos II, IV, V e VIII, e posteriormente o subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, fls. 110, 138, 155, 178 e 186).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 163, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

– Identificação da entidade;

– Os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

– Características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– Diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 174 e 175.15.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Santa Fé de Croata

– quadro diretivo

Presidente	Francisco Uchoa Macedo
Vice-Presidente	Francisco Luciano Farias
1ª Secretária	Ana Tereza Rodrigues Barbosa
2ª Secretária	Anerisneide Uchôa Macedo de Aragão
1º Tesoureiro	Sônia Maria de Farias Rodrigues
2º Tesoureiro	Maria L. Veras Farias
Suplente	Antônia Alves do Nascimento
Suplente	Maria Auzeni do Nascimento
Suplente	José Vieira do Nascimento

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Torquato Braz, s/nº, Cidade de Croatá, Estado do Ceará

– coordenadas geográficas

04°24'48"S de latitude e 40°54'10"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 163 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM”, fls. 174 e 175, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Santa Fé de Croatá, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.000.568/99, de 31 de março de 1999.

Brasília, 22 de novembro de 2001. – **Érica Alves Dias**, Relatora da conclusão jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica .

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 23 de novembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de novembro de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 16, DE 2003**

(Nº 2.005/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 5 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 256, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49. inciso XII combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova – CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curralinho-PA;

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, na cidade de Virginópolis-MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho-RS;

5 – Portaria nº 537, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo-RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Palmeira das Missões-RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas-MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo-AL;

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na Palmeira dos Índios-AL;

10 – Portaria nº 132, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA;

11 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA;

11 – Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul – PI;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares-AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais – SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira-MG;

15 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia-GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama-PR; e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva, na cidade de Belém – PA.

Brasília, 11 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 267 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.00009212002, de interesse da Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a ou-

torga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com legislação a aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que me deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 249 , DE 5 DE MARÇO DE 2002.

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.000092/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

– **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PARECER Nº 28/2002

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.000092/02

INTERESSADA: Fundação Cultural e Educativa Serro Azul

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão

EMENTA: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, com sede na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 293 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A-10”, sob o nº 3.712, aos 18 dias do mês de dezembro de 2001, na cidade de Itabira, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de duração de quatro anos, de acordo o artigo 6º do Estatuto da entidade, está ocupado pela SRA. Cândida Izabel Campos Moraes, cabendo a ela a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Secretário, ocupado pela SRA. Maria Emília Campos de Moraes e de Diretor Tesoureiro, ocupado pelo Sr. Silvério Bragança.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”.....

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU**, de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles, juntadas às fls. 15, 22 e 30 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **subcensura**.

Brasília, 25 de fevereiro de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 25 de fevereiro de 2002. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga Substituto.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 25 de fevereiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento

Brasília, 25 de fevereiro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2003

(Nº 2.066/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 787, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 156, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades.

1 – Portaria nº 782, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Moradores de Boa Vista, na cidade de Olho d'Água das Flores – AL

2 – Portaria nº 783, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária e Cultural de Coruripe na cidade de Coruripe – AL;

3 – Portaria nº 785, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto, na cidade de São José da Tapera – AL;

4 – na cidade de São Gabriel – RS;

5 – Portaria nº 787, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN, na cidade de Campo Redondo – RN;

6 – Portaria nº 789, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária Amigos da Vida, na cidade de Cordeiro – RJ;

7 – Portaria nº 791, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu, na cidade de Rio Bonito do Iguaçu – PR; e

8 – Portaria nº 792, de 14 de dezembro de 2001 – Associação Bonfim Esperança -ABESPE, na cidade de Bonfim – MG

Brasília., 11 de março de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 69 EM

Brasília, 25 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN, na cidade de Campo Redondo; Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53780.000129/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais. 5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 787 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de atas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53730.000129198, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN, com sede na Rua Vivaldo Pereira, s/nº – Centro, na cidade do Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1991, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares

Art 3º. A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º14'33" e longitude em 36º10'59"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art 4º. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato deliberatório.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RELATÓRIO Nº 319/2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.780.000.129/98, de 14-8-1998.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo – ARCCR, localidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. A Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo – ARCCR, inscrita no CNPJ sob o número 12.981.494/0001-11, Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Vivaldo Pereira, s/nº, Centro, Cidade de Campo Redondo – RN, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 12-8-1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no *Diário Oficial da União – DOU*, de 5-11-1998, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declara-

ção de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 05 a 161 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Vivaldo Pereira, s/nº, Centro, Cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 06°14'33"S de latitude e 36°10'59"W de longitude, consoantes os dados constantes no aviso no *DOU* de 5-11-1998, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 66 e 69 a 72, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I e II da Norma nº 02/98, alteração estatutária, comprovante de válida existência das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico) da Norma nº 02/98 (fls. 73 a 161).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 79, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 162 e 163.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

nome

Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo – ARCCR.

quadro diretivo

Presidente: José Valtécio Anaminondas

Vice-Presidente: Aluizio Antunes Penha

1º Secretário: José Walquires Anaminondas

2º Secretário: Kerginaldo Rocha de Souza

1º Tesoureiro: Manoel Joventino Filho

2º Tesoureiro: Edison Ferreira de Araújo

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Vivaldo Pereira, s/nº, Centro, Cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte;

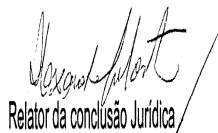
coordenadas geográficas

06º 14' 33" S de latitude e 36º 10' 59" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 79 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 162 e 163, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo – ARCCR, no senti-

do de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.780.000.129/98, de 14 de agosto de 1998.

Brasília, 21 de setembro de 2001.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de setembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2003

(Nº 2.203/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM S. L. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 362, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio FM S. L. Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 298, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, servi-

ços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 286, de 19 de março de 2002 – Medina FM Ltda., na cidade de Medina-MG;

2 – Portaria nº 288, de 19 de março de 2002 Futura FM Minas Cidade de Monte Santo Ltda., na cidade de Monte Santo de Minas-MG;

3 – Portaria nº 310, de 19 de março de 2002 – Sistema de Comunicação Camargo Gonçalves Ltda., na cidade de Primavera do Leste-MT;

4 – Portaria nº 311, de 19 de março de 2002 – Continental Comunicações Ltda., na cidade de São José do Xingu-MT;

5 – Portaria nº 319, de 19 de março de 2002 – Rádio Educadora Nova Geração Ltda., na cidade de Nova Brasilândia-MT;

6 – Portaria nº 344, de 19 de março de 2002 – Rádio Rio Verde Ltda., na cidade de Baependi-MG;

7 – Portaria nº 345, de 19 de março de 2002 – Sistema de Rádio Difusora Astolfo Dutra Ltda., na cidade de Astolfo Dutra-MG;

8 – Portaria nº 358, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., na cidade de Antônio Dias-MG;

9 – Portaria nº 359, de 19 de março de 2002 – Rádio Pioneira Andrelândia Ltda., na cidade de Andrelândia-MG;

10 – Portaria nº 360, de 19 de março de 2002 – TV Norte Ltda., na cidade de Açucena-MG;

11 – Portaria nº 362, de 19 de março de 2002 – Rádio FM S.L. Ltda., na cidade de Ivinhema-MS;

12 – Portaria nº 363, de 19 de março de 2002 – Sistema Riopardense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribas do Rio Pardo-MS;

13 – Portaria nº 365, de 19 de março de 2002 – Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., na cidade de Frutal-MG e;

14 – Portaria nº 378, de 19 de março de 2002 – Rádio Som da Terra Ltda., na cidade de Poxoréo-MT.

Brasília, 24 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 404 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 18/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de

1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM S.L. Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 362, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000900/2000, Concorrência nº 18/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM S.L. Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

SÉRGIO CANDIL LOPES, brasileiro, solteiro, comerciante, filho de Cipriano Candil Lopes e Nilce do Prado Lopes, nascido a 05 de Janeiro de 1.964, em Iporã, Estado do Paraná, residente e domiciliado à Rua Egas Bonilha de Toledo, n.º 646 – fundos, centro, no Município de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, portador da Cédula de identidade RG. n.º 192.831 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul e do CPF. n.º 312.302.881/04; CREUZA ROSA DA SILVA, brasileira, solteira, comerciante, filha de José Pereira da Silva e Celestina Rosa de Jesus, nascida a 03 de Julho de 1.967, em Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, residente e domiciliada à Rua Egas Bonilha de Toledo, n.º 646 – fundos, centro, no Município de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 386.060 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul e do CPF. n.º 436.397.631/49; constituem entre si e na melhor forma de direito, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e gestões serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: A sociedade denominar-se-a "RÁDIO FM S. L. LTRA FPE FM" com finalidade a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora, em Frequência ~~1140~~ ^{100,1} MHz, mediante autorização do Ministério das Comunicações, na forma da lei e da legislação ~~Vigente~~.

SEGUNDA: Os objetivos expressos da sociedade, na forma da Lei que disciplina e regulamenta os serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas educativos, informativos e recreativos, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial, para a recuperação de encargos da empresa e sua necessária expansão.

TERCEIRA: A sede e foro jurídico da sociedade tem como endereço a Rua Egas Bonilha de Toledo, n.º 646/A – centro, neste Município de Ivinhema/MS.

QUARTA: A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado e suas atividades iniciais terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o Ato de Outorga da concessão em seu nome, se necessário for sua dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

QUINTA: – A sociedade se compromete, por seus diretores e sócios não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia e expressa autorização do Ministério das Comunicações.

SEXTA: – As cotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a partido político. A sociedade poderá em sua alteração contratual, ter como sócio pessoas jurídicas com participação de até 30 % (trinta por cento) do capital, sem direito a voto, e pertencente exclusivamente e nominalmente a brasileiros natos.

SÉTIMA: – A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vir, e referente a legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

OITAVA: – A sociedade se compromete a manter em seu quadro de pessoal um mínimo de dois terço de empregados brasileiros natos.

NONA: – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de ter sido aprovado pelo Ministério das Comunicações.

DÉCIMA: – A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em lei.

DÉCIMA PRIMEIRA: – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

DÉCIMA SEGUNDA: O capital social no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dividido em 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, ficando assim distribuídos entre os sócios:

- a) – O sócio SÉRGIO CANDIL LOPES, com 22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalizando R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais);
- b) – A sócia CREUZA ROSA DA SILVA, com 22.500 (vinte e duas mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalizando R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais);

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>
1 – Sérgio Candil Lopes	22.500	22.500,00
2 – Creuza Rosa da Silva	22.500	22.500,00
S o m a s	45.000	45.000,00

DÉCIMA TERCEIRA: A integralização do Capital social será feita da seguinte forma:

- a) – 50% (cinquenta por cento) neste ato, em moedas corrente nacional;
- b) – 50% (cinquenta por cento) a ser integralizado em data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato da outorga da concessão a esta sociedade, em moedas corrente nacional.

DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade dos sócios, na forma da lei, fica limitada ao valor do capital social em sua totalidade;

DÉCIMA QUINTA: As quotas são indivisíveis em relação a sociedade que para cada uma delas só reconhece um proprietário;

DÉCIMA SEXTA: A sociedade será administrada pelo sócio *Sérgio Candil Lopes*, na qualidade de gerente geral, ao qual compete privativa e individualmente o uso da firma e a

representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

DÉCIMA SÉTIMA: As quotas não poderão ser cedidas a terceiros estranhos a sociedade, sem o consentimento expresso e escrito dos demais sócios bem como da autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e o sócio remanescente terá sempre preferência na aquisição das quotas do sócio retirante;

DÉCIMA OITAVA: Ao gerente geral no efetivo exercício de suas funções, perceberá a título de pró-labore, uma remuneração mensal, fixada anualmente pela sociedade;

DÉCIMA NONA: A sociedade não se dissolverá por morte, interdição, falência, insolvência ou retirada de qualquer dos sócios;

VIGÉSSIMA: O ano civil coincidirá com o ano fiscal, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de Dezembro de cada ano, data em que será levado a afeito o balanço geral do ativo e passivo da sociedade;

VIGÉSSIMA PRIMEIRA: Sempre que houver necessidade de atender a renovação de material de ordem técnica indispensáveis ao perfeito funcionamento da emissora a retirada de lucro líquido ficará suspensa e adiada.

VIGÉSSIMA SEGUNDA: O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

VIGÉSSIMA TERCEIRA: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de um "FUNDO DE RESERVA", que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. O fundo de reserva terá por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizado para aumento deste e compensação de prejuízo.

VIGÉSSIMA QUARTA: O saldo que existir, após a observância do disposto nas cláusulas anteriores, será distribuídos aos sócios, na proporção de suas cotas, podendo estes, entretanto deliberar por unanimidade, que seja mantido, no todo ou parte, em conta de "Lucros em Suspensão" ou reservado para o aumento de capital.

VIGÉSSIMA QUINTA: Em caso de falecimento de qualquer dos sócios, os herdeiros legais, maiores, brasileiros, natos, que tiverem prévia autorização do Governo Federal, através do órgão competente, poderão ser admitidos na sociedade, quando a maioria do capital assim decidir, desde que ainda aceitem e ratifiquem as condições vigentes no contrato social.;

VIGÉSSIMA SEXTA: Se aos sócios sobreviventes não convier, ou não existindo consenso da maioria, ou falta de autorização prévia do Governo Federal, aos legítimos sucessores, do sócio

falecido, a sociedade, ou sócios remanescentes pagarão a quem de direito a quota de capital e os haveres do sócio falecido, com base no último balanço se o falecimento ocorrer no primeiro semestre, e com base no próximo balanço, se o falecimento se verificar no segundo semestre do ano civil. O pagamento da importância total aos legítimos sucessores, será efetuado em quatro parcelas iguais vencíveis de três em três meses após a homologação da partilha.

VIGÉSIMA-SÉTIMA – Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, e pelos quais a sociedade se regerá, e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão sonora.

VIGÉSIMA-OITAVA – Quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, serão dirimidas de conformidade com as leis vigentes, ficando desde já eleito o foro da Comarca de Ivinhema/MS, para este fim.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual teor e forma, mediante a presença de duas testemunhas suas conhecidas, declarando os sócios que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

Ivinhema/MS., 17 de Maio (05) de 2.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 26 DEZ 2004

Sergio Candil Lopes
SÉRGIO CANDIL LOPES

Creuza Rosa da Silva
CREUZA ROSA DA SILVA

Dr. Júlio Montini Neto
Dr. Júlio Montini Neto
OAB/MS. – 4.937

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/05/2000
SOB O NÚMERO:
54 2 0069460 4
Protocolo: 00/006170-0
Nivaldo Domingos da Rocha
SECRETÁRIO GERAL

(À Comissão de Educação)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 2003**

(Nº 1.956/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 993, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 360, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jataí-GO.

2 – Portaria nº 361, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jaraguá-GO.

3 – Portaria nº 362, de 5 de julho de 2001 – Rádio Pontal do Sudoeste Goiano FM Ltda., na cidade de Acreúna-GO;

4 – Portaria nº 364, de 5 de julho de 2001 – Rádio JK FM Ltda., na cidade de Taguatinga-DF;

5 – Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., na cidade de Goiânia-GO;

6 – Portaria nº 370, de 5 de julho de 2001 – Rádio Serrana FM Ltda., na cidade de Dias D'Ávila-BA;

7 – Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Interativa de Comunicação Ltda., na cidade de Araranguá-SC;

8 – Portaria nº 428, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., na cidade de Blumenau-SC;

9 – Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pedro Canário-ES;

10 – Portaria nº 431, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pinheiros-ES;

11 – Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001 – Empresa de Comunicação Internacional Lula., na cidade de Itajaí-SC;

12 – Portaria nº 437, de 7 de agosto de 2001 – RB – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Ecoporanga-ES;

13 – Portaria nº 438, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitória Régia de Rádio Ltda., na cidade de Porto Velho-RO;

14 – Portaria nº 448, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Anchieta-ES; e

15 – Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001 – CV – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Joinville-SC.

Brasília, 17 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 515 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 159/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Interativa de Comunicação Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga.**

PORTARIA Nº 422, DE 7 DE AGOSTO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53820.000126/98, Concorrência nº 1 59/97-SSRJMC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ararangua Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

SISTEMA INTERATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA

JUCESC - CRICIÚMA
98/002864 7

CONTRATO SOCIAL

“AIRES JOAQUIM DE MEDEIROS FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Cecília Darós Casagrande, 150 Apartamento 1802, Centro em Criciúma, estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade, registro geral nº 6R/92.496, expedido pela SSI/SC em 16/08/1982, inscrito do CIC sob nº 029.320.329-68, DAGOBERTO ARNS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Almirante Barroso, 950, Centro em Criciúma, estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade, registro geral nº 6/R 452.750 expedida pela SSI/SC em 29/05/1955, inscrito no CIC sob o nº 341.945.259-49, e ESTELITA DA SILVA DE MEDEIROS, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à rua Cecília Darós Casagrande, 150 Apartamento 1802, Centro em Criciúma, estado de Santa Catarina, portadora da cédula de identidade, registro geral nº 6R/450.585, expedida pela SSP/SC em 04/09/1996, inscrito no CIC sob nº 807.521.879-53, tem entre si justo e contratado a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelo contrato social a seguir descrito:

I. - DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - SISTEMA INTERATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a qual se rege por este contrato social e disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá como sede e foro jurídico a cidade de Criciúma, comarca de Criciúma, Estado de Santa Catarina, à Rua Abrahmo Casagrande, 185 - Bairro São Luiz, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, iniciando-se suas atividades na data de assinatura deste contrato, podendo extinguir-se a qualquer momento, por deliberação da maioria dos sócios, e observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Constitui objeto da sociedade a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e seus serviços auxiliares, de qualquer modalidade, outros serviços de telecomunicações, jornais, revistas, na cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina e em qualquer outra localidade do território nacional, mediante concessão(ões) e/ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente; estúdios de gravações de vídeo e áudio, inclusive dublagem e mixagem sonora.

VLADIMIR DE MARCK
ADVOGADO - OAB/SC 8746

~PARÁGRAFO ÚNICO - Pelas atividades prestadas a empresa, sempre que necessário, terá um profissional devidamente habilitado pela entidade profissional competente e de acordo com a legislação em vigor.

II. - CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA QUINTA - O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), dividido em 40.000,00 (Quarenta Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real), cada uma, assim distribuídos entre os sócios quotistas:

QUADRO SOCIETÁRIO	PERCENTUAL	QUOTAS	REAL
AIRES JOAQUIM DE MEDEIROS FILHO	50,30	20.120	R\$ 20.120,00
DAGOBERTO ARNS	49,00	19.600	R\$ 19.600,00
ESTELITA DA SILVA DE MEDEIROS	0,70	280	R\$ 280,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	100	40.000	R\$ 40.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A integralização de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social será feita em moeda corrente do país, ou seja, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no ato da assinatura deste, outros 25% (vinte e cinco por cento) com a integralização de um terreno pertencente ao sócio Sr. Aires Joaquim de Medeiros Filho. Terreno com 463,27 m2 sito à Rua Projetada, Lote nº 09 da Quadra B, Loteamento Simão - Criciúma, estado de Santa Catarina, registro nº 01-32269 em 18/02/87. Registro geral Lv. nº 02 do cartório Rubens Costa - 1º Ofício Registro de Imóveis de Criciúma/SC. No valor de R\$ 10.000,00 (Deis mil reais) também no ato e os 25% (vinte e cinco por cento) restantes serão integralizados proporcionalmente em moeda corrente nacional num prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade dos sócios é na forma da legislação em vigor, limitada a importância do total do Capital Social.

III. - CESSÃO DE QUOTAS, INCAPACIDADE, RETIRADA E MORTE DE SÓCIOS

CLÁUSULA SÉTIMA - As quotas representativas do Capital Social, são indivisíveis em relação a sociedade, inalienáveis e incaucionáveis, não poderão ser, a qualquer título e com exceção das transmissões por herança, vendidas ou transferidas a terceiros, sem que seja dado direito de preferência aos sócios que não permanecerem, sendo-lhes assegurado tal preferência em igualdade de condições quando reservadas as disposições da cláusula décima primeira e seus parágrafos.

~ CLÁUSULA OITAVA - O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar a sua intenção aos demais sócios quotistas, por escrito, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Neste caso, o sócio que se retira terá direito a receber o valor patrimonial de suas quotas de capital, regularmente apurado e contabilizado no balancete do último dia do mês em que for feita a comunicação, pagando-se os haveres em 60 (sessenta) dias da data do balanço.

CLÁUSULA NONA - Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual aprovada pela maioria dos sócios, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data do evento.

CLÁUSULA DECIMA - Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotistas remanescentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a exonerar o quotista que deixar a sociedade, das garantias pessoais existentes, por eles prestadas em favor das obrigações contraídas pela sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O falecimento de qualquer um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, sub-rogando-se aos herdeiros do "de cujus" os mesmos direitos e obrigações proporcionais ao número de quotas de capital em que tiverem havidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os herdeiros sub-rogados nos direitos e obrigações recebidos por falecimento de um dos sócios, caso não tenham interesse de ingressar e/ou permanecer na sociedade, darão preferência ao herdeiro que tiver interesse para a aquisição de suas quotas do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os herdeiros não manifestem expressamente esse em quinze (15) dias, a preferência será do sócio que tiver alguma afinidade familiar ou de parentesco.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de não interesse, manifestado expressamente, dos herdeiros ou do sócio com afinidade familiar ou de parentesco, a preferência será dada aos outros sócios e após a terceiros para aquisição das quotas do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As quotas do Capital Social serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

IV. - ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A administração da sociedade compete ao sócio quotista AIRES JOAQUIM DE MEDEIROS FILHO, que terá a designação de Diretor com as respectivas atribuições conferidas por Lei e por este Contrato Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O diretor é dispensado de prestar caução para garantia de sua gestão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor, gerente, procurador ou funcionário da sociedade, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Compete ao Diretor isoladamente, a representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e consecução do fim social.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade poderá através de seu Diretor e mediante instrumento competente, constituir mandatários com poderes específicos para agirem em seu nome, cujos mandatos não poderão ultrapassar o ano civil, ressalvados os de natureza judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Pelo exercício da administração, caberá ao Diretor uma retirada mensal, a título de "pró-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotistas.

V. - EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - O exercício social, com o ano civil, e a seu término, a sociedade levantará um balanço geral de suas atividades, para apurar o resultado do período e elaborará as demonstrações financeiras exigidas por Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do resultado de cada exercício serão deduzidos antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após procedida as deduções referidas neste artigo, caberá ao Diretor uma participação de até 1% (Hum por cento), sobre os lucros remanescentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prejuízos, que por ventura se apurarem serão mantidos em conta especial, para serem amortizados nos 03 (três) exercícios seguintes, e não o sendo, serão suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O lucro líquido terá a destinação que for decidida pelo Diretor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Salvo disposições em contrário, o pagamento da participação e da distribuição de lucros será efetivado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por deliberação tomada pelo Diretor, pode a sociedade levantar balanços intermediários, mensais, trimestrais ou semestrais, bem como distribuir lucros a conta do resultado nestes balanços, ou da conta de lucros acumulados, na forma prevista em Lei.

VI. - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As deliberações sociais, ainda que importem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - As modificações no contrato social serão previamente submetidas à aprovação do Ministério das Comunicações ou outro órgão que venha substituí-lo nesta competência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A sociedade não poderá deter concessões/permissões para executar serviços de radiodifusão e telecomunicações além dos limites fixados na legislação em vigor.


CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as Leis, Decretos, Portarias, Regulamentos, Normas e Instruções vigentes, emanadas do poder concedente, referentes à execução de serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

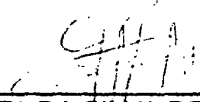
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os sócios quotistas, declaram que não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em Lei, nem nas restrições legais, que possam impedi-los de exercer atividades mercantis.

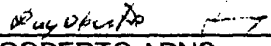
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Os casos omissos neste contrato serão regulados pela Legislação em vigor.

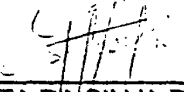
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas, para que se produza seus devidos e legais efeitos, obrigando-se todos a bem e fielmente cumpri-lo, por si, seus herdeiros, e/ou sucessores.

Criciúma/SC., 15 de Janeiro de 1998.

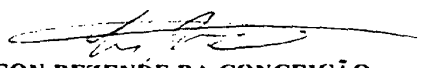

AIRES JOAQUIM DE MEDEIROS FILHO
CPF 029.320.329-68

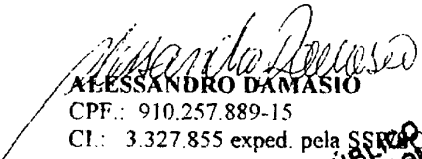

ESTELITA DA SILVA DE MEDEIROS
CPF 807.521.879-53


DAGOBERTO ARNS
CPF 341.945.259-49


ESTELITA DA SILVA DE MEDEIROS
ANUENTE
CPF 807.521.879-53

TESTEMUNHAS:


ANDERSON REZENDE DA CONCEIÇÃO
CPF: 017.604.079-09
CI.: 2.156.882 exped. pela SSP/SC


ALESSANDRO DAMASIO
CPF.: 910.257.889-15
CI.: 3.327.855 exped. pela SSP/SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em...
VLADIMIR DE MARCK
ADVOGADO - OAB/SC 8746

À Comissão de Educação

Publicado no Diário do Senado Federal de 20/03/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 20, DE 2003**

(Nº 2.052/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à TV Vale do Aço Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à TV Vale do Aço Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 30, DE 2002

Senhores membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Exas., acompanhado de exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do decreto de 15 de janeiro de 2002, que "outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros – PE (onda média);

2 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia – PE (onda média);

3 – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto – SP (onda média);

4 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó – AC (onda média);

5 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco – AC (onda média);

6 – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa – MA (onda média);

7 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia – MG (onda média);

8 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó – PE (onda média);

9 – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi – PR (onda média);

10 – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba – PR (onda média);

11 – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé – Miri – PA (onda média);

12 – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande – PB (onda média);

13 – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras – BA (onda média); e

14 – TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano – MG (sons e imagens).

Brasília, 21 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 779 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos editais, tornando-se assim vencedoras das concorrências, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Rádio Portal de Caxias Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa,

Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

Rádio e Televisão Libertas Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

Rádio AM Banda 1 Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Sesal – Comunicação e Informática Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

Rádio Cajazeiras FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC);

TV Vale do Aço Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

Nesta conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 15 JANEIRO DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

II – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

III – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

IV – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

V – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

VI – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

VII – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

VIII – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

IX – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

X – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

XI – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

XII – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

XIII – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunica-

ções, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

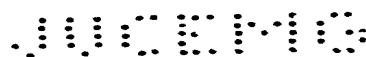
Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Marco Antonio Maciel**.

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA “TV VALE DO AÇO LTDA”.

CGC: 02 243 356 0001-81



ULISSES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, jornalista, residente em Belo Horizonte (MG), à rua 1º. de março, nº. 211, bairro Mangabeiras, CEP nº. 30.315-190, portador da Carteira de Identidade nº. M- 596.516, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº. 001.181.766-68; **RONALDO DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, advogado, residente em Ipatinga (MG), à avenida Carlos Chagas, nº. 68, apt. 302, bairro Cidade Nobre, CEP nº. 35.162-359, portador da Carteira de Identidade nº. M- 1.213.790, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº. 015.966.166-87 e **GUSTAVO AUGUSTO DE ATAÍDE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 08/09/76, na cidade de Belo Horizonte (MG), onde reside, à rua Leopoldina, nº. 806, bairro Santo Antônio, CEP nº. 30.330-230, portador da Carteira de Identidade nº. M- 5.996.186, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº. 030.585.666-97, **RESOLVEM**, por este instrumento, transferir suas quotas e alterar o contrato firmado da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, **TV VALE DO AÇO LTDA**, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 28/10/97, sob o nº. 312 053 1215-8 e 1ª. alteração contratual em 07/11/97, sob o nº. 1587312, com a finalidade de explorar serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de conformidade com as concessões e permissões que, para tanto, lhe venham ser outorgadas pelo Governo Federal, passando o ajuste, ora consolidado, a ter a seguinte redação:

Cláusula 1ª. – A sociedade girará sob a denominação de “**TV VALE DO AÇO LTDA**”, tendo sua sede e foro na cidade de Ipatinga (MG), à Rua Itajubá, nº. 80, Centro, CEP 35.160-035.

Parágrafo único – A sociedade pode abrir filiais e agências, em qualquer parte do território nacional, destacando para tanto o respectivo capital.

Cláusula 2ª. – A sociedade tem como objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens desde que, para tanto, o Governo Federal lhe outorgue concessão ou permissão.

Parágrafo único – A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sempre à legislação específica que reger os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, atendendo aos seguintes princípios no que se refere a produção e programação:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Cláusula 3ª. – A duração da sociedade é por prazo indeterminado, a partir de 20/10/97, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei específica.

Cláusula 4ª. – O capital social integralizado, pela metade, neste ato, em moeda corrente nacional, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real), assim distribuídas entre os sócios:

- d) o sócio Ulisses do Nascimento, com 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- e) o sócio Ronaldo de Souza, com 24.000 (vinte e quatro mil) quotas, no valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
- f) o sócio Gustavo Augusto de Ataíde Souza, com 1.000 (hum mil) quotas, no valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Parágrafo único – A metade do capital social, não integralizada, será integralizada, em moeda corrente nacional, até 60 (sessenta) dias da data de outorga de concessão ou permissão pelo Governo Federal.

Cláusula 5ª. – O sócio Ulisses do Nascimento retira-se da sociedade cedendo e transferindo todas as suas quotas (25.000 no valor de R\$ 25.000,00) para **VALÉRIA ZOROASTRO NASCIMENTO MENDONÇA DE CASTILHO**, brasileira, viúva, psicóloga, nascida em 28 de julho de 1963, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, onde reside na rua Primeiro de Março, nº. 211, no bairro Mangabeiras, CEP nº. 30.315-190, portadora da carteira de identidade nº. M-2.967.318, expedida pela SSP/MG, e do CPF nº. 620.424.596-15, cessão efetuada pelo valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

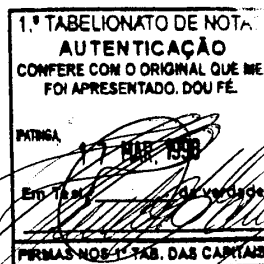
Cláusula 6ª. – Os sócios Ronaldo de Souza e Gustavo Augusto de Ataíde Souza retiram-se igualmente da sociedade cedendo e transferindo suas quotas, respectivamente 24.000 quotas, no valor de R\$ 24.000,00 e 1.000 quotas no valor de R\$ 1.000,00 para **SELME MARIA DE ATHAYDE**, brasileira, divorciada, advogada, residente em Ipatinga (MG), à rua Argentina, nº. 394, bairro Cariru, CEP nº. 35.160-083, portadora da Carteira de Identidade nº. M-1.213.789, expedida pela SSP/MG, e do CPF nº. 097.315.046-72, cessão efetuada pelo valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cláusula 7ª. – Os sócios cessionários pagam para os sócios cedentes, no presente ato de transferência de quotas, a metade já integralizada do capital social, devendo a outra parte do capital ser integralizada pelos sócios admitidos na forma do parágrafo único da cláusula 4ª.

Parágrafo único – Os sócios cedentes e cessionários dão entre si e para a sociedade plena, geral e irrevogável quitação para nada mais reclamarem uns dos outros ou da sociedade.

Cláusula 8ª. – Em razão das transferências de quotas o capital social fica assim distribuído:

Selme Maria de Athayde	25.000 quotas	R\$ 25.000,00
Valéria Zoroastro Nascimento Mendonça de Castilho	25.000 quotas	R\$ 25.000,00
Total	50.000 quotas	R\$ 50.000,00



Cláusula 9ª. – A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

Cláusula 10. – As quotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Cláusula 11. -- Ocorrendo a interdição ou falecimento de qualquer quotista, a sociedade poderá continuar com o sucessor ou sucessores do interditado ou falecido. Se o sucessor ou sucessores do falecido ou interditado, na pessoa do representante legal, não puderem ou não quiserem continuar com a sociedade, os haveres destes, apurados em balanço geral que se dará imediatamente, serão pagos em dez prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, vencendo-se a primeira prestação 90 (noventa) dias, contados da data do falecimento ou interdição. Se, entretanto, o falecimento ou a interdição ocorrerem dentro de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do último balanço, deverá ele ser tomado como base, para pagamento dos haveres do falecido ou do interditado.

Cláusula 12. -- A sociedade será administrada em conjunto ou separadamente pelas sócias-diretoras Selme Maria de Athayde e Valéria Zoroastro Nascimento Mendonça de Castilho, as quais, dispensadas de prestar caução, compete praticar atos normais de administração perante empregados, fornecedores e as demais repartições públicas e autarquias, representar a sociedade em Juízo e socialmente e especialmente perante o Ministério das Comunicações ou qualquer órgão que lhe suceda, responsabilizando-se pela programação da emissora, competindo também praticar atos perante clientes, estabelecimentos bancários, destacadamente perante do Banco do Brasil S/A, responsabilizando-se pelo movimento financeiro da sociedade.

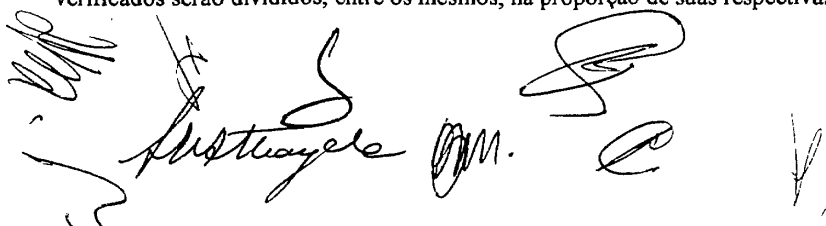
Parágrafo único – As diretoras terão direito a retiradas mensais, a título de pro-labore, até o limite fixado pela legislação vigente.

Cláusula 13. – A direção da sociedade é e será sempre exercida por brasileiro nato ou naturalizado, há mais de dez anos, a quem caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual, o qual somente será investido no cargo depois de ter sido aprovado pelo Ministério das Comunicações.

Parágrafo único – É absolutamente vedado aos diretores a utilização da denominação social para avais, fianças, endossos, aceites ou abono em geral, em favor de terceiros e estranhos aos negócios sociais.

Cláusula 14. – A sociedade poderá se fazer representar também, em Juízo ou fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos. Sempre que a lei o exigir, conforme sejam os poderes outorgados, o procurador ou procuradores deverão ter seus nomes aprovados previamente pelo órgão competente do Governo Federal, devendo ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Cláusula 15. – Encerrado o ano social em 31 de dezembro e procedido o balanço geral os prejuízos serão suportados proporcionalmente pelos sócios ou os lucros verificados serão divididos, entre os mesmos, na proporção de suas respectivas quotas.



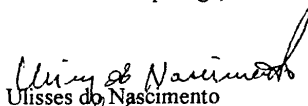
Cláusula 16. – Alterações deste contrato, nos termos da legislação específica em vigor, dependem de prévia aprovação do Ministério das Comunicações e todas as deliberações sociais serão tomadas pelos sócios que representam a maioria do capital social.

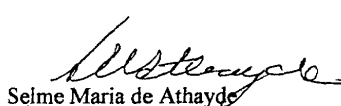
Cláusula 17. – Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente contrato, os sócios elegem o foro desta Comarca, no Estado de Minas Gerais.

Cláusula 18. – Os contratantes declaram, sob responsabilidade individual e as penas da lei, que não incorrem nas proibições de arquivamento previstas na legislação pertinente.

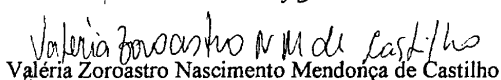
Estando justos e combinados, assinam os contratantes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, indo a primeira a registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, passando a prevalecer, entre os sócios e perante terceiros, exclusivamente o disposto neste instrumento social consolidado.

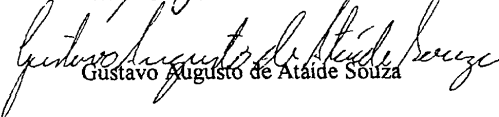
Ipatinga, 25 de fevereiro de 1998.


Ulisses do Nascimento

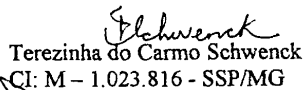

Seilme Maria de Athayde

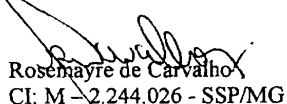

Ronaldo de Souza

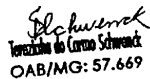

Valéria Zoroastro Nascimento Mendonça de Castilho

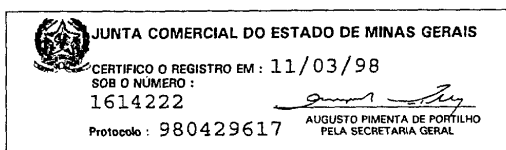

Gustavo Augusto de Ataíde Souza

TESTEMUNHAS:


Terezinha do Carmo Schwenck
CI: M - 1.023.816 - SSP/MG


Rosemary de Carvalho
CI: M - 2.244.026 - SSP/MG


Terezinha do Carmo Schwenck
OAB/MG: 57.669



À Comissão de Educação

Publicado do Diário do Senado Federal de 20/03/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 21, DE 2003**

(Nº 1.750/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 444, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 996, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 424, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda, na cidade de Barro Alto – GO;

2 – Portaria nº 425, de 7 de agosto de 2001 – Ita Ondas S/C Ltda, na cidade de Hidrolândia – GO;

3 – Portaria nº 426, de 7 de agosto de 2001 – Robi – Rádio e Comunicações Ltda, na cidade de Machadinho D'Oeste – RO;

4 – Portaria nº 427, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Centro-Norte de Comunicação Ltda., na cidade de Rio Quente – GO;

5 – Portaria nº 429, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda, na cidade de São Miguel do Araguaia – GO;

6 – Portaria nº 436, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Comunicativa FM Ltda, na cidade de Jussara – GO;

7 – Portaria nº 439, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitoriosa de Comunicações Ltda., na cidade de Senador Canedo – GO;

8 – Portaria nº 440, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

9 – Portaria nº 444, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda, na cidade de Santa Leopoldina – ES; e

10 – Portaria nº 446, de 7 de agosto de 2001 – Telecomunicações Formoso Ltda, na cidade de Montividiu – GO.

Brasília, 17 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 522 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 129/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda, obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 444, DE 7 DE AGOSTO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº

1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000290/98, Concorrência nº 129/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunica-

ções, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos regais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

CONTRATO SOCIAL DA FIRMA “SISTEMA ALAN KARDEC DE RÁDIODIFUSÃO LTDA”

NILCEIA LÚCIA LEANDRO SOUZA, brasileira, casada, aposentada, nascida aos 26.03.55, natural de Pancas-ES, portadora da Cédula de Identidade nº 261.209 SSP/ES e do CIC (MF) nº 317.417.467-87, residente à Rua Eugênio Netto, 321, Apto. 101 - Praia do Canto, Vitória-ES, CEP: 29055-270,

SUERLLEY MORAES LEANDRO, brasileira, casada, do lar, nascida aos 31.12.69, natural do Espírito Santo, portadora da Cédula de Identidade nº 830.027 SSP/ES e do CIC (MF) nº 001.782.757-43, residente à Gama Rosa, 143, Apto. 901 - Centro, Vitória-ES. CEP: 29015-100.

Resolvem de comum acordo contratar uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA I - A Sociedade terá a denominação “SISTEMA ALAN KARDEC DE RÁDIODIFUSÃO LTDA” e terá sede à Rua Eugênio Netto, 321 - Sala 03 - José de Anchieta, Serra-ES.

CLÁUSULA II - A Sociedade terá por objetivo a Radiodifusão e Serviços de Comunicação em Geral.

CLÁUSULA III - A responsabilidade dos sócios é limitada à totalidade do capital social.

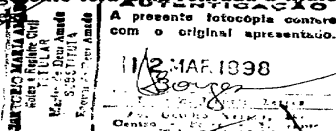
CLÁUSULA IV - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - A Sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios. Os herdeiros do falecido ou interditado, mediante concordância expressa de outro sócio, poderão permanecer na Sociedade ou ter haveres em balanço patrimonial a ser levantado na data do evento. Neste caso a liquidação desses créditos será feita em 12 (Doze) prestações mensais e sucessivas.

CLÁUSULA VI - O Capital Social é de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) divididos em 15.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Hum Real), integralizado neste ato à vista e em moeda corrente do país, dividido entre os sócios da seguinte forma:

SUERLLEY MORAES LEANDRO	9.000 QTS	R\$ 9.000,00	60%
NILCEIA LÚCIA LEANDRO SOUZA	6.000 QTS	R\$ 6.000,00	40%
TOTAL	15.000 QTS	R\$ 15.000,00	100%

CLÁUSULA VII - A gerência da Sociedade ficará sob a responsabilidade da sócia **SUERLLEY MORAES LEANDRO**. A sócia gerente terá uma retirada a título de pró-labore, de acordo com a capacidade econômica da empresa.



CLÁUSULA VIII - Os sócios declaram não estarem incursos em nenhum crime previsto em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA IX - Os resultados financeiros, bem como lucro ou prejuízo, serão apurados em balanço regular a cada 31 (Trinta e Um) de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA X - Na presente Sociedade ficará vetado o uso do nome da firma para fianças, avais ou abonos de qualquer natureza, senão em negócios de interesse direto da mesma, podendo entretanto para os sócios haver a troca de avais.

CLÁUSULA XI - Os sócios ficam logo investidos nas funções, estando dispensados de prestarem caução prevista em lei.

CLÁUSULA XII - Fica eleito o Foro da Comarca da Serra-ES, para dirimir quaisquer dúvidas, contestações ou casos omissos que porventura vierem a surgir.

E, por estarem justos e contratados, lavra-se o presente instrumento de Contrato Social em 03 (Três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (Duas) testemunhas.

SERRA (ES), 09 DE FEVEREIRO DE 1998.

Suerlleymoraes Leandro
SUERLLEY MORAES LEANDRO

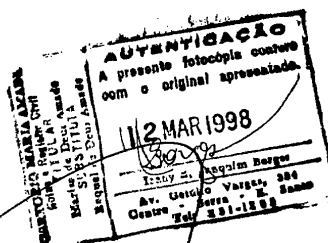
Nilcéia Lucia Leandro Souza
NILCEIA LÚCIA LEANDRO SOUZA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM ORIGINAL
19 JUN 2001

TESTEMUNHAS:

Juciara R. Revoredo
JUCIARA R. REVOREDO
CI Nº 1.206.799 SSP/ES

Mª de Lourdes Rodrigues
Mª DE LOURDES RODRIGUES
CI Nº 814.687 SPTC/ES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CERTIFICADO E REGISTRO EM: 12/02/98

SÓCIO NÚMERO:
12200931824

Protocolo: 980074355

MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIA GERAL

À Comissão de Educação

Publicado do Diário do Senado Federal de 20/03/2003

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2003**

(Nº 996/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança do Vale – ACREV/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 453, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança do Vale – ACREV/FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.604, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 451, de 14 de agosto de 2000 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical – (ARCA), na cidade de Angical – BA

2 – Portaria nº 453, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança do Vale – ACREVJFM, na cidade de Salto Grande – SP;

3 – Portaria nº 454, de 14 de agosto de 2000 – Associação e Movimento Comunitário Rádio Liberdade Comunitária FM, na cidade de Taubaté-SP;

4 – Portaria nº 456, de 14 de agosto de 2000 – Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú-IRC, na cidade de Coreaú-CE;

5 – Portaria nº 458, de 14 de agosto de 2000 – Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD, na cidade de Massapê-CE;

6 – Portaria nº 459, de 14 de agosto de 2000 – Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC, na cidade de Cachoeira – BA

7 – Portaria nº 460, de 14 de agosto de 2000 – Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete, na cidade de Alegrete-RS;

8 – Portaria nº 461, de 14 de agosto de 2000 – Associação Cultural e Educativa de Vera Cruz do Oeste, na cidade de Vera Cruz do Oeste-PR

9 – Portaria nº 462, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quitandinha, na cidade de Quitandinha-PR.

10 – Portaria nº 465, de 14 de agosto de 2000 – ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia, na cidade de Mozarlândia – GO;

11 – Portaria nº 466, de 14 de agosto de 2000 – ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, na cidade de Itupeva-SP;

12 – Portaria nº 470, de 14 de agosto de 2000 – Associação Rádio Comunitária de Venda Nova do Imigrante, na cidade de Venda Nova do Imigrante-ES;

13 – Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000 – Associação Cultural, Social e Artístico da cidade de Lavínia, na cidade de Lavínia – SP;

14 – Portaria nº 472, de 14 de agosto de 2000 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga, na cidade de Urussanga-SC;

15 – Portaria nº 473, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, na cidade de Luminárias – MG;

16 – Portaria nº 479, de 14 de agosto de 2000 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde, na cidade de Jacanga-SP;

17 – Portaria nº 483, de 14 de agosto de 2000 – Entidade Cultural e Beneficente de Piraí, na cidade de Piraí-RJ; e

18 – Portaria nº 485, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Pontal, na cidade de Pontal-SP.

Brasília, 31 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 463/MC

Brasília, 11 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança–ACREV/FM, com sede na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao Pleito, a que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.002113/98, que ora faço

acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 453, DE 14 DE AGOSTO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53530.002113/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão Esperança do Vale – ACREV/FM, com sede na Rua José Adarino Sinicio, nº 71, Bairro Centro, na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º53'08"S e longitude em 49º58'52"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPERANCA DO VALE/FM.

ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 2003, o Sr. José Adairino Sinício nº 53, Vila São Paulo, Salto Grande, Estado de São Paulo, reuniu-se com os senhores abaixo nomeados e qualificados para o fim de constituírem uma entidade civil sem fins lucrativos, os senhores ao final nomeados e qualificados, para a presidência, por aclamação, o Sr. DONIZETE DA SILVA JARDIM, que convidou a mim MARCIA SARMENTO GAMA para secretariar a sessão e redigir a respectiva ata, ficando assim constituída a mesa. Em seguida, o Sr. Presidente, declarando a finalidade da presente reunião, disse que a finalidade da presente reunião é a constituição de uma Entidade Civil sem fins lucrativos e de duração por tempo indeterminado, sob a denominação social de ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPERANCA DO VALE/FM a mesma usada por abreviatura ACREV/FM e deliberar sobre os estatutos que deveriam reger a vida da Associação e as relações dos associados entre si, mandando proceder a sua leitura. Depois da leitura, foram os referidos estatutos postos em discussão e, como não houvesse qualquer objeção sobre os seus dispositivos, foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade, valendo esta deliberação por uma declaração expressa da vontade livre de todos os presentes em fundar a Entidade. A seguir, após consultar a assembléia, o Presidente declarou definitivamente constituída, desta para o futuro, a ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO ESPERANCA DO VALE/FM, com sede na cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, na Rua José Adairino Sinício nº 53, Vila São Paulo, tendo como objetivo principal a prestação de serviços de radiodifusão de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo: noticiários de esporte e lazer, infantis entre outros, sendo seus fundadores todos os associados cujos nomes, qualificações e residências se encontram discriminados na presente ata e na lista nominativa de associados, qua fica fazendo parte integrante deste ato constitutivo. Em seguida, o Sr. Presidente disse que, estando constituída a Entidade, dava-a por oficialmente instalada e convidava os presentes para procederem à eleição. Realizada a eleição, foram eleitos nesta data os seguintes sócios fundadores para a DIRETORIA EXECUTIVA, conforme se segue: **Presidente: DONIZETE DA SILVA JARDIM**, brasileiro, casado, mecânico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 16.745.070 (SSP/SP), e do CPF/MF. nº 100.545.578-36, residente e domiciliado nesta cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Robles Godoy nº 285; **Vice-Presidente: ALEXANDRE SARMENTO GAMA**, brasileiro, solteiro, maior, mecânico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 26.152.816-6 (SSP-SP), e do CPF/MF. nº 250.927.198-93, residente e domiciliado nesta cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Robles Godoy nº 285; **1º Secretário: MARINA APARECIDA GAMA**, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 15.258.702 (SSP-SP) e do CPF/MF. nº 257.265.650-27, residente e domiciliada nesta cidade de Salto Grande, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Robles Godoy nº 285; **2º Secretário:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 2003**

(Nº 1.280/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 709, de 14 de novembro de 2000, que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação

MENSAGEM Nº 1.898, de 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – portaria nº 704, de 14 de novembro de 2000 – Associação Comunitária BarraCordense, na cidade de Barra do Corda –MA;

2 – Portaria nº 705, de 14 de novembro de 2000 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco, na cidade de Erval Seco-RS;

3 – Portaria nº 707, de 14 de novembro de 2000 – Fundação Assistencial e Nacional Betel, na cidade de Sena Madureira-AC

4 – Portaria nº 708, de 14 de novembro de 2000 – Associação de Radiodifusão Comunitária Para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL, na cidade de Santa Luzia-PB: e

5 – Portaria nº 709, de 14 de novembro de 2000 Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antonio da Cachoeira, na cidade de Piracaia-SP.

Brasília, 19 de dezembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 648 IMC

Brasília, 29 de novembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira, com sede na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830002835198, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 709, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002835198, resolve:

Art. 1º Autorizar o instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira, com sede na Rua Aracy Marcondes Guimarães nº 27, Centro, na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo, a executar

serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º03'29"S e longitude em 46º21'59"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 64/2000-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53830002835/99, de 25-11-98.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antonio da Cachoeira, localidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. O Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antonio da Cachoeira, inscrita no CGC/MF sob o número 01.290.749/0001-83, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Aracy Marcondes Guimarães nº 27 – Centro, cidade de Piracaia, SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 24 de Novembro de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de

3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2.198 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 7 à 212, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório**· informações técnicas**

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Aracy Marcondes Guimarães, nº 27, na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 23°03'29"S de latitude e 46°21'59"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 18-3-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que os cálculos inicialmente efetuados estão corretos e que, por conseguinte, as coordenadas geográficas indicadas devem ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 149 a 153, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação de documentos dispostos no subitem, 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 e subitem 6.11 (Projeto Técnico), da Norma nº 2/98, bem como a alteração do Estatuto Social e documentos referentes ao subitem 6.7, incisos II, III, IV, V e VI da Norma nº 2/98 (fls. 158 a 212).

13. No decorrer do cumprimento das exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas", firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor, antena e torre e linha de transmissor), com indicação da potência efetiva irradiante e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de instalação da antena e de irradiação, com indicação de características elétricas da antena.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 179 a 180.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Instituto de Ensino Professor Santo Antonio da Cachoeira

– quadro diretivo

Presidente:	Benedito Luiz Aparecido Godoi
Vice-Presidente:	Luis Ailton Moreira
1º Secretário:	Autharis Ostini
2º Secretário:	Moacir Antonio de Lima
1º Tesoureiro:	Janete Aparecida Paschoal
2º Tesoureiro:	Alfredo de Moraes Michele

– localização do transmissor

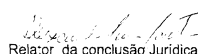
sistema irradiante e estúdio Rua Aracy Marcondes Guimarães nº 27, cidade de Piracaia, Estado de São Paulo;

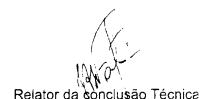
– coordenadas geográficas

23°03'29" de latitude e 46°21'59" de longitude, correspondentes aos cálculos efetuados na "Análise Técnica de RadCom" – fls. 149 a 152, e que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pelo Instituto de Ensino Professor Santo Antonio da Cachoeira, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53830002835/98, de 25 de Novembro de 1998.

Brasília, 16 de outubro de 2000


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de outubro de 2000. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador geral.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2003**

(Nº 1.344/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.819, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizadas para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 626, de 5 de outubro de 2000 – Associação de Amigos Moradores Mandaguari, na cidade de Mandaguari – PR;

2 – Portaria nº 655, de 19 de outubro de 2000 – Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, na cidade de Nuporanga – SP;

3 – Portaria nº 656, de 19 de outubro de 2000 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Atalaia/AL, na cidade de Atalaia – AL;

4 – Portaria nº 671, de 25 de outubro de 2000 – Associação Cultural de Pérola, na cidade de Pérola – PR;

5 – Portaria nº 672, de 25 de outubro de 2000 – Associação Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro, na cidade de Bebedouro – SP;

6 – Portaria nº 673, de 25 de outubro de 2000 – Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho, na cidade de São João da Fronteira – PI;

7 – Portaria nº 675, de 25 de outubro de 2000 – FADIP – Fundação Para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro, na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro – CE;

8 – Portaria nº 678, de 25 de outubro de 2000 – Associação Comunitária Defensora e Difusora Socio-cultural das Tradições de Urupês, na cidade de Urupês – SP;

9 – Portaria nº 679, de 25 de outubro de 2000 – Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense, na cidade de Tucumã – PA;

10 – Portaria nº 680, de 25 de outubro de 2000 – Associação de Radiodifusão Comunitária Nove de Julho, na cidade de Palmeira do Piauí – PI

11 – Portaria nº 681, de 25 de outubro de 2000 – Instituto São José do Barreiro de Cultura, na cidade de São José do Barreiro – SP;

12 – Portaria nº 682, de 25 de outubro de 2000 – Rádio Comunitária Sapé FM, na cidade de Sapé – PB; e

13 – Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000 – Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, na cidade de Paulo de Faria – SP.

Brasília, 4 de dezembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 635/MC

Brasília, 22 de novembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, com sede na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1996.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitam que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, sorvem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, con-

substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.001923/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA 684, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001923/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, com sede na Rua Luiz de Souza Lima, nº 577, Centro, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.812, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º 01'40"S e longitude em 49º 24'19"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 43/2000-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53830001923/98, de 2-9-98.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, localidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, inscrita no CGC/MF sob o número 02.285.89310001-94, no Estado de São Paulo, com sede na Rua XV de Novembro, 679 – Centro, cidade de Paulo de Faria, SP., dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 31 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – D.O.U., de 5 de novembro de 1998, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

. atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

– Estatuto Social;

- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 7 a 92, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

– informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Luiz de Souza Lima nº 577, Centro, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 20°01'51"S de latitude e 49°24'04"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 5-11-1998, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que os cálculos inicialmente efetuados estão corretos e que, por conseguinte, as coordenadas

geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 38, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Ocorre que, as coordenadas apresentadas foram alteradas em face da medição, por profissional habilitado, das coordenadas reais do local proposto, diante de tal fato aplicou-se a Portaria 83.

11. O citado documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;

- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;

- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação de documentos dispostos no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, bem como se solicitou o envio do Projeto Técnico e posterior adequação do mesmo à Norma nº 2/98, (fls. 42 à 106).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas", firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;

- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

- características técnicas dos equipamentos (transmissor, antena e torre e linha de transmissor), com indicação da potência efetiva irradiante e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de instalação da antena e de irradiação, com indicação de características elétricas da antena.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 81 à 84.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, depois de detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria

– quadro diretivo

Presidente: Francisco de Freitas Borges

Vice-Presidente: Luiz Roberto de Oliveira

Secretário Executivo: Marcílio José Bernardes Pereira

Tesoureiro: Emidio José Veloso

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Luiz de Souza Lima, 577 – Centro, cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo;

– **coordenadas geográficas**

20°01'40 "de latitude e 49°24'19" de longitude, divergentes, no entanto compatíveis com os cálculos efetuados na "Análise Técnica de RadCom", fls. 38, e que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, no sentido de conceder-lhe a outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 5383000 1923/98, de 2 de agosto de 1998.

Brasília, 3 de outubro de 2000. , Relator da conclusão jurídica , Relator da conclusão técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Radiodifusão.

Brasília, 3 de outubro de 2000. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador.

(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2003**

(Nº 1.521/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.019, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 6 de setembro de 2001, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Cultural Artística Educacional de Frutal, na cidade de Frutal – MG;

2 – Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno, na cidade de Andradina – SP;

3 – Fundação Educativa Sintonia Cultural, na cidade de Araxá – MG; e

4 – Fundação Altamiro Galindo, na cidade de Cuiabá – MT.

Brasília, 24 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 376 EM

Brasília, 18 de julho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e unidades da Federação indicadas:

· Fundação Cultural Artística Educacional de Frutal, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.000707/00);

· Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno na cidade de Andradina, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.007912/00);

· Fundação Educativa Sintonia Cultural, na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000145/00);

· Fundação Altamiro Galindo, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53000.005664/00).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de

outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execu-

ção de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO 2001

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Cultural Artística Educacional de Frutal, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.000707/00);

II – Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.007912/00);

III – Fundação Educativa Sintoma Cultural, na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 537 10.000145/00); e

IV – Fundação Altamiro Galindo, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53000.005664/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunica-

ções, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tomarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

PARECER Nº 148/2001

REFERÊNCIA Processo nº 53000.007912/00

INTERESSADA Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno

ASSUNTO Outorga de serviço de radiodifusão

EMENTA – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno, com sede na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 17 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 1”, sob o nº 434, aos 16 dias do mês de novembro de 1999,

na cidade de Andradina, São Paulo, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de tempo indeterminado, de acordo com o art.17, § 1º, do Estatuto da Fundação, está ocupado pela SRA. Adeliz Regina Fernandes da Rocha, cabendo a ela a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Márcio Fernandes Rocha, de Diretor Administrativo, ocupado pelo Sr. Marcelo Fernandes Rocha e de Diretor Secretário, ocupado pela SRA. Carolina Ematné Rangel Rocha.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea “a”).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no DOU de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 06 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **subcensura**. – Brasília, 22 de junho de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 22 de junho de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de junho de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 26 de junho de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 26, DE 2003

(Nº 1.594/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – Appi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria no 415, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI a executar, por três anos, sem direito de exclusi-

vidade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.022, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar serviços de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001 – Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, na cidade de Espinosa – MG;

2 – Portaria nº 316, de 25 de maio de 2001 – Fundação Santo Antônio de Grão Mogol, na cidade de Grão Mogol – MG;

3 – Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001 – Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão, na cidade de Pouso Alegre – MG;

4 – Portaria nº 333, de 25 de junho de 2001 – Agência de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural de Bom Despacho, na cidade de Bom Despacho – MG;

5 – Portaria nº 352, de 4 de julho de 2001 – Associação Comunitária da Região Central do Município de Betim – ASCORBE, na cidade de Betim – MG;

6 – Portaria nº 391, de 26 de julho de 2001 – Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga – ARCJ, na cidade de Juripiranga – PB;

7 – Portaria nº 402, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária de Rádio e Desenvolvimento Social de Gavião Peixoto – ACORDES, na cidade de Gavião Peixoto – SP;

8 – Portaria nº 403, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária Educativa de Piedade, na cidade de Piedade – SP;

9 – Portaria nº 404, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente, na cidade de Buritizal – SP;

10 – Portaria nº 405, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária, Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo, na cidade de Morro Agudo – SP;

11 – Portaria nº 411, de 7 de agosto de 2001 – Associação dos Movimentos Populares de Alto Hori-

zonte – Goiás AMPAH, na cidade de Alto Horizonte – GO;

12 – Portaria nº 412, de 7 de agosto de 2001 – Associação Comunitária Amigos de Cataguases, na cidade de Cataguases – MG;

13 – Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001 – Associação Comunitária Onda Nova – ACON, na cidade de Lagoa Santa – MG;

14 – Portaria nº 414, de 7 de agosto de 2001 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, na cidade de Itajobi – SP; e

15 – Portaria nº 415, de 7 de agosto de 2001 – Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, na cidade de Itirapina – SP.

Brasília, 24 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 526 EM

Brasília 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com as comunidades auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.001763/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 415, DE 7 DE AGOSTO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001763/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, com sede na Rua 05, nº 323, Centro, na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22°15'21"S e longitude em 47°48'42"W, utilizando a frequência de 105,4 MHz.

Art 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 217/2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.830.001.763/98 de 21-8-1998.

OBJETIVO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, localidade de Itirapina, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, inscrita no CNPJ sob o número 51.062.461/0001-20, Estado de São Paulo, com sede na Rua 5, nº 323, Centro, Cidade de Itirapina, diri-

giu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 15-8-1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

•atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;

- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 11 a 357 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

•informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua 4, s/nº, Praça da Matriz, Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22º15'21"S de latitude e 47º48'42"W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 3. Posteriormente, foi indicado o real endereço de instalação, permanecendo as mesmas coordenadas.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 258 a 261, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária, Ata de Constituição, comprovante de registro da Ata de Constituição e do Estatuto, Ata de Eleição dos atuais dirigentes da Entidade, declarações de acordo com o subitem 6.7, inc. III, IV, V e VIII (2ª parte) da Norma 2/98, cópia do CNPJ da Enti-

dade, declaração do endereço da sede, planta de arruamento, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) da Norma 2/98 (fls. 268 a 362).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fl. 362, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 363 e 364.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI.

– quadro diretivo

Presidente: Luiz Costa Zaguetti

Vice-presidente: Antônio Luciano de Oliveira

1ª Secretária: Sueli Aparecida Barbosa

2ª Secretária: Jacy Aparecida Belotti Boteon

1º Tesoureiro: Vilson Guilherme Muniz

2º Tesoureiro: Pe. José Donizeti de Oliveira

Dir. Rel. Públicas: Pe. José Maria Frutuoso Braga

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua 05, nº 315, Centro, Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo;

– coordenadas geográficas

22° 15'21"S de latitude e 47° 48'42"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 362, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 363 e 364, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.001.763/98 de 21 de agosto de 1998.

Brasília, 9 de julho de 2001. – Relator da Conclusão Jurídica – Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de julho de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 11 de julho de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 217/2001/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 11 de julho de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 27, DE 2003**

(Nº 1.599/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrazulense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a

Associação Comunitária Serrazulense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 732, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 37, de 22 de fevereiro de 2001 – Comunidade Terceiro Milênio, na cidade de Patos – PB;

2 – Portaria nº 64, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Ouro Velho/FM, na cidade de Ouro Velho – PB;

3 – Portaria nº 71, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Guaratinguetá na cidade de Guaratinguetá – SP;

4 – Portaria nº 73, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha, na cidade de Euclides da Cunha – BA;

5 – Portaria nº 76, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária Serrazulense, na cidade de Serra Azul – SP;

6 – Portaria nº 77, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária "MORIAH", na cidade de Jales – SP;

7 – Portaria nº 83, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Tabocas do Brejo Velho – BA;

8 – Portaria nº 84, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Local de Obras Assistenciais, na cidade de Ferraz de Vasconcelos – SP;

9 – Portaria nº 87, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação de Rádio Comunitária de Areal FM, na cidade de Areal – RJ;

10 – Portaria nº 98, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Pradopolense de Apoio à Educação e Cultura – APAEC, na cidade de Pradópolis – SP; e

11 – Portaria nº 99, de 22 de fevereiro de 2001 – Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Aroeiras, na cidade de Aroeiras – PB.

Brasília, 11 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 105 EM

Brasília, 26 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária Serrazulense, com sede na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo a integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.002471/95 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 76, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de julho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002471/98, resolve:

Art 1º Autorizar a Associação Comunitária Serrazulense, com sede na Rua Padre Soares, nº 399, Centro, na cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21°19'12"S e longitude em 47°34'26"W utilizando a freqüência de 87,9 MHz

Art 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 34 /2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.830.002.471/98 de 15-10-98

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária Serrazulense, localidade de Serra Azul, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. Associação Comunitária e Serrazulense, inscrito no CGC sob o número 02.770.542/0001-79, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Padre Soares nº 399, Centro, Cidade de Serra Azul – SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 6 de outubro de 1998, subscrito por representante legal substituto, sendo, posteriormente confirmado por meio de requerimento datado de 23 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 22-12-1998, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha nº 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2.198 e, ainda; juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declara-

ção de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas nº 8 a 163, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Padre Soares nº 399, Centro, Cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 21°19'12"S de latitude e 47°34'26"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 22-12-98, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 92 – 93 e 121 a 124, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 6.11, (Projeto Técnico), do subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, bem como alteração estatutária e adequação do transmissor (fls. 97 a 186).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fls. 164, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumiadas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial),

com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 187 e 188. Na ocasião da solicitação do licenciamento da estação, a Entidade deverá indicar o nome do fabricante e o modelo do transmissor certificado para o serviço de radiodifusão comunitária de 25,0 W.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação Comunitária e Serrazulense.

– **quadro diretivo**

Presidente: Marcos Tadeu Giolo

Vice-Presidente: Claudemir Clemente

Diretor: Benedito Giolo

1º Secretário: André Ricardo da Silva Brito

2ª Secretária: Neusa Aparecida Sérgio

1º Tesoureiro: Edson Augusto Zanirato

2º Tesoureiro: Moacir Castanheiro de Macedo

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Padre Soares nº 399, Centro, Cidade de Serra Azul, Estado de São Paulo;

– **coordenadas geográficas**

21°19'12"S de latitude e 47°34'26"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 164, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 187 e 188, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária e Serrazulense, no sentido de conceder-lhe a

Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.002.471/98, de 15-10-98.

Brasília, 12 de Janeiro de 2001. – **Adriana G. Costa**, Relatora da Conclusão Jurídica. – , Relator de conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 12 de janeiro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2003.

(Nº 1.675/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de outubro de 2001, que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.172, DE 2001

Senhores membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Exas., acompanhado de exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do decreto de 22 de outubro de 2001, que "outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Vila Real, na cidade de Niterói-RJ;

2 – Fundação Três Fronteiras, na cidade de Nanuque-MG;

3 – Fundação Educativa E Cultural Edilson Brandão Guimarães, na cidade de Janaúba-MG;

4 – Fundação Cultural Serra Azul, na cidade de Porangatu-GO; e

5 – Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, na cidade de Rio Branco-AC.

Brasília, 30 de outubro de 2001. – **Marco Antonio Maciel**.

MC Nº 576 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com fins exclusivamente educativos, nas localidades e unidades da Federação indicadas:

Fundação Vila Real, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.008548/00);

Fundação Três Fronteiras, na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000328/00);

Fundação Educativa e Cultural Edilson Brandão Guimarães, na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001483/00);

Fundação Cultural Serra Azul, na cidade de Porangatu, Estado de Goiás (Processo nº 53670.000075/01);

Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53000.008086/00).

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos administrativos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que menciona para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Vila Real, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.008548/00);

II – Fundação Três Fronteiras, na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000328/00)

III – Fundação Educativa e Cultural Edilson Brandão Guimarães, na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001483/00);

IV – Fundação Cultural Serra Azul, na cidade de Porangatu, Estado de Goiás (Processo nº 53670.000075/00);

V – Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53000.008086/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de outubro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

PARECER Nº 81/2001**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.008548/00**INTERESSADA:** FUNDAÇÃO VILA REAL**ASSUNTO:** Outorga de serviço de radiodifusão.**EMENTA:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento**I – Os Fatos**

A Fundação Vila Real, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 57 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A -3”, sob o nº 2.289, aos 23 dias do mês de julho de 2000, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de 3 anos, conforme art. 5º, Seção III, do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Hamilton Luiz Pereira Pitanga, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Fernando Amálio da Silva, de Diretor Administrativo, ocupado pela Sra. Márcia Monteiro Queiroz do Valle e de Diretor Financeiro, ocupado pelo Sr. Gilberto Martins Velloso.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para e imagens está admitida executar servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.

(...)

1º – É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”

10. A documentação instrutória concernente à entidade diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 36 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “**subcensura**”.

Brasília, 19 de abril de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de abril de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 20 de abril de 2001. – **Antonio Carlos Tardelli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 20 de abril de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2003

(Nº 1.714/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACJH – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacaré dos Homens, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 482, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACJH – a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacaré dos Homens, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.605, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 449, de 14 de agosto de 2000 – Comunidade de Jesus, na cidade de Bom Sucesso – MG;

2 – Portaria nº 450, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de São Gabriel, na cidade de São Gabriel – BA;

3 – Portaria nº 452, de 14 de agosto de 2000 – Sociedade dos Ecologistas de Tambaú, na cidade de Tambaú – SP;

4 – Portaria nº 455, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Novos Caminhos, na cidade de Iracema – CE;

5 – Portaria nº 457, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, na cidade de Dom Feliciano – RS;

6 – Portaria nº 463, de 14 de agosto de 2000 – Associação Rádio Comunitária Damata FM, na cidade de São Lourenço da Mata – PE;

7 – Portaria nº 464, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Calmonense, na cidade de Miguel Calmon – BA;

8 – Portaria nº 467, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária “Caminho do Sol”, na cidade de Queluz – SP;

9 – Portaria nº 468, de 14 de agosto de 2000 – Constelação Associação Cultural, na cidade de Chapadão do Céu – GO.

10 – Portaria nº 469, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária e Cultural Nascente do Vale de Alfredo Wagner, na cidade de Alfredo Wagner – SC;

11 – Portaria nº 474, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária da Rádio Santo Antônio, na cidade de Itutinga – MG;

12 – Portaria nº 475, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, na cidade de Guarani – MG;

13 – Portaria nº 477, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense, na cidade de Cristina – MG;

14 – Portaria nº 480, de 14 de agosto de 2000 – Fundação Cultural Saúde de Campos, na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ;

15 – Portaria nº 481, de 14 de agosto de 2000 – Associação Rádio Comunitária FM Santa Rita – Um Bem da Comunidade 99,9 MHz, na cidade de Santa Cruz – RN;

16 – Portaria nº 482, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACIH, na cidade de Jacaré dos Homens – AL;

17 – Portaria nº 484, de 14 de agosto de 2000 – Rádio Comunitária Transamazônica FM, na cidade de Porto Velho – RO;

18 – Portaria nº 486, de 14 de agosto de 2000 – Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Comunidade de São João do Triunfo – PR, na cidade de São João do Triunfo – PR;

19 – Portaria nº 487, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Abadiânia na cidade de Abadiânia – GO; e

20 – Portaria nº 488, de 14 de agosto de 2000 – Associação Comunitária São Francisco, na cidade de Laranjeiras do Sul – PR.

Brasília, 31 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 466 /MC

Brasília, 11 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACJH, com sede na cidade de Jacaré dos Homens, Estado de Alagoas, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53610.000258/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 482, DE 14 DE AGOSTO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53610.000258/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Jacaré dos Homens – ACJH, com sede na Rua Antônio Vieira Filho, nº 119, Bairro Centro, na cidade de Jacaré dos Homens, Estado de Alagoas, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º37'56"S e longitude em 37º12'20"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JACARÉ DOS HOMENS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Jacaré dos Homens, para a aprovação de novas alterações do Estatuto, homologar os nomes indicados para compor o Conselho Comunitário e ratificação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Aos 02 dias do mês de dezembro de 1998, às 19:00hs, à Rua Mons. Freitas Machado, s/n, nesta cidade de Jacaré dos Homens, estado de Alagoas, reuniu-se extraordinariamente a maioria dos associados, para a deliberação sobre novas alteração do Estatuto, homologar os nomes indicados para compor o Conselho Comunitário e ratificação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Depois de constatado a existência de quorum legal, o presidente declarou aberta a Assembléia, e fazendo uso da palavra, informou aos presentes que além das alterações já realizadas na última Assembléia do dia 07.11.97, o Estatuto ainda precisava sofrer algumas modificações, adequando-se assim ao que dispõe a Lei 9.612/98, o Decreto 2.615 de 03.06.98 e a Norma Complementar 02/98, podendo então se habilitar a receber a outorga de uma emissora de Rádio Comunitária. Os artigos a serem alterados serão os seguintes: Letra "a" do art. 2º; Letras "a" e "b" e Parágrafo Terceiro do art. 14; art. 15 e Letra "c" do art. 16. Em seguida o presidente solicitou que a secretária fizesse a leitura dos mesmos, que depois de serem debatidos e tiradas todas as dúvidas, foram colocados em votação e aprovados pela unanimidade dos presentes, passando a ter a seguinte redação: Letra "a" do art. 2º - Instituir e administrar uma emissora de Rádio Comunitária de acordo com o que estabelece o Serviço de Radiodifusão Comunitária, criado pela Lei 9.612/98. Letra "a" do art. 14 - Acompanhar a programação da Rádio Comunitária, com vistas ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade e os princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98. Letra "b" do art. 14 - Analisar o pedido de qualquer cidadão da comunidade que deseja emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado pela Rádio Comunitária, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações. Parágrafo Terceiro do art. 14 - O Conselho Comunitário se reunirá sempre que necessário ou por solicitação da Diretoria Executiva. art. 15 - A Rádio Comunitária será criada obedecendo os critérios estabelecidos pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela lei 9.612/98 regulamentado pelo Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998 e normatizado pela Norma Complementar nº 02/98, de 06 de agosto de 1998. Letra "c" do art. 16 - Executar o Serviço de Radiodifusão de acordo com os objetivos da Associação e o que estabelece os Artigos 3º e 4º da Lei 9.612/98, bem como suas normas e regulamentos. Em seguida o presidente informou que demais artigos não sofreram alteração. Passou-se então para o segundo ponto da pauta, que era a homologação dos nomes indicados para compor o Conselho Comunitário. O presidente informou aos presentes que por exigência do art. 8º da Lei 9.612/98, deveria ser criado o Conselho Comunitário e para tanto solicitou que a secretária fizesse a leitura dos nomes indicados. O presidente constatou que tanto as entidades como as pessoas indicadas tinham endereço e domicílio da área a ser atendida pela Rádio Comunitária.

.../...

Todos os nomes foram homologados pela unanimidade dos presentes e sendo constatada a presença de todos, o presidente declarou empossado o Conselho Comunitário, que ficou assim constituído: RAIMUNDO MOTA, comerciante, casado, residente na Rua Nova Brasília, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 421.725.354-00, indicado pela Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Município de Jacaré dos Homens, CGC: 02.227.883-0001-07, com sede na José Alves Feitosa, 27, Centro, Jacaré dos Homens/AL; EVA NERI DE ARAÚJO, professora, solteira, residente na praça José Teófilo Silva, 09, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 144.521.464-49, indicada pela Associação Recreativa e Cultural Jacareense, CGC: 24.178.196.0001-77, com sede na Rua José Rodrigues Souto, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL; VALDIR DANTAS CAJE, agropecuarista, casado, residente na Rua Antônio Alves Souto, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 060.394.724-72, indicado pela Associação dos Criadores de Jacaré dos Homens, CGC: 33.564.558-0001-84, com sede na Rua José Teófilo Silva, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL; MANOEL MELO DANTAS, Tabelião Público e Escrivão do Cartório do Único Ofício da cidade de Jacaré dos Homens/AL, casado, residente na Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 301.724.624-87; JOSÉ FLORIANO BENTO DE MELO, Bacharel em Direito, solteiro, residente na Rua José Rodrigues Souto, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 678.201.314-20. Em seguida o presidente solicitou que a Assembléia ratificasse os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que foram eleitos e empossados na Assembléia do dia 07 de novembro de 1997, que ficou assim composta: Presidente - MARCELO MARCOS ROCHA SOUTO, brasileiro, casado, médico veterinário, residente na Praça José Teófilo Silva, 15, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF nº 227.480.324-20; Vice-Presidente - VALTER DUARTE MADEIRO, brasileiro, casado, agropecuarista, residente na Rua Antônio Alves Souto, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CEP nº 163.862.804-15; 1º Secretário - WALKIRIA MORIRA MELO, brasileira, casada, professora, residente na Praça José Teófilo Silva, 13, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF nº 134.131.044-20; 2º Secretário - DAMILÃO CAJÉ TORRES, brasileiro, divorciado, agropecuarista, residente na Praça José Teófilo Silva, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF nº 144.550.214-34; Tesoureiro - ANA VALÉRIA ROCHA SOUTO MELO, brasileira, casada, comerciante, residente na Praça José Teófilo Silva, 15, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF nº 924.434.354-15; Diretor Cultural e de Comunicação Social - CLÁUDIO LUIZ MELO, brasileiro, casado, comerciante, residente na Praça José Teófilo Silva, 15, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF nº 339.928.004-15. Conselho Fiscal: Titulares - ROSA MARIA LIMA CAMPOS, estudante, solteira, residente na Rua Projetada, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 023.326.534-14; HÉLIO MONTEIRO SILVA FILHO, estudante, solteiro, residente na Rua Santo Antônio, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 028.831.294-52; CARLOS AUGUSTO GOMES VALENTINO, agricultor, casado, residente na Praça José Teófilo Silva, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 190.358.294-68; NIVAN MOTA PEREIRA, comerciante, casado, residente na Rua Nova Brasília, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 411.517.474-91 e MARGARIDA DA SILVA MOREIRA, do lar, casada, residente na Praça José Teófilo Silva, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 259.600.404-68; Suplentes - JOSÉ ANTÔNIO SORES DA SILVA, funcionário público, casado, residente na Rua Nova Brasília, s/n, Centro, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 604.633.254-00 e JOSÉ ABDON CORDEIRO, funcionário público, solteiro, residente no Povoado Caititu, zona rural, Jacaré dos Homens/AL, CPF: 332.809.915-87.

Nada mais tendo a tratar, a palavra foi franqueada e como dela ninguém quis fazer uso, o presidente parabenizou e desejou sucesso a todos. Em seguida suspendeu a Assembléia por

10min. para que esta ata fosse lavrada por mim, Walkiria Moreira Melo, 1ª secretária, após o que foi reiniciada, tendo a mesma sido lida e colocada em votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes.

Walkiria Moreira Melo
Walkiria Moreira Melo - 1ª secretária

Marcelo Marques Rocha Souto - presidente

Carlos Augusto Gomes
Carmelo Alves Soares
Nivaldo Pereira

João Flávio Botelho Melo - conselho comunitário

João de Almeida - conselho comunitário

José Antônio Soares da Silva

Carlos Augusto Gomes Valentino

Ana Valério Rocha Souto Melo
Luiz de Fátima Souto Melo

Raimundo Melo - conselho comunitário

Flávia 1.739 - conselho comunitário

Margarida da Silva Moreira

Antônio Fátima

José Abdon Cordeiro

Flávia Flávia filha
Oneyr Dantas - conselho comunitário

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, protocolizei
este documento no fl. 54v.
pelo 1.3. v. 1.024.
O referido é verdade dou fé.
Jacaré dos Homens 08/04 de 99.
Eu, Manoel Melo Dantas
Notário e Escrivão

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, registrei
o referido documento no fl.
183 - Livro - B.O. v. 275.
O referido é verdade dou fé.
Jacaré dos Homens 08/04 de 99.
Eu, Manoel Melo Dantas
Notário e Escrivão



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2003**

(Nº 1.717/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova concessão da RÁDIO GUAÍBA S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Rádio Guaíba S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.679, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto á apreciação de Vossas Excelências acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de outubro de 2000, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Difusora Brasileira Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uberlândia-MG (onda média);

2 – Rádio Liberal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Belém-PA (onda média);

3 – Ceará Rádio Clube S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza-CE (onda média);

4 – Rádio Uirapuru de Fortaleza LTDA, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza-CE (onda média);

5 – Rádio Verdes Mares Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza-CE (onda média);

6 – Fundação Redentorista de Comunicações Sociais,

originariamente Rádio Antoninense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Antonina – PR (onda média);

7 – Rádio Difusora Cruzeiro Do Oeste Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR (onda média);

8 – Fundação Cultural Celinauta, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pato Branco-PR (onda média);

9 – Emissora Continental de Campos Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ (onda média);

10 – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Nova Friburgo-RJ (onda média);

11 – Rádio Difusora Boas Novas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis-RJ (onda média);

12 – Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro-RJ (onda média);

13 – Rádio Relógio Federal LTDA, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro-RJ (onda média);

14 – Rádio Princesa do Vale LTDA, a partir de 29 de agosto de 1998, na cidade de Açú-RN (onda média);

15 – Rádio Cultura do Oeste Ltda., a partir de 10 de maio de 1993, na cidade de Pau dos Ferros-RN (onda média);

16 – Rádio Cultura De Gravataí Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Gravataí-RS (onda média);

17 – Rádio Guaíba S/A., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Porto Alegre-RS (onda média);

18 – Rádio Blau Nunes LTDA, a partir de 28 de outubro de 1993, na cidade de Santa Bárbara do Sul-RS (onda média);

19 – Rádio Jóia de Diamantina LTDA, a partir de 24 de outubro de 1993, na cidade de Adamantina-SP (onda média);

20 – Rádio Difusora de Franca Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Franca-SP (onda média);

21 – Rádio Guarujá Paulista S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de (Guarujá-SP (onda média);

22 – Rádio Difusora Cacique Ltda., originariamente Rádio Cacique de São Caetano do Sul Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santos-SP (onda média);

23 – Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José dos Campos-SP (onda média);

24 – Rádio Cultura de Sergipe S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Aracaju-SE (onda média);

25 – Rádio Anhanguera S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Goiânia-GO (onda tropical); e

fl. 3 da Mensagem nº 1.679, do 13-11-2000.

26-Fundação Cultural Celinauta, originariamente Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda., a partir de 21 de fevereiro de 1994, na cidade de Pato Branco-PR (sons e imagens).

Brasília, 13 de novembro do 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 429 /MC

Brasília, 25 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas as entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

Rádio Difusora Brasileira Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000486/93);

Rádio Liberal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo nº 53720.000259/93);

Ceará Rádio Clube S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000723/93);

Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000767/93);

Rádio Verdes Mares Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000769/93);

Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antonia, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000336/93),

Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000328/93);

Fundação Cultural Celinauta, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná (Processo nº 29740.000685/93);

Emissora Continental de Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000258/93);

Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000223/93);

Rádio Difusora Boas Novas Ltda., concessionária do serviço de onda média, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000260/93);

Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000257/93);

Rádio Relógio Federal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000252/93);

Rádio Princesa do Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Açã, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000022/98);

Rádio Cultura do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 29780.000042/93);

Rádio Cultura de Gravataí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 50790.000873/93);

Rádio Guaíba S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000617/93);

Rádio Blau Nunes Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 50790.000835/93);

Rádio Jóia de Adamantina Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000767/93);

Rádio Difusora de Franca Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na

cidade de Franca, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001519/93);

Rádio Guarujá Paulista S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001512/93);

Rádio Difusora Cacique Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000286/94);

Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001551/93);

Rádio Cultura de Sergipe S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe (Processo nº 50840.000161/93);

Rádio Anhanguera S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 29670.000040/93);

Fundação Cultural Celinauta, concessionária de serviço de radiodifusão de som e imagens, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000332/93).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nesta conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 11 DE OUTUBRO DE 2000

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, ca-

put, da Constituição, 33, § 3º, da lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

1 – Rádio Difusora Brasileira Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 45.369, de 2 de fevereiro de 1959, e renovada pelo Decreto nº 90.578, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 50710.000486/93);

II – Rádio Liberal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Belém, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 48.278, de 9 de junho de 1960, e renovada pelo Decreto nº 88.583, de 2 de agosto de 1983 (Processo nº 53720.000259/93);

III – Ceará Rádio Clube S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 1.289, de 23 de dezembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 90.808, de 11 de janeiro de 1985 (Processo nº 29650.000723/93);

IV – Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 37.904, de 16 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 90.100, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 29650.000767/93);

V – Rádio Verdes Mares Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 38.067, de 12 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.771, de 28 de dezembro de 1984, e autorizada a proceder a mudança do seu tipo societário mediante Portaria nº 35, de 14 de setembro de 1992, do Delegado do Ministério das Comunicações no Estado do Ceará (Processo nº 29650.000769/93);

VI – Fundação Redentorista De Comunicações Sociais, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Antonina, Estado do Paraná, outorgada originalmente à Rádio Antoninense Ltda., pela Portaria MVOP nº 730, de 11 de agosto de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.626, de 8 de maio de 1984, e transferida para a concessionária de que trata este inciso mediante Decreto nº 94.147, de 26 de março de 1987 (Processo nº 53740.000336/93);

VII – Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade do Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 628, de 15 de julho de 1955, e renovada

pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53740.000328/93);

VIII – Fundação Cultural Celinauta, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 888, de 11 de abril de 1962, alterado pelo Decreto nº 53.989, de 1º de julho de 1964, e renovada pelo Decreto nº 88.891, de 19 de outubro de 1983 (Processo nº 29740.000685/93);

IX – Emissora Continental de Campos Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 47.780, de 9 de fevereiro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.100, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 53770.000258/93);

X – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 26.421, de 5 de março de 1949, e renovada pelo Decreto nº 93.260, de 17 de setembro de 1986 (Processo nº 53770.000223/93);

XI – Rádio Difusora Boas Novas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 285, de 9 de agosto de 1935, e renovada pelo Decreto nº 90.418, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 53770.000260/93);

XII – Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 41.952, de 2 de agosto de 1957, e renovada pelo Decreto nº 89.345, de 31 de janeiro de 1984 (Processo nº 53770.000257/93);

XIII – Rádio Relógio Federal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 27.000, de 2 de agosto de 1949, e renovada pelo Decreto nº 90.255, de 2 de outubro de 1984 (Processo nº 53770.000252/93);

XIV – Rádio Princesa do Vale Ltda., a partir de 29 de agosto de 1998, na cidade de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto na 81.990, de 18 de julho de 1978, e renovada pelo Decreto nº 97.935, de 10 de julho de 1989 (Processo nº 53780.000022/98);

XV – Rádio Cultura do Oeste Ltda., a partir de 10 de maio de 1993, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 88.173, de 10 de março de 1983 (Processo nº 29780.000042/93);

XVI – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., a partir de 12 de novembro de 1993, na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 43.030, de 13 de janeiro de 1958, e renovada pelo

Decreto nº 88.574, de 2 de agosto de 1983 (Processo nº 50790.000873/93);

XVII – Rádio Guaíba S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 1.245, de 25 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.074, de 12 de março de 1985 (Processo nº 3790.000617/93);

XVIII – RÁDIO BLAU NUNES Ltda., a partir de 28 de outubro de 1993, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 88.756, de 26 de setembro de 1983 (Processo nº 50790.000835/93);

XIX – RÁDIO JÓIA DE ADAMANTINA Ltda., a partir de 24 de outubro de 1993, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 88.669, de 1º de setembro de 1983 (Processo nº 50330.000767/93);

XX – Rádio Difusora de Franca Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº B-31, de 21 de janeiro de 1961, e renovada conforme Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 50830.001519/93);

XXI – Rádio Guarujá Paulista S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 873, de 2 de outubro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.088, de 12 de março de 1985 (Processo nº 50830.001512/93);

XXII – Rádio Difusora Cacique Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Cacique de São Caetano do Sul Ltda., conforme Portaria MVOP nº 138, de 30 de janeiro de 1961, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50830.000286/94);

XXIII – Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 947, de 13 de novembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 91.088, de 12 de março de 1985 (Processo nº 50830.001551/93);

XXIV – Rádio Cultura de Sergipe S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 46.396, de 9 de julho de 1959, e renovada pelo Decreto nº 92.447, de 7 de março de 1986 (Processo nº 50840.000161/93).

Art. 2º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada à RÁDIO ANHANGUERA S/A,

pelo Decreto nº 37.339, de 13 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.744, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 29670.000040/93).

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, originariamente outorgada à Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda., pelo Decreto nº 83.051, de 17 de janeiro de 1979, transferida para a Fundação Cultural Celinasta, conforme Decreto de 31 de outubro de 1996 (Processo nº 53740.000332/93).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Pimenta da Veiga.

CONTRATO DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, **RÁDIO GUAÍBA SA.**, empresa com sede e foro jurídico nesta Capital, na Rua Caldas Júnior, 219 – 2º andar – Centro – CEP. 90010-260, com inscrição no CNPJ. nº 92.662.139/0001-19, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERGS. SOB Nº. 43.3.00002110, fica transformada em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação social de **RÁDIO GUAÍBA LTDA.**, na forma das disposições contidas no Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919. Estando presentes 99,93% do Capital Social, este instrumento é firmado pelos seguintes sócios quotistas: **Renato Bastos Ribeiro**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua D. Pedro II, 424, Bairro São João, portador do documento de identidade da SSP.RS. nº 7003917924 e CPF. Nº 001.248.260-91 e **Cleonice Augusta Merlin Ribeiro**, brasileira casada, industrial, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua D. Pedro II, 424 – Bairro São João, portadora do documento de identidade da SSP.RS. nº 6025917003 e CPF. nº 062.612.560-04, passando a reger-se pelas cláusulas adiante exaradas e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis:

Da Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.

Cláusula I

A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO GUAÍBA LTDA.**, da qual farão uso os titulares da gerência, aqui denominados Diretores, nas condições fixadas no presente contrato.

Cláusula II

A sociedade tem sede e foro jurídico nesta Capital, na Rua Caldas Júnior nº 219 – 2º andar – Bairro Centro, Estado do Rio Grande do Sul – CEP. 9010-260.

Parágrafo Único – A sociedade poderá instalar, mater e extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, destacando para estas uma parte do capital social da matriz.

Cláusula III

A sociedade tem por objetivo os Serviços de Radiodifusão Sonora em todas as suas modalidades, sob a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. – Fical nº 9221-5/00.

Cláusula IV

A sociedade terá sua duração por tempo indeterminado.

Do Capital

Cláusula V

O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalmente integralizado e dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, com a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR
Renato Bastos Ribeiro	1.996.600	99,830	1.996.600,00
Cleonice Augusta Merlin Ribeiro	2.000	0,100	2.000,00
Paulo Alberto Pasqualini	560	0,028	560,00
Paulo Caldas Milano	280	0,014	280,00
Espólio de Francisco Antonio Kessler Caldas	220	0,011	220,00
Adriano Rocha Soares	220	0,011	220,00
Luiz Caldas Milano	60	0,003	60,00
Lilá Milano Bergalo	60	0,003	60,00
Total	2.000.000	100,00	2.000.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, de conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

Da Administração

Cláusula VI

A sociedade será administrada por gerentes, aqui denominados Diretores, poderão ser também do tipo “diretor delegado”, a saber: **um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Administrativo.**

Parágrafo Primeiro – A Diretoria da sociedade será integrada pelos seguintes sócios quotistas, já anteriormente qualificados: Diretor Presidente: **RENATO BASTOS RIBEIRO** e Diretora Vice-Presidente: **CLEONICE AUGUSTA MERLIN RIBEIRO.**

Também fará parte da Diretoria o “diretor delegado”, na condição de Diretor Administrativo: **CARLOS ALBERTO BASTOS RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, maior, arquiteto, residente e domiciliado nesta Capital, na Av. Cristóvão Colombo, 3.120, portador do documento de identidade da SSP.RS. nº 1020125165 e CIC. 085.110.710-91.

Parágrafo Segundo – A sociedade será representada em todos os seus atos da vida civil e mercantil, em juízo e fora dele, ativa e passivamente pela Diretoria: **a)** – Pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, isoladamente em todos os casos, inclusive mútuos com qualquer estabelecimento de crédito, com garantia de caução, hipotecas, penhor mercantil de mercadorias, ou máquinas e instalações, bem como a alienação de bens imóveis **b)** – Pelo Diretor Administrativo ou dois Procuradores, para representar a sociedade em todos os atos citados para os Diretores Presidente e Vice-Presidente, exceto a alienação de bens imóveis.

Parágrafo Terceiro – Não pode a empresa prestar qualquer tipo de aval ou fiança, exceto se prestado pelo Diretor Presidente e ou Vice-Presidente.

Parágrafo Quarto – É autorizado a constituição de procuradores, os quais serão nomeados exclusivamente pelos Diretores Presidente ou Vice-Presidente, e terão poderes iguais a um Diretor ou menos se assim dispuser a procuração: **a)** – Quando as outorgas de poderes forem feitas para os fins “ad iudicia et extra”, para propor e contestar ações, proceder defesa, inclusive administrativas e para transigir, disistir, acordar e discordar, dar e receber quitação de valores em contencioso e substabelecer, o outorgado ou outorgantes, facultativamente, poderão agir conjunto ou separadamente. **b)** – Toda e qualquer procuração terá um prazo máximo de mandato por 3 (tres) anos, exceto no caso mencionado no item anterior, que poderá ser por tempo indeterminado.

Cláusula VII

A fixação da remuneração global anual da Diretoria e sua individualização, será competência do Diretor Presidente.

Do Exercício Social

Cláusula VIII

O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a lei, e segundo as normas usuais de contabilidade.

Parágrafo Único – O lucro líquido do exercício será o resultado das operações sociais e de outras rendas e despesas não operacionais, que remanecer após a dedução de eventuais prejuízos acumulados e das provisões, reservas e participações que a Lei ou o Contrato Social determinarem ou que, sendo permitidas, legal e tributariamente, seja do interesse e conveniência da sociedade efetuar: **a)** O lucro líquido do exercício será distribuído proporcionalmente ao capital de cada um, ou transferidos para Lucros Acumulados, conforme deliberação da maioria do capital. **b)** – Os prejuízos verificados serão contabilizados em conta própria, para compensação com futuros lucros.

Da Alteração de Contrato e Transferência de Quotas.**Cláusula IX**

As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e podem ser cedidas ou transferidas livremente. A empresa poderá adquirir suas próprias quotas, colocando as em tesouraria.

Cláusula X

O falecimento de um sócio não dissolverá a sociedade, a qual continuará com os sócios sobreviventes, ou com estes e os herdeiros ou sucessores do "de cujus".

Cláusula XI

Este contrato poderá ser alterado pela maioria do capital social.

Do Conhecimento da Administração aos Sócios**Cláusula XII**

A sociedade não tem Conselho Fiscal nem Assembléia de Quotistas. Os quotistas tomarão conhecimento da administração social pelo exame direto dos livros e arquivos da sociedade, se e quando isso lhes pareça conveniente, independente de autorização ou licença de quem quer que seja, cumprindo à Diretoria ministrar-lhes os esclarecimentos e informações que, por escrito, lhes forem solicitadas.

Declaração.**Cláusula XIII**

Os sócios, juntamente com o "diretor delegado", abaixo firmados, declaram que não estão incurso em nenhuma dos crimes previstos em lei, que os impeça de exercer atividades mercantis.

E, por estarem devidamente contratados, obrigam-se, por si, seus herdeiros e sucessores, ao cumprimento fiel de todas as cláusulas e condições do presente instrumento, que lido e aprovado, assinam em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas a seguir também subscritas, para os fins legais.

Porto Alegre – RS., 31 de dezembro de 1.999.




RENATO BASTOS RIBEIRO
Sócio Quotista



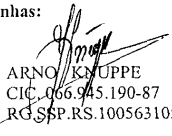
CARLOS ALBERTO BASTOS RIBEIRO
Diretor Delegado



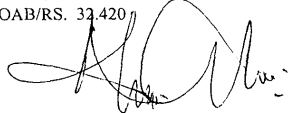
CLEONICE AUGUSTA MERLIN RIBEIRO
Sócio Quotista

Visto:  MARGARETE BOM WOIDA
OAB/RS. 32.420

Testemunhas:



ARNO KNUPPE
CIC. 066.945.190-87
RG.SSP.RS.1005631054



ADVAIR CORBARI
CIC. 114.298.959-34
RG.SSP.RS 103126

À Comissão de Educação

Publicado do Diário do Senado Federal de 20/03/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 31, DE 2003**

(Nº 1.727/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 703, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 25 de junho de 2001, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social, originariamente Rádio Educadora Rio Doce Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Governador Valadares-MG (onda média);

2 – Rádio Ibituruna Ltda., a partir de 6 de fevereiro de 1994, na cidade de Governador Valadares-MG (onda média);

3 – Rádio Difusora de Salinas Ltda., a partir de 4 de janeiro de 1995, na cidade de Salinas-MG (onda média);

4 – Tv e Rádio Jornal do Comércio Ltda., originariamente Empresa Jornal do Comércio S.A. a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Caruaru-PE (onda média);

5 – Tv e Rádio Jornal do Comércio Ltda., originariamente Empresa Jornal do Comércio S.A. a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Garanhuns-PE (onda média);

6 – Tv e Rádio Jornal do Comércio Ltda., originariamente Empresa Jornal do Comércio S.A. a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Recife-PE (onda média);

7 – Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Niterói-RJ (onda média);

8 – Rádio Teresópolis Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Teresópolis-RJ (onda média);

9 – Emissoras Reunidas Ltda., originariamente Sociedade radiodifusora Passo Real Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Cruz do Sul-RS (onda média);

10 – Rádio América do Rio Grande do Sul Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Montenegro-RS (onda média);

11 – Rádio Progresso Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Leopoldo-RS (onda média);

12 – Sociedade de Radiodifusão Itapuú Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santo Antônio da Patrulha-RS (onda média);

13 – Sociedade Rádio Integração Ltda., a partir de 20 de setembro de 1997, na cidade de Restinga Seca-RS (onda média);

14 – Sociedade Rádio Palmeira Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Palmeira das Missões-RS (onda média);

15 – Rádio Sociedade Rondônia Ltda., a partir de 25 de fevereiro de 1995, na cidade de Pimenta Bueno-RO (onda média);

16 – Fundação Frei Rogério, originariamente Rádio Coroado Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curitiba-SC (onda média);

17 – Rádio Caçanjure Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caçador-SC (onda média);

18 – Rádio Difusora Colmeia de Porto União Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Porto União-SC (onda média);

19 – Rádio Cultura de Xaxim Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Xaxim-SC (onda média);

20 – Rádio Municipalista de Botucatu Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Botucatu-SP (onda média);

21 – Pinhal Rádio Clube Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Espírito Santo do Pinhal-SP (onda média);

22 – Sociedade Rádio Clube de Guapatingueta Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Guaratinguetá-SP (onda média);

23 – Rádio Jauense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Jaú-SP (onda média);

24 – Rádio Cultura de Promissão Sociedade Limitada, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Promissão-SP (onda média);

25 – Rádio São Carlos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Carlos-SP (onda média);

26 – Rádio Piratininga de São João da Boa Vista Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João da Boa Vista-SP (onda média);

27 – Rádio São Carlos Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de São Carlos-SP (onda tropical); e

28 – Televisão Bahia Ltda., a partir de 17 de maio de 1999, na cidade de Salvador-BA (sons e imagens).

Brasília, 29 de junho de 2001. **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

MC Nº 233 EM

Brasília, 5 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão nas localidades e unidades da Federação indicadas:

Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000120/94);

Rádio Ibituruna Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000123/94);

Rádio Difusora de Salinas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000752/94);

TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco (Processo nº 29103.000447/93);

TV e Rádio Jornal Do Comércio Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda

média, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco (Processo nº 29103.000446/93);

TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco (Processo nº 29103.000449/93);

Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000165/94);

Rádio Teresópolis Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teresópolis. Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000298/94);

Emissoras Reunidas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000217/94);

Rádio América do Rio Grande do Sul Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000194/94);

Rádio Progresso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000215/94);

Sociedade de Radiodifusão Itapuá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000196/94);

Sociedade Rádio Integração Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000729/97);

Sociedade Rádio Palmeira Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000240/94);

Rádio Sociedade Rondônia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia (Processo nº 53800.000265/94);

Fundação Frei Rogério, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000064/94);

Rádio Caçanjurê Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000069/94);

Rádio Difusora Colméia de Porto União Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000071/94);

Rádio Cultura de Xaxim Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000063/94);

Rádio Municipalista de Botucatu Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000293/94);

Pinhal Rádio Clube Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000315/94);

Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000278/94);

Rádio Jauense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaci, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000316/94);

Rádio Cultura de Promissão Sociedade Limitada, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Promissão Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000390/94);

Rádio São Carlos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000283/94);

Rádio Piratininga de São João da Boa Vista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000288/94);

Rádio São Carlos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000112/93);

Televisão Bahia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo nº 53640.001880/98).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e consi-

derados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 25 DE JUNHO DE 2001

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

○ Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 2 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Educadora Rio Doce Ltda., pela Portaria MVOP nº 531, de 10 de junho de 1950, revigorada pela Portaria MC nº 58, de 20 de janeiro de 1969, renovada pelo Decreto nº 90.308, de 16 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto de 13 de janeiro de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000120/94);

II – Rádio Ibituruna Ltda., a partir de 6 de fevereiro de 1994, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 891, de 1º de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.666, de 20 de setembro de 1985 (Processo nº 50710.000123/94);

III – Rádio Difusora de Salinas Ltda., a partir de 4 de janeiro de 1995, na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 90.635, de 5 de dezembro de 1984 (Processo nº 50710.000752/94);

IV – TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada à Empresa Jornal do Comércio S.A. mediante Decreto nº 27.901, de 21 de março de 1950, renovada e transferida para a Rádio Jornal do Comércio Ltda., pelo Decreto nº 91.381, de 1º de julho de 1985, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria MC nº 144, de 29 de abril de 1998 (Processo nº 29103.000447/93);

V – TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada à Empresa Jornal do Comércio S.A. mediante Decreto nº 27.901, de 21 de março de 1950, renovada e transferida para a Rádio Jornal do Comércio Ltda., pelo Decreto nº 91.382, de 1º de julho de 1985, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria MC nº 144, de 29 de abril de 1998 (Processo nº 29103.000446/931);

VI – TV e Rádio Jornal Do Comércio Ltda., a partir de 1º de maio de 1995, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada à Empresa Jornal do Comércio S.A. mediante Decreto nº 37.992, de 27 de setembro de 1955, renovada e transferida para a Rádio Jornal do Comércio Ltda., pelo Decreto nº 91.384, de 1º de julho de 1985, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria MC nº 144, de 29 de abril de 1998 (Processo nº 29103.000449/93);

VII – Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 579, de 4 de outubro de 1956, renovada pelo Decreto nº 89.484, de 27 de março de 1984, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, mediante Portaria nº 39, de 21 de maio de 1987, do Delegado do Ministério das Comunicações no Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000165/94);

VIII – Rádio Teresópolis Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 869, de 30 de setembro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 53770.000298/94);

IX – Emissoras Reunidas Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Sociedade Radiodifusora Passo Real Ltda., pela Portaria MVOP nº 280, de 16 de abril de 1945, renovada pelo Decreto nº 89.713, de 29 de maio de 1984, e transferida pelo Decreto nº 98.388, de 13 de novem-

bro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53790.000217/94);

X – Rádio América do Rio Grande do Sul Ltda, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 20 de 15 de janeiro de 1960. e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 53790.000194/94);

XI – Rádio Progresso Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 116, de 5 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53790.000215/94);

XII – Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994 na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 347, de 12 de abril de 1949, renovada pela Portaria MC nº 86, de 26 de abril de 1984, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 80, de 10 de agosto de 1984, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53790.000196/94);

XIII – Sociedade Rádio Integração Ltda., a partir de 20 de setembro de 1997, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria nº 958, de 14 de setembro de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.955, de 24 de setembro de 1987 (Processo nº 53790.000729.97);

XIV- Sociedade Rádio Palmeira Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, nas, cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 608, de 4 de julho de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.372, de 8 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53790.000240/94);

XV- Rádio Sociedade Rondônia Ltda., a partir de 25 de fevereiro de 1995, na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 90.849, de 23 de janeiro de 1985 (Processo nº 53800.00026S/94);

XVI – Fundação Frei Rogério a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curitiba. Estado de Santa Catarina. outorgada originariamente à Rádio Coroador Ltda., pela Portaria MVOP nº 531, de 3 de junho de 1955. renovada pelo Decreto nº 90.576, de 28 de novembro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 91.387, de 1º de julho de 1985, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50820.000064/94);

XVII – Rádio Caçanjurê Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. outorgada pela Portaria MVOP nº 53, de 30 de janeiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 90.576, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 50820.000069/94);

XVIII – Rádio Difusora Colméia de Porto União Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 764, de 6 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.487, de 28 de março de 1984 (Processo nº 50820.000071/94);

XIX – Rádio Cultura de Xaxim Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina outorgada pela Portaria MJNI nº 168 – B, de 11 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.592, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 50820.000063/94);

XX – Rádio Municipalista de Botucatu Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MJNI nº 167-B, de 9 de agosto de 1961, e renovada pelo Decreto nº 91.669, de 20 de setembro de 1985 (Processo nº 50830.000293/94);

XXI – Pinhal Rádio Clube Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 635, de 8 de julho de 1946, e renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984 (Processo nº 50830.000315/94);

XXII – Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 438 de 20 de agosto de 1940, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50830.000278/94);

XXIII – Rádio Jauense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade do Jaú, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 433, de 27 de maio de 1957, e renovada pelo Decreto nº 91.669, de 20 de setembro de 1985 (Processo nº 50830.000316/94);

XXIV – Rádio Cultura de Promissão Sociedade Limitada a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Promissão, Estado de São Paulo. outorgada pela Portaria MVOP nº 16, de 8 de janeiro de 1949, renovada pela Portaria nº 230, de 30 de outubro de 1984, e autorizada a passar a condição de concessionária em virtude de aumento de potência, conforme Decreto nº 97.153, de 1º de dezembro de 1988 (Processo nº 50830.000390/94);

XXV – Rádio São Carlos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 177, de 29 de março de 1940, e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 50830.000283/94);

XXVI- Rádio Piratininga de São João da Boa Vista Ltda a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 859, de 17 de outubro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 50830.000288/94).

Art. 2º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, outorgada à Rádio São Carlos Ltda., pela Portaria nº 126, de 3 de março de 1960, e renovada pelo Decreto nº 92.134, de 13 de dezembro de 1985 (Processo nº 50830.000112/93).

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 17 de maio de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, outorgada à Televisão Bahia Ltda., pelo Decreto nº 89.624, de 7 de maio de 1984 (Processo nº 53640.001880/98).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de junho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER CONJUR/MC Nº 460/2001

REFERÊNCIA: Processo nº 53790.000240/94

ORIGEM: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

INTERESSADA: Sociedade Rádio Palmeira Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga

EMENTA: Concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo em 12-5-94. Pedido apresentado intem-

pestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária

CONCLUSÃO: Pelo deferimento do pedido

A Sociedade Rádio Palmeira Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, requer, nos presentes autos, a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo ocorreu em 1º maio de 1994.

2. Mediante Portaria MVOP nº 608, de 4 de julho de 1955, foi outorgada concessão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

3. A outorga em questão foi renovada, a partir de 1º de maio de 1984, conforme Decreto nº 89.372, de 8 de fevereiro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 9 subsequente, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º) períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art 27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão.”

6. A requerente tem seus quadros societário e diretivo autorizados, respectivamente, pela Portaria nº 191, de 9 de maio de 1984, e Portaria MVOP nº 608, de 4 de julho de 1955, com a seguinte composição:

COTISTAS	COTAS
Alanco Leite do Amaral	4.000.000
David Figueiredo Martins	2.000.000
José Benony Lima do Amaral	2.000.000
TOTAL	8.000.000

DIRETOR: David Figueiredo Martins

7. Vale ressaltar que durante o período de vigência da outorga a entidade possui 2 (duas) penas de multa, conforme se verifica de seus assentamentos cadastrais.

8. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia às fls. 52.

9. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Comunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 64 (verso) e 67.

10. Tendo sido renovada a outorga em questão, a partir de 1º de maio de 1984, o período de requerimento da sua renovação, nos termos da legislação específica, se completaria entre 1º de novembro de 1993 e 1º de fevereiro de 1994.

11. Conforme consta dos autos, o citado pedido foi apresentado na DMC/RS, em 7 de fevereiro de 1994, excedido, pois o prazo legal. Todavia, observe-se que a renovação foi requerida ainda na vigência da outorga.

12. No que respeita à intempestividade do pedido, mencionada no presente parecer, tecemos algumas considerações.

13. A legislação que trata da renovação das concessões e permissões está consubstanciada na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

14. Nos termos da legislação citada, “as entidades que pretenderem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo” (art. 4º da Lei nº 5.785/72 e art. 3º do Decreto nº 88.066/83).

15. O Decreto nº 88.066/83, em seu artigo 7º, assim dispõe:

“Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

I – renovação não for conveniente ao interesse nacional;

II – verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não

observou suas finalidades educativas e culturais.”

16. Da leitura do dispositivo citado resulta, de plano, que o não requerimento da renovação do prazo da outorga resultará na adoção das medidas pertinentes, com a instauração do correspondente processo de perempção, até a declaração da perempção da outorga, extinguindo-se, desta forma, a relação jurídica estabelecida entre a União e a concessionária ou permissionária do serviço de radiodifusão, por manifesto desinteresse dos outorgados na manutenção dessa relação.

17. Todavia, os pedidos de renovação de outorga apresentados intempestivamente, ou seja, ultrapassado o prazo legal, inclusive aqueles apresentados nos autos do processo de declaração de perempção já instaurado, deverão ser apreciados e ter prosseguimento, entendimento esse adotado por este Ministério das Comunicações desde os idos de 1973, quando foi promovida no País, pela primeira vez, a revisão de todas as concessões e permissões até então outorgadas, nos termos da Lei nº 5.785/72.

18. Naquela oportunidade, concluiu-se pela juridicidade dos procedimentos e pela legalidade da renovação, em pedidos com incidente de intempestividade, uma vez que o pedido, mesmo intempestivo, arreda a incidência da extinção da outorga, por ter havido, mesmo que tardia, a manifestação de vontade e interesse na continuação da exploração do serviço de radiodifusão, entendimento esse mantido até os dias de hoje e que consideramos plenamente defensável à luz da legislação brasileira e da melhor doutrina, que abordamos ligeiramente.

19. É, a perempção, genericamente conceituada como a extinção de um direito. Tecnicamente, entretanto, tem-se que a perempção ocorre sempre dentro do processo e com relação ao processo, quando se deixa de praticar ato ou não se faz o que deveria fazer, dentro dos prazos estabelecidos, conforme incisos II e V do art. 267 do Código de Processo Civil.

20. Aproxima-se do conceito de decadência e de prescrição (ambas reguladas pelo inciso IV do art. 269 do CPC) quanto à proximidade dos seus efeitos. Todavia, não pode ser com estas confundida, porque se aplica exclusivamente ao processo e não ao direito.

21. Difere fundamentalmente tanto da prescrição quanto da decadência uma vez que “a perempção tanto pode referir-se à extinção da ação, como somente à perda do direito de exercício de um ato, que

pertence ou faz parte do processo, sem que este se paralise ou se aniquile, por inteiro”.

“E tanto assim é que no caso de absolvição de instância, pode esta ser restaurada enquanto na decadência ou na prescrição nada mais se tem a restaurar, desde que tudo é morto ou extinto, seja direito ou seja ação.” (De Plácido e Silva. Vocabulário Jurídico, fls. 414, 12ª ed. Forense).

22. No mesmo sentido, Luiz Rodrigues Wambier (Curso Avançado de Processo Civil – Ed. Revista dos Tribunais – 1998 – pág. 610)

• “A perempção, a que alude o art. 267, V, é instituto processual cuja definição é expressa legalmente. Esta definição está no art. 268, parágrafo único, que contém uma imprecisão de linguagem técnica consistente na expressão ‘nova ação’. Não se aplica o preceito se, na verdade, de ‘nova ação’ se tratar. A mesma imperfeição técnica não tem lugar, todavia, no *caput* do artigo, onde se faz menção à possibilidade de que ‘se intente de novo a ação’”

• Vê-se, pela última parte do parágrafo único do artigo em tela, que o fenômeno processual da perempção gera, por assim dizer, a “perda à pretensão (perda da possibilidade de se afirmar que se tem direito), e não a perda do direito em si, tendo em vista a possibilidade que remanesce, ao autor, de alegá-lo em sua defesa”.

23. E ainda, Moacyr Amaral Santos (Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, 2º vol. – pág. 105 – Ed. Saraiva – 17ª ed.)

• “Com a decretação da extinção do processo por um dos motivos enumerados no art. 267 do referido Código, aquele se encerra sem julgamento do mérito. Permanece íntegra a pretensão do autor que, entretanto, não pode ser apreciada e decidida no processo, pois que se extinguiu. Daí ocorrer o seguinte efeito:

Ao autor será permitido intentar *de novo* a ação, salvo quando a extinção do processo tiver sido decretada com fundamento no nº V do art. 267 (Cód. Cit., art. 268).”

24. Diante de tais conceitos e observados os efeitos deles decorrentes, o legislador buscou no Direito Processual Civil, e sabiamente introduziu no texto do Decreto 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que regulamentou a Lei nº 5.785/72, a figura da perempção e não a da decadência ou da prescrição, traduzindo-se, aí, a possibilidade de se restaurar, tanto o processo quanto o direito.

25. Por outro lado, há que se ter presente o Princípio da Continuidade que informa o Direito Administrativo, de que “a atividade da Administração é ininterrupta, não se admitindo a paralisação dos serviços Públicos”. Assinale-se que esse princípio não distingue o serviço executado diretamente pela Administração, daquele que é delegado ou concedido pelo Estado ao particular, que o executará em seu nome. Exatamente aí é que residem as concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

26. O Princípio da Continuidade dos serviços públicos tem como escopo o princípio maior – da proteção dos beneficiários da atividade administrativa – uma vez que a extinção de um serviço que vem sendo regularmente prestado a uma determinada comunidade resultaria em prejuízo maior para a mesma comunidade, que seria privada do serviço.

27. Ainda é de se considerar que este Ministério, ao dar curso ao pedido intempestivo de renovação, formulando exigências compatíveis à espécie, assentiu na continuidade do processo, reconhecendo-o sanável, admitindo, de modo inequívoco, que os estudos inerentes se concluíssem no sentido da renovação.

28. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente renovação, deve o processo seguir em seu trâmite, sendo viável, juridicamente, que se autorize a postulada renovação, por 10 anos, a partir de 1º de maio de 1994.

29. Estando cumpridas as praxes processuais, no que se refere à análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios – exposição de motivos e decreto presidencial – à consideração do Exmº Senhor Ministro de Estado das Comunicações que, em os aprovando, os submeterá ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

30. Posteriormente, a matéria deverá ser objeto de apreciação pelo Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

É o parecer “**subcensura**”.

Brasília, 3 de abril de 2001. – **Flávia Cristina dos Santos Rocha Borges**, Coordenadora.

De acordo. Encaminhe-se à Sra. Consultora Jurídica.

Em 20 de abril de 2001. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro.

Em 20 de abril de 2001. – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

(*À Comissão de Educação.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2003

(Nº 2.220/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 303, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 303, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 285, de 19 de março, de 2002 – Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda., na cidade de Itambacuri – MG;

2 – Portaria nº 293, de 19 de março de 2002 – DRT – Duagreste Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Arapiraca – AL;

3 – Portaria nº 303, de 19 de março de 2002 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., na cidade de Coqueiro Seco – AL;

4 – Portaria nº 307, de 19 de março de 2002 – Sistema Cab de Comunicado Ltda., na cidade de Teresina – PI;

5 – Portaria nº 318, de 19 de março de 2002 – Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda., na cidade de Camanducaia – MG;

6 – Portaria nº 336, de 19 de março de 2002 – Rádio FM Eldorado Ltda., na cidade de Corrente – PI;

7 – Portaria nº 339, de 19 de março de 2002 – Rádio Primavera FM de Guariba Ltda., na cidade de Guariba – SP;

8 – Portaria nº 340, de 19 de março de 2002 – Rádio e TV Centauro Lula., na cidade de Campina Verde – MG;

9 – Portaria nº 342, de 19 de março de 2002 – KMR – Telecomunicações Ltda, na cidade de Itaí – SP;

10 – Portaria nº 349, de 19 de março de 2002 – Sistema Independente de Radiodifusão Ltda., na cidade de Conceição de Ipanema – MG;

11 – Portaria nº 369, de 19 de março de 2002 – Empreendimentos Centro Sul Ltda, na cidade de Florianópolis – PI;

12 – Portaria nº 369, de 19 de março de 2002 – Rádio FM da Barra Lula, na cidade de Barra Velha – SC; e

13 – Portaria nº 373, de 19 de março de 2002 – Oliveira & Vieira Radiodifusão e Produção Lula., na cidade de Brasília de Minas – MG.

Brasília, 24 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

MC Nº 392 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 001/2000 – SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alte-

rada pela Portaria nº 795 de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com do § 3º da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 303 ,DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.00016012000, Concorrência nº 001/2000.SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deve ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

**SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA
CONTRATO SOCIAL**

JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua professor Nabuco Lopes, 63 Apartamento, 304 – Ed. Terra Mar – Jatiúca – Maceió/AL, identidade nº 1.251.714 – SSP/AL e CPF nº 140.494.905 – 44 e **ILDEFONSO ANTONIO TITO UCHÔA LOPES**, brasileiro, casado, químico industrial, residente e domiciliado no Condomínio Aldebaram, Alfa, D4 – Tabuleiro – Maceió/AL, identidade nº 226.019 – SSP/AL e CPF nº 133.432.544-87, por este instrumento particular de contrato social, constituem uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, visando explorar serviços de radiodifusão, entidade esta que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – A sociedade girará sob a denominação de **SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, e terá como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA II – A Sede da Sociedade será na Av. Dona Constância, 205 – Jatiúca – Maceió/AL, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA III – O Foro da Sociedade será o da Comarca de Maceió/AL, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA IV – O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

2

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 19 de 12 de 01

CLÁUSULA V – O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuído entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
1. JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA	50.000	50.000,00
2. ILDEFONSO ANTONIO T. UCHÔA LOPES	50.000	50.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

CLÁUSULA VI – A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

a – 30% (trinta por cento) do capital, ou seja, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ato da assinatura do presente instrumento;

b – Os restantes R\$70.000,00 (setenta mil reais) que serão integralizados, com o interesse da sociedade no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA VII – A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º *in fine* do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA VIII – As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA IX – As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X – A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Primeiro – É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros;

§ Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Entidade serão brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete, in solidum ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

CLÁUSULA XV - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, o cotista **JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XVI - O Sócio-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVII - É expressamente proibido ao Sócio-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLÁUSULA XVIII - A título de pró-labore, o Sócio-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas que representem a maioria do capital social, para viger num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural deste logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa, e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XIX - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XX - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXI - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro a faculdade de optar entre:

- a - a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes; ou,
- b - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula XIX deste instrumento, caso, por motivo qualquer não possa ingressar na Sociedade)

CLÁUSULA XXII - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA XXIII - Excetuada a hipótese de sucessão nerea, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto número 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto número 91.837/85.

CLÁUSULA XXIV - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXVI - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVII - A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios cotistas declaram que não estão incursos em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade a fim.

CLÁUSULA XXIX - Não sendo ou deixando de ser permissionária ou concessionária de serviço de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXX - O início das atividades da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim, por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram datilografar o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na anverso de 06 (seis) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que o levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

Maceió/AL, 04 de maio de 2000

JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA

ILDEFONSO ANTONIO TITO UCHÔA LOPES

**USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**

JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA
Sócio-Gerente

André Condeiro de Sousa
Advogado
OAB/AL 4.315 CPF 445.193.114-90

TESTEMUNHAS:

1ª

VANILZA LINS UCHÔA
CPF. 296.633.934-94

2ª

ELIÉDA OLIVEIRA DE LIMA
408.224.194-94

1. SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE MACEIO
Rua Dr. Luiz Poytes de Miranda, N. 88
Centro - Maceio - Alagoas

RECONHECO as firmas por semelhança de:
JOSE QUEIROZ DE OLIVEIRA, ILDEFONSO
ANTONIO TITO UCHÔA LOPES, etc.
Maceio, 04 de Maio de 2000
Em Testemunha e da Verdade

CELSD CARMENTO PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RANALHO
- Escrevente Autorizada
1174786/03910521157779-1



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO
Títulos e Documentos e P. Jurídicas - Maceió - AL

RIBURCIO VALERIANO, 101/105 CENTRO - MACEIO - AL - CEP 57020-200

OFICIAL: LUMAR FONSECA DE MACHADO
SUBSTITUTO: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO

ENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº
CERTIFICADO E DOU FE

37792

MACEIO - AL 8 MAI 2000

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 33, DE 2003**

(Nº 1.754/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 414, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.022, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar serviços de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001 – Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, na cidade de Espinosa – MG;

2 – Portaria nº 316, de 25 de maio de 2001 – Fundação Santo Antônio de Grão Mogol, na cidade de Grão Mogol – MO;

3 – Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001 – Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão, na cidade de Pouso Alegre – MG;

4 – Portaria nº 333, de 25 de junho de 2001 – Agência de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural de Bom Despacho, na cidade de Bom Despacho – MG;

5 – Portaria nº 352, de 4 de julho de 2001 – Associação Comunitária da Região Central do Município de Betim – ASCORBE, na cidade de Betim – MG;

6 – Portaria nº 391, de 26 de julho de 2001 – Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga – ARO, na cidade de Juripiranga – PB;

7 – Portaria nº 402, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária de Rádio e Desenvolvimento Social de Gavião Peixoto – ACORDES, na cidade de Gavião Peixoto – SP;

8 – Portaria nº 403, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária Educativa de Piedade, na cidade de Piedade-SP;

9 – Portaria nº 404, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente, na cidade de Buritizal – SP;

10 – Portaria nº 405, de 27 de julho de 2001 – Associação Comunitária, Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo, na cidade de Morro Agudo – SP;

11 – Portaria nº 411, de 7 de agosto de 2001 – Associação dos Movimentos Populares de Alto Horizonte – Goiás AMPAH, na cidade de Alto Horizonte – GO;

12 – Portaria nº 412, de 7 de agosto de 2001 – Associação Comunitária Amigos de Cataguases, na cidade de Cataguases – MG;

13 – Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001 – Associação Comunitária Onda Nova – ACON, na cidade de Lagoa Santa – MG;

14 – Portaria nº 414, de 7 de agosto de 2001 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, na cidade de Itajobi – SP; e

15 – Portaria nº 415, de 7 de agosto de 2001 – Associação Promocional da Paróquia de Itirapina – APPI, na cidade de Itirapina-SP.

Brasília, 24 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 527 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a

sedimentação da cultura geral das localidades postulantess.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.001795/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, Objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 414, DE 7 DE AGOSTO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001795/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, com sede na Rua Bahia, nº 140, Parque do Colégio, na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º18'41"S e longitude em 49º03'38"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga.

RELATÓRIO Nº 208/2001 – DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.830.001.795/98, de 25-8-1998.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, localidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, inscrita no CNPJ sob o número 02.682.906/0001-69, Estado de São Paulo, com sede na Rua Bahia, nº 140, Parque do Colégio, Cidade de Itajobi, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 24-8-1998, e posteriormente, datado de 13-4-1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

•atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

ria, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte::

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Bahia nº 140, Parque do Colégio, Cidade de Itajobi, Estado de São Paulo;

– **coordenadas geográficas**

21°19'00"S de latitude e 49°09'30" W de longitude, retificadas em 21°22'50"S de latitude e 49°03'17"W de longitude, e por fim em 21°18'41"S de latitude e 49°03'38"W de longitude correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 240 e 241, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fis. 243 e 244, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.001.795/98 de 25 de agosto de 1998.

Brasília, 2 de julho de 2001. – **Adriana C. Costa**
Relator da Conclusão Jurídica – Relator da Conclusão Jurídica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de julho de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação.)

PARECERES

PARECER Nº 138, DE 2003

Da Comissão de Educação, relativo à Indicação nº 4, de 2002, de iniciativa do Senador Reginaldo Duarte, que sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado a criação de universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará.

Relator: Senador José Jorge

I – Relatório

A Indicação nº 4, de 2002, sugere à Comissão de Educação o estudo da criação de universidade federal na região do Vale do Cariri, Estado do Ceará.

Segundo o autor da proposta, o dinamismo da economia cearense, especialmente da região do Vale do Cariri, aliado à expansão recente do número de concluintes do ensino médio e à carência de instituições dessa natureza no Estado, requer maiores investimentos públicos federais que promovam a ampliação das oportunidades de ensino superior.

A esse respeito, ressalta que, em alguns estados brasileiros, a União mantém mais de uma universidade enquanto, no Ceará, apenas uma, na capital, procura atender à demanda de toda a população.

II – Análise

Em nosso modo de ver, a sugestão do Senador Reginaldo Duarte é sensata e oportuna porque, se por um lado as tentativas de criar escolas e universidades mediante a apresentação de projetos de lei autorizativos, prática comum no Congresso Nacional, têm-se mostrado infrutíferas, por outro, a oferta de educação superior é insuficiente para atender à demanda de formação dos jovens brasileiros. Dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que, no Brasil, a taxa de matrícula no ensino superior, na faixa de idade entre 18 a 25 anos, é muito mais baixa do que em países como a Argentina, França, Coréia do Sul, Canadá e Estados Unidos.

Sabe-se que, durante toda a década de 80 e início dos anos 90, o sistema de educação superior permaneceu praticamente estagnado. De acordo com o Ministério da Educação, entre 1980 e 1994, as matrículas do ensino superior cresceram apenas 14,8%, enquanto nos cinco anos seguintes verificou-se uma expansão de 22%.

Hoje, embora o setor evidencie uma taxa média de expansão de 11% ao ano, conforme expressam os

dados do Censo da Educação Superior de 2000, ainda é grande a defasagem entre as vagas ofertadas e o número de excluídos.

Além disso, deve-se ter em conta que o maior responsável pela expansão observada tem sido o setor privado que, em geral, não prima pela qualidade dos cursos que oferece. De 1994 a 2000, o número de instituições privadas aumentou 86%, enquanto o de instituições federais apresentou um crescimento de apenas 33%.

A evolução recente do ensino médio, resultante dos movimentos de reforma da educação básica, torna a situação mais complexa. No período de 1996 a 1999, por exemplo, as matrículas desse nível de ensino cresceram 35,4% e o número de concluintes quase dobrou. Tomando-se por base os esforços dos sistemas de ensino para melhorar a produtividade e a eficiência da educação básica e, particularmente, do ensino médio, a expectativa é de que essa tendência de crescimento continue até 2005, dificultando sempre mais a absorção dos egressos pelo sistema de educação superior.

Ademais, as universidades brasileiras destacam-se como centros de excelência tanto no desenvolvimento da pesquisa básica quanto na formação de profissionais de alta qualificação. Não se deve esquecer que, ao contrário do que ocorre em outros países, quase toda a pesquisa básica brasileira é feita no interior dessas instituições.

No mundo globalizado em que estamos inseridos, a disponibilidade de mão-de-obra especializada constitui ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Resta-nos, pois, congratular e apoiar o autor da iniciativa que, acreditamos, poderá estimular senadores, membros da sociedade e o Governo Federal a analisar de forma criteriosa as possibilidades de ampliação da rede de universidades públicas, principalmente, nos estados do Norte e Nordeste brasileiros.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Indicação nº 4, de 2002.

Sala da Comissão, 11 de março de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – José Jorge, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO INS Nº 04 / 03 NA REUNIÃO DE 11/03/02
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	<i>Sen. Osmar Dias</i>
RELATOR: <i>[assinatura]</i>	<i>Sen. José Jorge</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	
FÁTIMA CLEIDE	1-TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2-ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3-EURÍPEDES CAMARGO
JOÃO CAPIBERIBE	4-PAPALÉO PAES
DUCIOMAR COSTA	5-SIBÁ MACHADO
AELTON FREITAS	6-(VAGO)
VALMIR AMARAL	7-(VAGO)
(VAGO)	8-(VAGO)
PMDB	
HÉLIO COSTA	1-MÃO SANTA
ÍRIS DE ARAÚJO	2-GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-JUVÊNCIO DA FONSECA
GERSON CAMATA	4-LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5-(VAGO)
JOSÉ MARANHÃO	6-AMIR LANDO
RENAN CALHEIROS	7-(VAGO)
PFL	
DEMÓSTENES TORRES	1-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3-JOSÉ AGRIPINO
LEOMAR QUINTANILHA	4-MARCO MACIEL
RENILDO SANTANA	5-PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6-(VAGO)
PSDB	
SÉRGIO GUERRA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2-EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE	3-OLIVIR GABARDO
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIA VÂNIA
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2-(VAGO)
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

(À Comissão de Educação.)

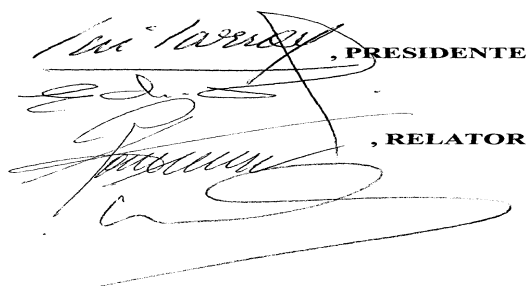
PARECER Nº 139, DE 2003

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997, que altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências, consolidando o destaque de Plenário para exclusão da cláusula revogatória.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de março de 2003.



PRESIDENTE
RELATOR

ANEXO AO PARECER Nº 139, DE 2003**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997.**

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outra providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte item 8:

“Art. 9º

8 – omitir ou retardar a tomada de medidas oportunas e eficazes, na esfera de suas atribuições, concorrendo para o agravamento de desastres, apesar de alertado, na forma da lei, por órgão ou entidade do sistema de defesa civil.” (NR)

Art. 2º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:

“Art. 1º

XXIV – omitir ou retardar a tomada de medidas oportunas e eficazes, na esfera de suas atribuições, concorrendo para o agravamento de desastres, apesar de alertado, na forma da lei, por órgão ou entidade do sistema de defesa civil.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 14 a 33, de 2003, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 122, II, “b”, do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações:

I – Relatório completo sobre a morte da brasileira Prisciliana Pereira Acosta, ocorrida nas margens do Rio Bravo, no México, ao tentar transpor as fronteiras entre aquele país e os Estados Unidos da América;

II – Quais foram os procedimentos de repressão policial a imigrantes ilegais na data do fato, bem como nos seus dias anteriores e posteriores, adotados pelas polícias de fronteira norte-americana e mexicana?

III – Quais as providências adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores, no sentido de desestimular a emigração irregular?

IV – Quais as medidas adotadas pelo MRE, objetivando a proteção à vida e a preservação da integridade física dos brasileiros capturados pelas polícias de fronteira norte-americana e mexicana, e que tipo de assistência lhes têm sido prestada pelo Governo brasileiro?

Justificação

Os problemas enfrentados pelos brasileiros que tentam transpor as fronteiras entre México e Estados Unidos da América são preocupantes. A morte da brasileira Prisciliana Pereira Acosta e as constantes prisões de brasileiros, executadas pela polícia de fronteira desses dois países, são exemplos que demonstram a delicadeza da situação e a necessidade de se tomar medidas urgentes, que visem ao acompanhamento, à assistência e à proteção dos nossos patrícios no exterior.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Hélio Costa**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas, à Excelentíssima Senhora Ministra das Minas e Energia, informações sobre as providências e estratégias que serão adotadas pela Petrobras, para a compra de petróleo no caso de uma guerra no Iraque, e se essa empresa providenciou um estoque especial de petróleo, com a finalidade de assegurar a estabilidade do preço do produto, em uma eventual crise econômica decorrente da guerra.

Justificação

Com o iminente conflito militar no Oriente Médio, cresce a preocupação mundial com a questão humanitária e econômica, em especial quanto ao preço do barril de petróleo, matéria-prima indispensável ao desenvolvimento econômico mundial.

O Brasil, como país importador de petróleo, não foge a essa regra e deve ficar atento aos desdobramentos da possível guerra entre EUA e Iraque, notadamente no que diz respeito à instabilidade do preço do petróleo, pois um impacto substancial no seu custo provocará desequilíbrios que somente uma estratégia eficiente poderá garantir a estabilidade econômica.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Hélio Costa**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE(Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 128, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (nº 4.649/98, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Tião Viana, Ney Suassuna, José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Este requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, Inciso II, do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem de chegada, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição, na forma regimental, para uma comunicação Inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, da mesma forma, requeiro a V. Exª a minha a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma comunicação inadiável.

Estou inscrito em oitavo lugar e posso não conseguir falar, por causa da Ordem do Dia. Como considero importantíssimo fazer uma comunicação sobre a iminência da guerra, peço a minha inscrição. Porém, se chegar a minha vez antes, eu a cederei ao Senador Jefferson Péres, já que S. Exª chegou praticamente junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª será atendido.

O SR. JEFFERSON PERÉS (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação de liderança antes da Ordem do Dia.

Não sei se o número de inscritos já se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Jefferson Péres, na condição de Líder, V. Ex^a pode usar da palavra a qualquer momento, inclusive agora, se for o desejo de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Prefiro um pouco mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a será atendido no momento em que desejar usar da palavra.

Na prorrogação da Hora do Expediente, S. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. Estão inscritos, em primeiro lugar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, em seguida, o Senador Almeida Lima e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Pará.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nos últimos dias, temos visto grande debate em que setores recalcitrantes da sociedade brasileira têm difundido posições alarmistas acerca da situação do meio rural brasileiro. Descrevem um clima de caos e violência no campo, o que não guarda absolutamente nenhuma vinculação com a realidade. O que existe é um debate preconceituoso e estimulador da violência, que em nada contribui para a condução pacífica e serena da reforma agrária. E isso não é fortuito, Sr. Presidente.

Sempre que se inicia um processo sério e consistente de reforma agrária no País, forças conservadoras, atingidas em privilégios imorais, se insurgem para desestabilizar as instituições e armar o ambiente de caos político e social. Assim ocorreu em 1964, com as anunciadas reformas de base do Presidente Jango. Do mesmo modo se repetiu no início da redemo-

cratização, sob o Governo do Presidente José Sarney, com a desestabilização do Incra. A quem interessa, portanto, a geração desse ambiente artificial?

Consideramos a reforma agrária um tema crucial para a modernização e democratização da sociedade brasileira. Por isso, é fundamental sua discussão no Senado da República. Mas exigimos, porém, a realização de um debate aberto, honesto, livre de obscurantismo e de mistificações.

Decididamente, não é verdade haver descontrole e aumento da violência no campo! Ao contrário, está ocorrendo a diminuição dos conflitos, senão vejamos os próprios números:

No primeiro trimestre do **Governo Lula**, ocorreram **24 conflitos agrários**. A média de conflitos, no primeiro trimestre dos últimos quatro anos do **Governo FHC**, foi de **79** episódios; ou seja, uma diminuição de 70% no número de conflitos agrários, em decorrência exatamente do diálogo, da implementação da reforma agrária, que, nesse caso, está sendo conduzida pelo nosso Ministro Miguel Rossetto, sob orientação do nosso Presidente Lula.

Tem mais, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, comparando o primeiro trimestre deste governo recém-iniciado com o período equivalente do governo anterior, ou seja, em 1965, o resultado é ainda mais surpreendente: no primeiro trimestre do **Governo FHC**, em 1995, houve **199**, ou seja, quase 200 eventos registrados de conflitos agrários contra os 24 atuais. Ou seja, mais de oito vezes menos conflitos agrários.

Devemos ser prudentes e responsáveis no trato de questões tão relevantes quanto complexas. Aliás, muitos dos que proclamam o crescimento da violência são os mesmos que legaram ao País a maior vergonha e tragédia da história republicana, a mancha trágica do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, no meu Estado do Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996 – que, aliás, registro, a imprensa divulgou que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA aceitou o pedido do MST para que se investigue o caso de Eldorado do Carajás. Portanto, o Estado brasileiro é oficialmente acusado e o Governo terá dois meses para apresentar sua defesa junto à OEA, o que demonstra que isso, sim, é violência e descaso no campo.

Agindo dessa maneira estar-se-ão estimulando posturas perigosas e inaceitáveis, como a formação de milícias privadas para responder a uma hipotética

escalada de ações no campo. Acredito que se trata de mais uma tentativa de se justificarem essas milícias e ações, dizendo-se que atualmente existe o caos no campo.

Outra estranha acusação diz que o Incra foi convertido em braço do MST, com militantes deste e de outros movimentos dirigindo o órgão. Quero dizer às SRA.s e aos Srs. Senadores que isso é a mais absoluta mentira. Não existe um único militante organicamente ligado ao MST que esteja dirigindo alguma Superintendência do Incra, mas, mesmo se houvesse, não existiria problema. Há, na Superintendência do Incra, técnicos e quadros políticos, sim, com larga experiência na área e, portanto, dirigentes aptos a cumprir sua missão pública, em observância aos mandamentos constitucionais.

Que visão autoritária e anti-republicana é essa que não admite que pessoas relacionadas aos movimentos sociais possam ocupar cargos públicos? Essa visão criminaliza não só as organizações da sociedade como também gestores públicos com capacidade de diálogo e identidade com os interesses sociais.

Qual o crime cometido por um ecologista que atua na área ambiental de um governo? Qual o crime que cometem um produtor rural e um industrial por atuarem na agricultura ou na área do desenvolvimento? Pergunto-lhes: qual é, mesmo, o crime praticado por um sanitarista que se entrega à missão de salvar vidas no Ministério da Saúde? Os que sustentam essa tese por acaso desejariam que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário fossem conduzidos por inimigos da reforma agrária e da agricultura familiar?

Eu não poderia também deixar de citar, Sr. Presidente, a acusação que fazem de que, no nosso Governo, o Incra é conivente com os movimentos sociais, que são e sempre foram autônomos – aliás, sempre defendemos essa autonomia. E os que fazem essa acusação por acaso acham que o Incra é uma instituição policial? Desejariam convertê-lo em polícia fundiária, ao invés de instituição executora da reforma agrária? Definitivamente, não!

O Incra está, isso sim, sendo reestruturado depois de uma política de sucateamento do Estado e principalmente de órgãos que tinham como função executar ações que não interessavam a Governos anteriores. O Incra tem uma missão que a sociedade brasileira lhe encomendou.

É verdade que excessos das organizações sociais são tratados com rigor, por isso quero elogiar a atitude do Ministro Miguel Rossetto por ocasião dos epi-

sódios ocorridos no Mato Grosso, instruindo a abertura de inquérito para apuração de responsabilidades e punições.

Qual é, mesmo, a verdadeira natureza dos conflitos e da disputa pela reforma agrária no Brasil, Sr. Presidente?

Não se pode atribuir aos movimentos sociais, aos sem-terra, agricultores, setores eclesiais, ONGs e outros a existência do conflito pela terra. A verdadeira natureza do conflito reside na constante expulsão de mulheres e homens do campo, de uma estrutura fundiária arcaica e da permanente exclusão social produzida por um modelo econômico que hipotecou a soberania do nosso País.

Os conflitos no campo advêm do fato de que o Brasil é a única potência econômica do Planeta (10ª economia) que ainda não realizou a reforma agrária. Digo firmemente que **não foi feita reforma agrária no País**, em que pese a publicidade utilizada pelo Governo FHC para iludir a população, para que acreditasse no contrário. Nesses oito anos, ocorreu um arranjo fundiário arcaico e atrasado, como bem caracterizou o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, em entrevistas recentes: uma reforma agrária do século XIX.

A SRA. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ouço a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora, seu pronunciamento procede na totalidade. Eu o reforço como se o estivesse fazendo. Acompanho essa questão, principalmente no Mato Grosso – um dos Estados a que V. Exª fez referência –, que está à beira de um conflito. Realmente, acreditamos que, a partir de agora, as soluções comecem a acontecer, e com agilidade, porque a situação, naquela região, é insustentável. Costumo dizer que o Incra, até agora, devia ter tido um outro nome, porque nada lá acontece. Inclusive, costumo chamá-lo, em meu Estado, de “incravado”. Lá, o processo começa e fica parado. Temos dezenas de processos iniciados – desde superfaturamento, corrupção de todo gênero, pessoas processadas, denúncias de todo tipo na Polícia Federal, etc. – em que nada acontece. O Incra de Mato Grosso é um dos mais complicados do País, senão o mais complicado. E o que é pior: hoje, está à beira de um conflito, realmente, entre grupos de pessoas que estão correndo risco de vida. Aconteceu, por exemplo, há poucos dias, na região do chamado Baixo Araguaia, uma reunião com o Ouvidor Agrário Nacional,

Dr. Gercino José da Silva Filho. Nessa audiência pública, estiveram representados, se não me engano, oito Municípios, e havia mais de oito mil pessoas. As famílias da Gleba Bridão/Brasileira – ocupada há quatro anos, se não estou equivocada – foram expulsas, no mês de dezembro, de forma drástica, terrível. Estão todos à beira da BR-158, e à beira de um conflito. Vivemos uma situação de irresponsabilidade até então, com um Governo que não fez a reforma agrária – eu diria que nem arranjos foram feitos, mas desacertos totais, pelo menos no Estado de Mato Grosso. Hoje, estava prevista uma reunião em Mato Grosso – que espero não tenha ocorrido – para discussão das milícias paralelas. Isso é crime e não podemos permitir que aconteça, venho falando desde ontem. Ouvi uma declaração de um grande latifundiário de outro Estado – não vou declinar porque não estou inteirada da história – de que a polícia só entra naquelas terras se for para retirar corpos. Não podemos permitir que o Estado de Direito seja afrontado, e ele o será se isso vier a acontecer. Muito obrigada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Eu gostaria de ler alguns números para mostrar o que foi feito nessa reforma agrária do século XIX, tão alardeada. Talvez, se os milhões gastos na propaganda dessa dita reforma agrária fossem investidos, realmente, nos assentamentos, a situação pudesse ser outra.

Alardeou-se o assentamento de 524.380 famílias no Governo passado, das quais 82 mil no Estado do Pará, mas vejamos as condições em que se encontram tais assentamentos:

a – 426 mil não têm acesso a estradas.

Eu, que sou funcionária do Banco do Brasil, e quando trabalhava em Itaituba, no Estado do Pará, nossos fiscais tiveram de comprar motos para poder fiscalizar os créditos. Motos! Imaginem V. Ex^{as} como, então, o produtor rural vai transportar o seu produto! Por meio de carroça? Ou no lombo?

Não têm acesso a estrada 426.316 desses 524 mil assentados; 463 mil não são servidos por rede elétrica; 483 mil não são abastecidos com água potável ou para utilização na lavoura; 299 mil famílias não têm casa; 216 mil não receberam um único centavo de crédito de apoio para instalar-se na terra; 276 mil não foram apoiadas por serviço de assistência técnica; 354 mil não receberam o plano de exploração econômica e agrícola, e 246 mil lotes não tiveram, até hoje, levantamento topográfico.

Portanto, frente a essa situação, pergunto-lhes, SRA.s. e Srs. Senadores: qual é a dignidade de uma pessoa que não tem moradia, que é obrigada a viver ao relento, como um animal? Qual é a dignidade de um ser humano que não tem água para beber, para alimentar os seus víveres e para irrigar a pequena lavoura? Como se imagina ser possível produzir sem energia elétrica? Alguém aqui se sente em condição de tal? Qual é a mágica? Com certeza, Senador Sibá Machado, essa sim é uma situação kafkiana, para usar expressão já proferida neste plenário. Kafkiano é gerar e acumular um passivo gigantesco em infra-estrutura, serviços sociais, assistência técnica e creditícia e, além disso, culpar assentados e pequenos produtores pela falência de uma reforma que não foi realizada. Kafkiano é ter uma estrutura latifundiária improdutiva e milhões de brasileiros famintos e esfomeados.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador Sibá, contanto que seja rápido, porque meu tempo já está terminando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa, a fim de disciplinar os trabalhos, alerta os nobres Senadores e a Oradora que o aparte, segundo o art. 14, inciso X, do Regimento Interno, é de 2 minutos.

Tendo em vista que a Oradora dispõe de 2 minutos, peço a colaboração de V. Ex^{as}, uma vez que, hoje, temos uma extensa Ordem do Dia e o tempo do aparte será descontado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida gostaria de apartear, Senadora Ana Júlia.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora o aparte e as observações feitas pela Mesa. Rapidamente quero dizer que ouvi do Presidente Lula e do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que a reforma agrária, neste Governo, será imediatamente tratada sob dois aspectos. Um diz respeito às famílias que ainda não têm terra, os sem-terra, que precisam da terra para trabalhar, e às que já tiveram terra mas não tiveram o devido acompanhamento, foram abandonadas, ficando os projetos de assentamento em todo o País em situação de campo de concentração. O outro aspecto que é preciso ressaltar aqui, nobre Senadora, é que me preocupa – e outros Parlamentares de ambas as Casas já falaram sobre ele – a forma como, novamente, estão querendo tratar o assunto da reforma agrária: com intimidação, com criação de milícias paralelas.

Ou seja, reforma agrária, no Brasil, algo básico na história – como V. Ex^a já nos lembrou –, sempre é tratada como estado de guerra. O apelo que fazemos ao Governo é que ele assuma a coordenação desse processo. A reforma agrária é uma política e uma reforma como qualquer outra que será tratada por esta Casa. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá Machado.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy. Apenas solicito a V. Ex^a brevidade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, e quero ressaltar a disposição do Presidente Lula, que, durante a sua campanha – e reiteradamente – disse que realizará a reforma agrária com um grande diálogo, inclusive entre eventuais proprietários de terra e trabalhadores, que estão querendo trabalhar na terra, como na luta pela terra prometida que, desde o tempo do Êxodo, se constitui uma luta por justiça. Então, muito mais do que utilizar métodos que não são os mais civilizados, deveriam essas pessoas procurar o Governo para sentar-se à mesa e realizar aquilo que constitui uma exigência de justiça. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Para concluir, eu diria que o Governo anterior gerou um círculo vicioso de aprofundamento da miséria no campo, e impôs condições subumanas e primitivas de vida nos assentamentos. Essa realidade nos permite entender a luta legítima travada na sociedade pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Estamos cumprindo o terceiro mês do nosso Governo, eleito com base numa plataforma de reformas exigidas pela sociedade brasileira, e a reforma agrária é uma delas.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, neste curto espaço de tempo muito já foi feito: nosso Governo conseguiu reduzir o conflito no campo, abriu canais permanentes de diálogo com todos os setores sociais e anuncia medidas de impacto imediato, como o seguro-safra e o plano safra, sobre os quais já falei nesta Casa.

O Ministro tem anunciado um plano sério e consistente para realizar a reforma agrária do Século XXI que o País exige. Uma reforma agrária que integre a pequena produção agrícola ao projeto de desenvolvimento nacional auto-sustentável em termos de produção para o consumo interno e de excedíveis agrí-

colas. Uma reforma agrária que habilite os pequenos produtores associados a participarem efetivamente da produção nacional, do desenvolvimento das comunidades e regiões, da soberania alimentar e da garantia de alimentação aos milhões de brasileiros que foram jogados à margem da sociedade nos últimos anos.

Isto posto, devemos nos perguntar se não é verdade que houve um aumento da violência no campo, se não é verdade que o Incra é um braço do MST e de outros movimentos sociais, se não é verdade que foi realizada a maior reforma agrária do mundo no País. A quem interessa produzir esse ambiente de violência e caos? A que interesses atende essa campanha desferida contra o Governo, contra setores da sociedade e contra os anseios democráticos contidos na Constituição brasileira? Qual é o temor de setores do Brasil, em especial do Estado do Pará, que foram historicamente beneficiados com créditos, benefícios fiscais, assistência técnica, obras de infra-estrutura e, apesar disso, segundo o Dr. Francisco Assis, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, são menos produtivos do que os pequenos agricultores?

A quem interessa, enfim, obstruir a realização pacífica e serena da reforma agrária no País?

Para concluir, Sr. Presidente, digo que esta Casa tem uma grande responsabilidade. Até porque os setores responsáveis pelo trabalho escravo – que, no Estado do Pará, infelizmente, concentram 80% – são os mesmos setores que fazem que o nosso Estado seja o campeão de mortes no campo. Para esses setores não interessa uma reforma agrária pacífica e feita com diálogo, que possa trazer desenvolvimento a este País e ao campo, além de trazer o que a sociedade tanto quer, paz no campo.

Portanto, quero dizer a esses setores que estão procurando justificativas para ações, na verdade, paramilitares, que nós não toleraremos esse tipo de atitude! Faremos o que quer a sociedade: levaremos paz ao campo com a reforma agrária.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, do PTB, do Estado do Amapá.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, estou nesta histórica tribuna do Senado Federal, pela primeira vez, para falar como Senador pelo Estado do Amapá, iniciando uma cami-

nhada que, esperamos, renderá os frutos desejados pelos amapaenses que para aqui me enviaram.

Sabemos que nossa presença nesta Casa destina-se, sobretudo, a servir ao País e honrar cada voto recebido nas urnas, em nossos Estados. Por isso, temos, simplesmente, o dever de defender, de forma responsável, os legítimos interesses do Estado que representamos e de seu povo.

É, sem dúvida, uma grande honra falar desta tribuna, pois aqui ecoaram as vozes influentes de homens públicos notáveis, em históricos debates, não menos importantes que aqueles que hoje se fazem no Senado Federal. Do Império aos nossos dias, esta Casa discutiu os mais relevantes temas nacionais, escrevendo, participativamente, boa parcela da história do Brasil.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, peço licença, neste primeiro discurso como Senador, para seguir a trilha da tradição desta Casa. Por isso, farei, em breves palavras, um relato sobre minha trajetória de vida e apresentarei informações históricas relativas ao Estado do Amapá.

Tenho satisfação de pertencer ao número dos que se engajam na resolução dos graves problemas de saúde brasileiros. Formado em Medicina, com especialização em Cardiologia, Medicina do Trabalho e Medicina Desportiva.

Com não menos satisfação, desta vez aliada ao sentimento do dever patriótico, servi o Exército Brasileiro no 3º Batalhão Especializado de Fronteiras em Macapá, onde fui membro da Junta de Inspeção de Saúde dos conscritos. Em 1980, ingressei no quadro de funcionários públicos do então Território Federal do Amapá, onde exerci os cargos de Diretor do Hospital Geral de Macapá; participei, ainda, como Membro da Junta Médica Pericial, do Conselho de Ciências e Tecnologia e do Conselho Fiscal da Teleamapá; ainda, do Conselho Estadual de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e do Conselho Regional de Medicina, do qual fui designado Tesoureiro, logo após ter exercido o cargo de Secretário de Saúde do meu Estado.

Seguindo sempre a seara de melhor servir o povo do Estado do Amapá, aceitei as missões de Secretário de Saúde do então Território Federal e também de Presidente Fundador do Conselho Territorial de Saúde.

Não podendo furtar-me às lutas científicas e corporativas que nós, médicos, enfrentamos, fui também Presidente da Associação Médica do Amapá.

O exercício desses cargos e meu empenho por buscar os melhores meios de resolver os problemas de saúde de minha comunidade me levaram, naturalmente, a disputar cargos eletivos. Foi assim que, em 1989, pela primeira vez, filiei-me a um partido político e, no ano de 1992, fui eleito Prefeito da capital do Estado, Macapá, com 54,65% dos votos, em um turno único. Nestas últimas eleições, recebi 28,40% dos votos válidos de meu Estado, ou seja, fui o Senador mais bem votado do Estado do Amapá.

Quero dizer ao povo do Amapá, ao Sr. Presidente e às SRA.s e Srs. Senadores que não estou dando esses dados de Senador mais bem votado por vaidade ou por querer prevalecer aos demais companheiros que disputaram, mas, sim, para homenagear o povo amapaense, que demonstrou sua soberania por meio do voto.

No meu Estado, onde há cerca de 290 mil eleitores, o expediente da reeleição para o Executivo massacrava o nosso povo, colocando-o sob vigilância permanente dos maus dirigentes. E este povo consegue, por intermédio do voto, mostrar sua liberdade e responsabilidade para com a democracia. Não analiso a questão dos demais Estados, mas a experiência da reeleição no Estado do Amapá, como uma forma de refletirmos juntos nos problemas locais e, depois, em uma discussão ampla, na reeleição para o Executivo nos Municípios, nos Estados, em nosso País.

Em minha trajetória pessoal, tive a felicidade de ter como esposa uma colega de profissão, Josélia Martins Papaléo Paes, que também é cardiologista, e casados estamos há 23 anos – uma felicidade que se completa com nossas duas filhas, Jacyra e Juliana.

Lembro às SRA.s e Srs. Senadores que nossa representação nesta Casa vem carregada de história. Representamos, pois, não apenas os cidadãos de hoje, com suas demandas. Precisamos resgatar, na história, os objetivos maiores que hoje nos trazem a defender as políticas públicas que defendemos. No caso específico do Amapá, o que nos move, desde tempos imemoriais, é o espírito do desbravamento, da conquista, da vitória.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Papaléo Paes, cumprimento-o quando da estréia de V. Ex^a na tribuna desta Casa. V. Ex^a é triplamente colega: colega médico, colega de ex-Território e colega do Norte. É uma felicidade tê-lo aqui, colabo-

rando no trabalho de defesa da Região Norte, o qual precisamos intensificar, buscando a tão decantada eliminação das desigualdades regionais. É muito fácil falar de desigualdade regional quando se mora, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou quando se está tratando academicamente o problema. Difícil é vivenciar essas desigualdades, como nós que lá moramos, que lá temos famílias e que, enfim, convivemos com o sofrimento do dia-a-dia. Espero que, com a chegada de V. Ex^a e de muitos outros colegas daquela Região, possamos incrementar nossa luta para colocar a Região Norte em posição menos sofrida que a atual. Parabenizo V. Ex^a e espero que possamos fazer um bom trabalho no Senado. Obrigado.

O SR. PAPALEÓ PAES (Bloco/PTB – AP) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Incorporo ao meu discurso as palavras de V. Ex^a.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Papaléo Paes, é com grande satisfação que registramos o nosso aparte no seu pronunciamento. Em nome do nosso Partido, o PTB, e em nome do Senador Sérgio Zambiasi e do Senador Fernando Bezerra, queremos registrar a nossa alegria de ter pessoas do seu naipe na nossa agremiação partidária e parabenizar o povo do Amapá pela feliz escolha dos seus representantes. Sem dúvida alguma, o Amapá deve estar bastante orgulhoso dos representantes que tem, não só do Senador Papaléo Paes, mas também do Presidente desta Casa, o Senador José Sarney, assim como daquele que foi Governador do Estado, o Senador João Capiberibe. Portanto, o povo do Amapá teve a sabedoria de escolher brilhantes representantes. É uma satisfação tê-lo em nosso Partido. Desejo a V. Ex^a pleno êxito na missão que Deus e o povo do Amapá lhe conferiram. Com certeza absoluta, V. Ex^a terá a sabedoria de representar e honrar o voto do povo do Amapá. Obrigado, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – Agradeço-lhe as palavras, Senador. Suas referências nos tornam bastantes responsáveis por tudo, esclarecem as responsabilidades que temos para com os votos que recebemos no nosso Estado. Muito obrigado.

Esse senso de pioneirismo vem de longe, ainda nos primeiros tempos da colonização do País quando, em 1637, o atual Estado do Amapá situava-se na capitania de um português de nome Bento Parente. O domínio daquele território não foi pacífico. E, por isso, uma “presença brasileira” sempre se fez necessária de maneira efetiva. Não podemos esquecer que, no final do século XVII, a região foi invadida por ingleses e holandeses, só muito tempo depois expulsos por portugueses. Mas não estava pacificado o domínio português, novamente desafiado no século XVIII, quando os franceses reivindicaram também a posse da área. Somente pelo Tratado de Utrecht, em 1713, foi delimitada a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa; contudo, como o tratado não foi honrado pelos franceses, os portugueses construíram uma grandiosa fortaleza, que recebeu o nome de São José de Macapá, com a finalidade de fazer frente aos invasores franceses.

Com o território delimitado, já no século XIX, o desenvolvimento do Amapá começa a se processar devido à descoberta de ouro na região e ao conhecido ciclo da borracha. Todos lembramos que, naquela época, a borracha tinha alcançado altos preços no mercado internacional e o quanto isso significou para a Amazônia. Por ser detentora dessas riquezas, a área sempre foi cobiçada pelos franceses, que, em maio de 1895, conseguiram invadi-la, porém por pouco tempo. Em 1º de janeiro de 1900, a Comissão de Arbitragem, em Genebra, deu posse da região ao Brasil e o território foi incorporado ao Estado do Pará, sob o nome de Amapá, que na língua Tupi significa *o lugar da chuva, a morada da chuva, a casa da chuva*. Em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei nº 5.812, foi criado o Território Federal do Amapá. Em 1945, a descoberta de grandes jazidas de manganês em Serra do Navio transformou a economia local. Mais recentemente, o antigo território do Amapá se tornou um Estado Federado, por meio da Constituição de 5 de outubro de 1988.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, venho para esta Casa em uma conjuntura em que o País registra significativos avanços no processo de institucionalização social e política, em que há um profundo sentimento de esperança do povo brasileiro. Com este sentimento, trago à reflexão o pensamento do cidadão comum, um daqueles que constam tão somente nas estatísticas, que assim se expressa: “O povo quer muito pouco! Queremos mais saúde, educação,

segurança e emprego. E que os governantes trabalhem com honestidade, dedicação e vontade de servir e não de se servir do povo”.

Não podemos conviver com um Estado inerte; precisamos de mudanças que deverão ocorrer em benefício da sociedade; precisamos estar determinados a realizar as reformas essenciais, a fim de que os agentes do Estado possam ter capacidade e condições para resgatar a imensa dívida social.

A reforma política, que é uma das bandeiras do Presidente desta Casa – Senador José Sarney –, por certo deverá nos conduzir para um sistema mais ordenado e racional, no qual não venham a prevalecer as questões casuísticas; pelo contrário, que prevaleça sobretudo a ética, tão necessária para a credibilidade do político.

O Brasil tem pressa para encaminhar as reformas; contudo, essa necessidade de encaminhar mudanças não pode atropelar o ordenamento jurídico, não pode ser feita sem a participação e o conhecimento do País; não pode ocorrer sem que as propostas divergentes neste ou naquele ponto sejam respeitadas. Precisamos de reformas sem surpresas, coerentes e consistentes; e mais: que sejam em prol da construção de um País próspero, onde o povo também participe efetivamente dessa prosperidade.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, para mim a política deve ser entendida como missão e o mandato não como um prêmio, mas como uma convocação para o exercício desta missão, a serviço da construção e do desenvolvimento do país.

Neste discurso, não poderei deixar de me dirigir ao Chefe do Poder Executivo, O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para dizer a Sua Excelência que assumiu o Governo do Brasil em um momento de grande esperança do povo brasileiro e que a sociedade está a exigir do governante que seus anseios e direitos sejam respeitados e que as propostas de campanha sejam cumpridas.

Ao fazer tais afirmações, não quero que outra interpretação possa ser dada de não o da grandeza no contexto das presentes necessidades. Temos consciência das dificuldades e complexidades; sabemos das demandas em praticamente todos os campos, mas também sabemos do propósito de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que tem mostrado coragem, vontade, determinação de servir ao País. Que Deus esteja sempre ao seu lado.

Sr. Presidente, esta Casa e o Congresso Nacional, neste biênio, terão a honra de contar com a presença de S. Ex^a o Presidente José Sarney. Sei que ele certamente colocará toda a sua experiência de homem público bem-sucedido a serviço do Senado e do País.

Sr. Presidente, tenho refletido sobre a manifestação do Senador José Sarney, feita nesta Casa no dia 15 de fevereiro de 1995, quando S. Ex^a se pronunciou da seguinte maneira:

“... o nosso País, que não tem tradição partidária, convive com algumas reminiscências de instituições políticas do fim do século XIX de que é exemplo o voto proporcional uninominal, desintegrador dos partidos e estimulador da corrupção. Basta dizer que o Brasil é o único país do mundo onde ainda se pratica esse sistema eleitoral”.

Eis, portanto, Sr. Presidente, uma entre muitas razões para que se proceda à reforma política. Vamos à reforma. A reforma é extremamente importante para a nossa democracia.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, antes de encerrar este pronunciamento, não posso deixar de reverenciar meus Pais, que se encontram na eternidade, particularmente minha mãe Maria Jacyrá Papaléo, que partiu durante a última campanha eleitoral. Deles recebi o meu maior patrimônio, de me terem educado como homem de bem, voltado para a família, para o trabalho e sempre aberto a servir meus semelhantes. Com sentimento, digo a todos que estou com o coração aberto e com vontade de servir ao Brasil e trabalhar pelo meu querido povo do Estado do Amapá. Que Deus Pai, por intercessão de São José, guie meus passos nesta missão no Senado Federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, é com sentimento, misto de orgulho e nostalgia, que ocupo, pela primeira vez, a tribuna desta Casa.

Não é apenas por coincidência que minhas palavras neste Plenário ocorram no dia 19 de mar-

ço, dia de São José, padroeiro do Ceará. Discursar neste dia simbólico em todo o Nordeste reforça o meu principal e mais importante compromisso, que é com o povo do Ceará e do Nordeste. Também hoje, o Papa João Paulo II, em pronunciamento no Vaticano, lembrou São José no apelo que fez ao Presidente Bush pelo prosseguimento das negociações de paz no Iraque.

Registro também um aspecto sentimental. Foi aqui que meu pai, Carlos Jereissati, viveu o ápice da sua vida política, que teve na origem o trabalhismo de Getúlio Vargas. Aqui, ele encerrou precocemente a carreira pública aos 46 anos de idade, com o seu falecimento.

Não poderia deixar de registrar o orgulho que tenho do meu pai pela sua trajetória política, o que aumenta a minha responsabilidade ao sentar na cadeira que um dia ele ocupou.

É também com muita honra que exerço pela primeira vez um cargo no Legislativo, justamente nesta Casa, que me enseja o privilégio de uma convivência com mulheres e homens públicos dos mais ilustres do País e com os quais, com certeza, terei muito a aprender.

O momento que o País vive é precioso, talvez um dos mais ricos de sua história.

Mesmo pertencendo ao PSDB, do qual já fui presidente, e me orgulhando de haver participado da base de apoio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso – que a história verá como um dos maiores presidentes deste País –, não posso deixar de reconhecer a importância da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É inegável que se trata de mudança significativa, que sinaliza o alto grau de consolidação alcançado pela nossa democracia. Afinal de contas, o Brasil, hoje, é governado por um imigrante nordestino, operário de macacão azul das fábricas de São Paulo, sindicalista de esquerda, eleito em pleito democrático, transparente e participativo, sem nenhuma ameaça de risco, sem nenhum incidente ou voz que pusesse em dúvida a legitimidade do processo. A meu ver, é a marca definitiva do Brasil moderno, que teve nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso o passo importante para que chegássemos a este momento.

Também não poderia deixar de ressaltar a minha admiração e respeito pelo Presidente Lula devido

à sua trajetória política. Sua história de vida é realmente fantástica e se tornou símbolo das expectativas de milhões de pessoas que vivem neste País e percebem que pode e deve haver um lugar para todos. Conheço também seu caráter e personalidade, pois tivemos oportunidade de conviver – ele, presidente do PT e eu como presidente nacional do PSDB. Fomos parceiros em momentos importantes deste País.

Mais recentemente, quando da sua eleição para a Presidência da República, tive oportunidade de parabenizá-lo, transmitindo-lhe que poderia contar com a minha lealdade, numa oposição em que não lhe negaria apoio necessário para a governabilidade, usando da franqueza e aberto ao diálogo quando das situações de discordância.

Sr. Presidente, nesta minha primeira oportunidade de falar a este Plenário, é com esse espírito e com uma disposição absolutamente construtiva que gostaria de colocar algumas observações. E a primeira delas, como não poderia deixar de ser, é sobre a questão do desenvolvimento regional, assunto sobre o qual, no entanto, gostaria de manifestar-me com maior profundidade em outra ocasião.

Alguns sinais, no entanto, são bastante preocupantes. Parece-me claro que este ano de 2003 já está perdido em termos de desenvolvimento regional e do Nordeste, em especial.

Os recursos do orçamento e a falta de definição de uma política para a região já mostram isso com toda certeza; preocupantes também são os primeiros movimentos em relação a uma política regional. A desastrosa declaração do Ministro Graziano a respeito da região, sobre a qual, aliás, registrei nos Anais desta Casa os artigos do escritor João Ubaldo Ribeiro e do jornalista Zuenir Ventura; a quase ausência de representantes do Nordeste no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como também no Conselho de Segurança Alimentar, apresentam óbvia falta de prioridade efetiva para os sentimentos e necessidades da região mais pobre do País.

Sr. Presidente, a fome e a alta concentração de renda começam a ser resolvidas com a solução de problemas regionais. O problema regional é sem dúvida o maior e mais grave problema nacional.

A segunda observação, Sr. Presidente, diz respeito ao tema que muito me inquieta e que está no centro das preocupações deste País e desta Casa – a política econômica nacional. Desde a segunda meta-

de do último período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós, dentro do PSDB, sabíamos que a política de usar e abusar do recurso dos juros altos não poderia durar mais por muito tempo. Aliás, sempre soubemos disso, mas em função de várias circunstâncias e situações conjunturais, principalmente externas, este recurso foi-se estabelecendo como única alternativa e quase que permanente.

Ficava cada vez mais claro, no entanto, que a utilização do instrumento dos juros altos estava chegando ao seu limite. Os seus efeitos colaterais já eram insuportáveis: o desemprego alto; o empobrecimento relativo do País; as pequenas e as médias empresas desaparecendo, sendo sufocadas pelas dívidas e pela falta de crédito; o desestímulo ao empreendedorismo e ao pequeno empreendedor são seqüelas que realimentam um círculo vicioso de mais necessidade de arrecadação, mais superávit fiscal, menos gastos públicos e, portanto, menos investimentos sociais e na infra-estrutura.

É importante lembrar que, seis meses atrás, a taxa Selic era de 18% e, por mais que a inflação tenha subido, não há por que comemorar quando o dólar está em R\$3,50 e a Selic aumentou 8,5 pontos nesse período.

Sr. Presidente, SRA.s. e Srs. Senadores, algumas medidas que não contrariassem uma política monetária e fiscal austera já poderiam ser vistas como sinais de inovação. Se o juro, por si só, é sufocante, o crédito, para a grande maioria das pequenas e médias empresas brasileiras, sequer existe.

A concentração bancária, não só em termos de quantidade mas também do ponto de vista geográfico – houve o desaparecimento de inúmeros bancos e casas bancárias regionais – torna praticamente impossível o acesso ao crédito. E não existe desenvolvimento sem crédito; não existe emprego sem crédito, não existe empreendedor sem crédito. Esse último aspecto é gravíssimo para o Brasil do futuro. O meu Estado, berço tradicional de empreendedores criativos, sofreu as conseqüências desse processo que impede o surgimento de empresários brasileiros que venham a conviver em um quadro de saudável competição com as empresas multinacionais.

O importante economista polonês Michael Kalecki, hoje esquecido até pelo pessoal da esquerda, dizia que era o crédito que induzia o investimento, ao contrário de Keynes, que afirmava ser necessário, pri-

meiro, gerar a poupança para esta induzir o investimento.

Mas o problema, Sr. Presidente, é que, até agora, nada, absolutamente nada, leva-nos a crer que um rumo diferente esteja sendo tomado – nem para melhor nem para pior. O Brasil, no entanto, é outro desde 1995, o mundo mudou muito de lá para cá e continuar a fazer as mesmas coisas de então não é avançar, é retroceder.

É necessário e urgente, portanto, traçar uma estratégia para sair desse círculo. Para isso, precisamos, com certeza, de novos quadros, com novas idéias, dispostos a correr riscos e, principalmente, com uma grande dose de criatividade. Reconheço que isso não é fácil, mas, apesar de entender a necessidade de certas sinalizações num momento tão delicado, os primeiros movimentos na área econômica me preocupam bastante. O risco do aprofundamento de um quadro recessivo, parece-me, existe, e não há sinais de mudanças nem de criatividade.

Isso nos lembra o desafio de 1993, quando também se pedia aos economistas ousadia para acabar com a inflação – daí o nascimento de soluções criativas e corajosas, como a da URV e a do Plano Real.

Os agentes da economia brasileira estão chegando ao fim de suas forças. É necessário, urgentemente, um surto de criatividade. É óbvio que a simples execução de um manual montado na perspectiva única e simplista – e, às vezes, perversa – do mercado financeiro internacional, não funciona mais neste lugar e neste momento.

Outro aspecto que nos preocupa relaciona-se com as prometidas reformas, que são urgentes e devem conter medidas que ampliem o espaço para novas iniciativas. Uma delas, sem dúvida alguma, é a reforma da Previdência. Necessitamos, porém, de uma reforma previdenciária completa, como tem que ser feita, uma reforma que abra as janelas imediatamente para uma maior poupança do setor público e um horizonte claro de poupança, no futuro, do setor privado. Esse espaço dará ao País uma menor sensibilidade a crises externas, tornando o governo mais livre para políticas econômicas ativas, sem serem extravagantes.

Sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se eu pudesse dar uma palavra de recomendação, seria esta: concentrar esforços nessa reforma para que ela seja realmente bem feita e atinja seus objetivos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, ao final de seu pronunciamento, eu gostaria de ter a honra de um aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não.

Ouçó, agora, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O discurso de V. Ex^a é profundo e aborda, com olhos daqui para o futuro, o quadro econômico e as políticas econômicas que estão sendo encetadas pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nele, V. Ex^a faz referência ao crédito como questão essencial para se pensar em sustentar o crescimento econômico neste país. Reconheço ser dura a combinação entre aumentos de superávits primários – sou a favor de uma nação superavitária –, restrições ao crédito mediante o aumento do depósito compulsório retido pelo Banco Central e a política extremamente ortodoxa e dura de juros. Aliás, o Copom está hoje por concluir uma avaliação. Creio que é por aí que poderemos chegar a constituir, nesta Casa, uma voz de oposição que seja vibrante, corajosa – e V. Ex^a é uma figura que se destaca por ser vibrante em relação a suas crenças e corajosa em relação às suas definições – e, ao mesmo tempo, sensata, porque não há colisão entre sensatez e firmeza, não há colisão entre coragem e espírito público. Haveremos de fazer uma oposição de qualidade, uma oposição que, além de denunciar erros, haverá de engrandecer os acertos que, porventura, possam ser alcançados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como Líder de seu partido e, sobretudo, como seu companheiro, amigo pessoal e como tuca-no, digo que é um privilégio para o PSDB ter em seus quadros uma figura do seu porte moral, administrativo, intelectual e político a abrilhantar a nossa banca-da no Senado, servindo como referência à disposição do partido para futuras eleições presidenciais e à disposição do seu Estado para servi-lo sempre. É um privilégio para nós podermos ter ao nosso lado, militando em nosso partido, alguém com a tradição que V. Ex^a herdou de seu pai – amigo e colega de meu pai nesta Casa, Senador Carlos Jereissati –, alguém que tem toda essa tradição e, ao mesmo tempo, a lucidez para, sem perder o fio da meada de um passado brilhante, olhar com lucidez, olhar com essa capacidade de análise para o futuro que este Brasil precisa des-cortinar. Parabênizo V. Ex^a por seu ingresso nesta Casa. V. Ex^a assume um lugar que é de V. Ex^a: de grande Senador pelo Ceará e, perdoem-me os cearenses, grande Senador de todo o País.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Gostaria de solicitar que V. Ex^a me inscrevesse para um aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Gostaria, primeiro, de agradecer as palavras do Senador Arthur Virgílio, palavras muito generosas em função da amizade que temos. Tenho certeza, Senador Arthur Virgílio, de que nós, não só dentro do PSDB, mas dentro de outros partidos também, assim como adotamos uma nova maneira de governar o País, podemos adotar uma nova maneira de fazer oposição: uma oposição que seja leal e honesta no sentido de fiscalizar, corrigir eventuais erros, mas sempre com muita lealdade e seriedade.

Senador César Borges, concederei o aparte a V. Ex^a em seguida. Gostaria apenas de concluir essa parte do discurso.

Outra reforma que também é muito importante, mas exige, inegavelmente, uma discussão muito profunda e demorada é a tributária. É tal o jogo de interesses conflitantes e legítimos, que não há uma visão muito clara do que ela deva ser. Afinal de contas, a própria discussão sobre a Federação entra no bojo de uma reforma tributária, pois, ao fazê-la, precisamos primeiro discutir que tipo de federação queremos para o nosso País, quais os direitos e deveres que competem à União, estados e municípios na divisão do poder federativo.

E aqui trago de volta a questão regional.

Numa reforma tributária justa, a questão das desigualdades de riqueza entre os estados e as regiões não pode deixar de ser considerada, dadas as injustiças que gera dentro da sociedade brasileira!

Vamos, então, debater um assunto decisivo para as regiões – para as regiões mais pobres principalmente – em um fórum (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) no qual as regiões já mais fracas do País estão sub-representadas ou praticamente sem voz?!

Uma reforma tributária não pode ter uma visão míope sob pena de se estimular mais ainda a sonegação e a fraude fiscal. Ao contrário, deve ser uma reforma tributária que sirva ao Brasil de hoje de maneira que os mecanismos de arrecadação possam ser eficientes e abrangentes, estimulando a todos os segmentos da economia a participarem de maneira responsável. Essa não é uma discussão fácil, exigirá de todos os atores uma dose de renúncia e desprendimento e, para sua implantação, um longo período de transição.

Por estas razões, os seus resultados de curtíssimo prazo não parecem trazer a abertura necessária e imediata para mudanças urgentes de política econômica. Neste ponto, reformas previdenciária e tributária têm uma coisa em comum: diminuir a informalidade. Aliás, a grande linha, o grande objetivo da reforma tributária tem que ser a simplificação, para diminuir a sonegação e a corrupção e ser mais justa para todos: contribuintes e Estado.

A visão arrecadadora pura e simples não tem dado resultados: se aumentam as alíquotas, aumenta também o estímulo à sonegação e à corrupção, levando a economia à ineficiência e a pouca produtividade. Por todas estas razões, a reforma tributária é urgente, mas prevejo muitas dificuldades nesse terreno, pois sobre ela ainda não há consenso, como também os fundamentos que devem precedê-la não estão claramente assentados.

Portanto, é perigoso colocar todas as fichas somente nas reformas. Elas, com certeza, sozinhas, não serão suficientes para mudar a atual política, a não ser pelo efeito psicológico e a mudança das expectativas.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ouço o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, quero lhe dizer da minha satisfação de ouvir esse brilhante pronunciamento de V. Ex^a, que chega a esta Casa com um currículo tão extenso por ter governado, por três vezes, o grande Ceará e lá ter realizado realmente uma verdadeira revolução econômica, transformando aquele Estado. Esse conhecimento que V. Ex^a traz para esta Casa contribuirá e muito para os trabalhos do Senado e, principalmente, para o nosso País. Sinto-me honrado, pois fui colega de V. Ex^a quando era Governador, e aqui estamos com outros ex-Governadores do Nordeste, como a Senadora Roseana Sarney, o Senador José Maranhão, o Senador Mão Santa, o Senador Garibaldi Alves Filho, todos na luta para a redenção do Nordeste, da qual V. Ex^a foi sempre um baluarte. Inclusive, todos sabemos que também hoje essa é uma das suas preocupações. A oportunidade do seu discurso, Senador Tasso Jereissati, vai com certeza despertar nos responsáveis pela política econômica deste País um pouco de preocupação, para que não apenas fiquem pautados pela política econômica que veio do Governo passado, mas que possam ter esse surto de criatividade que V. Ex^a cobra e que é importante, porque, a

continuarmos assim e com as dificuldades postas, teremos uma economia instável que, a qualquer crise externa, destruirá totalmente o caminho que foi aberto com muito sacrifício. Tenha, portanto, V. Ex^a a certeza do nosso total apoio. Como ajudamos na construção de uma sociedade melhor em nossos Estados, espero que também possamos cumprir muito bem o nosso papel aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional. Parabéns, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador César Borges, por suas palavras generosas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Fazendo soar a campainha.) – Senador Tasso Jereissati, pediria licença a V. Ex^a para consultar o Plenário sobre a prorrogação da sessão por 15 minutos, para que o orador conclua a sua oração. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por 15 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Por fim, Sr. Presidente, além da situação econômica e das reformas prioritárias, com o mesmo propósito de manter um diálogo construtivo, não posso deixar de me preocupar com um tema que já me angustiava bastante nos meu anos de Governador e que cada dia se agrava, aterrorizando a população brasileira: a violência nas grandes cidades. E correria até o risco de dizer que a violência e o medo hoje podem ser problemas tão grandes quanto a fome. As duas matam e aleijam, sendo que a violência atinge todos os segmentos da sociedade.

Em todo o País cresce o sentimento de insegurança e de temor, levando os cidadãos à intranquilidade e à desesperança. Desemprego e violência tornam péssimo o ambiente, e não podemos mais continuar a viver assim. Na Colômbia, o narcotráfico começou como uma simples ameaça e hoje tenta derrubar o poder constituído.

Atitudes rigorosas, específicas e firmes são reclamadas hoje por toda a sociedade. Os vários Governos da União têm tido a tendência de lavar as mãos diante da violência, como se nada tivessem com isso. Nos últimos dias, demonstrações de ousadia e afronta ao Estado brasileiro têm-se sucedido com crescente tom de desafio às instituições, inclusive o confronto direto com o Poder Judiciário, com o assassinato do Juiz de Execuções Penais, Antônio José Machado Dias, em Presidente Prudente – SP.

Sr. Presidente, não percebi ainda nenhuma atitude mais abrangente diante de tão graves acontecimentos, senão a mesma idéia de apoio das Forças

Armadas ao Rio de Janeiro e o anúncio da construção de presídios federais, já prevista no Governo anterior. Medidas tópicas podem, ao invés de resolver, agravar o problema, espalhando situação de pânico para outras unidades da Federação. O Governo Federal tem a obrigação de assumir imediatamente a liderança de um conjunto de iniciativas que envolvam desde a unificação das polícias estaduais, civis e militares, com a sua unificação, à reforma do sistema penitenciário, hoje transformado em um misto de quartel general do crime e centro de treinamento de novos criminosos.

Há necessidade de legislação mais adequada à realidade do atual quadro de violência vivido pela sociedade brasileira. Não adianta enfocar que a violência é apenas consequência dos problemas sociais – isso é verdade –, mas a falta de medo e de respeito à autoridade também é igualmente verdade.

A ausência do Governo Federal é preocupante, pois, antes dos últimos acontecimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, já era esperado um projeto amplo envolvendo todos os níveis do Estado, para dar às famílias brasileiras a tranquilidade que exigem e que é uma obrigação do Estado brasileiro, a qual vem sendo negligenciada.

Aliás, faço saber a este Plenário que, na semana passada, fizemos, o Senador Ney Suassuna e eu, um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje aprovado por unanimidade, criando a Subcomissão de Segurança Pública a ser instalada imediatamente. Tenho certeza de que, por intermédio dessa subcomissão, esta Casa tomará a iniciativa de discussão ampla e urgente sobre medidas concretas em todas as áreas – policial, judiciária, União, Estados e Municípios – e que venham a ser sugeridas em um prazo máximo de 60 dias a partir da sua instalação.

Também tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a mobilização do Executivo nacional, deste Congresso e de todos os segmentos da sociedade é fundamental para que o Brasil venha a ser para todos um lugar bom para se viver.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a também me permite um aparte?

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço a compreensão de todas as Sr^{as} e todos os Srs. Senadores que desejam apartear o Senador Tasso Jereissati, porque o tempo de S. Ex^a está esgotado, que teria apenas mais três minutos para concluir o seu discurso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentá-lo pela maneira respeitosa e construtiva com que se dirige ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é seu correligionário. V. Ex^a traz um grande desafio, a importância de termos criatividade, lembrando tanto John Maynard Keynes como Michal Kalecki, grandes economistas que, em época de forte crise e de recessão, mostraram caminhos para enfrentar a depressão por meio de investimentos e de aumento de gastos governamentais. V. Ex^a coloca para nós o grande desafio de enfrentar a fome, a pobreza e a violência existentes no País. O pronunciamento de V. Ex^a será visto como muito construtivo pelas autoridades econômicas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Meus cumprimentos!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Sérgio Guerra.

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – Senador Tasso!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos Srs. Senadores que sejam breves, porque já estamos com o tempo esgotado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Tasso Jereissati, os nordestinos têm grande admiração por V. Ex^a, e essa sua primeira palavra dá ainda maior dimensão a esse sentimento, que, seguramente, não é apenas do povo nordestino mas de muitos brasileiros. V. Ex^a fez um discurso equilibrado, afirmativo, lúcido e cheio de expectativas e proposições. Não daria tempo para examinar com um pouco mais de cuidado o seu ensaio de discussão sobre a questão regional – extremamente lúcido – ou sobre as várias questões abordadas por V. Ex^a. Porém, quero dizer apenas uma palavra sobre uma delas, o desafio à criatividade. Todos desejamos que o Governo Lula dê certo e todos esperamos que Sua Excelência tenha projetos, além de palavras. Mais do que o combate à

fome, que tenha um projeto para recuperar o País, fazê-lo desenvolver-se e integrar-se. É preciso que esses projetos apareçam e que as propostas possam ser ouvidas e discutidas. Houve um período de transição, várias campanhas, não há por que o Governo do PT não chegar ao Brasil, hoje, com propostas objetivas para o equacionamento dos vários problemas abordados por V. Ex^a, que não estão sendo tratados senão da forma mais convencional possível.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senadora Patrícia.

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – Senador Tasso Jereissati, quero apenas me congratular com V. Ex^a e parabenizá-lo pelo seu primeiro e brilhante pronunciamento, que traz à reflexão, não só desta Casa, mas de toda a sociedade, problemas graves que o Brasil tem a enfrentar durante esses quatro anos. Como V. Ex^a, temos esperança de que o Governo do Presidente Lula possa realmente acertar, mas há sempre a sua lucidez, a sua sensatez, o seu equilíbrio ao fazer uma crítica com muita educação, propondo idéias para que o nosso País possa enfrentar este momento difícil com criatividade. Quero, também, aproveitar este momento para parabenizá-lo, porque sou sua conterrânea, sou cearense, sou testemunha do seu trabalho. Tenho grande admiração por um dos maiores homens públicos deste País, pelos seus doze anos à frente do Governo do Ceará. Todos nós, cearenses, temos respeito, consideração e carinho por V. Ex^a, além de sentirmos orgulho de ter a sua voz lutando não só pelo Ceará, mas por todo o Brasil. Por isso, parabéns! Boa sorte! Certamente, o seu pai, Carlos Jereissati, neste momento, está ouvindo V. Ex^a, com muito orgulho do filho ilustre, do filho que dá orgulho a todos nós. Parabéns!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O Senador Tourinho solicitou primeiro.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso Jereissati, o Senador Tourinho me dá a vez de saudá-lo não em nome apenas dos nordestinos, dos cearenses, que estão aqui representados, mas também em nome dos mineiros. V. Ex^a sabe muito bem que, entre os seus companheiros do PSDB e os mineiros como um todo, o seu nome sempre trouxe tranquilidade, serenidade. Quero, portanto, saudar a sua participação e dizer que todos nós esperamos

muito da sua contribuição. E o Brasil ainda poderá ter muito fruto da sua atuação política e administrativa.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado.

Senador Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, além de me congratular com V. Ex^a pelo brilhante discurso, quero levantar os pontos lucidamente enumerados por V. Ex^a sobre um tema tão importante como a reforma tributária. As questões do conflito e da legitimidade, que precisam ser discutidas logo, a questão da Federação, das desigualdades regionais, onde, implicitamente, V. Ex^a abordou os incentivos fiscais, a política regional, que é necessária, e, último ponto, a simplificação, que levaria, entre outras coisas, a uma redução da informalidade. Esses são pontos importantes da reforma. Louvo que V. Ex^a os tenha levantado, porque precisaremos de aspectos práticos como esses para serem discutidos na reforma tributária. Se tivesse tempo, levantaria outros pontos de seu brilhante e lúcido discurso. Parabéns!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Tasso Jereissati, antes de saudá-lo pela sua vinda ao Congresso Nacional, ao Senado da República, quero dizer da minha satisfação, como nordestino, de ver a transformação sofrida pelo Ceará. Como resultado disso, a Paraíba, vizinha do seu Estado, também usufruiu do crescimento do turismo, do desenvolvimento. Quero ainda dizer da minha alegria de ser co-partícipe, com V. Ex^a, da criação de uma comissão permanente contra a violência, que, com certeza, dará frutos importantes. Desejo, também, saudá-lo por ter falado da reforma tributária, que é necessária e urgente. Parabéns!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Tasso Jereissati, farei um breve aparte. Quando chegamos a esta Casa não temos consciência da imagem que trazemos. Quero que saiba que a imagem que o Senador Tasso Jereissati traz para o Senado é a de um homem de índole construtiva, de uma pessoa equilibrada, lúcida, sensata, ponderada, de visão abrangente e que, por isso tudo, quando fala, merece ser ouvida. Pena que eu não tenha ouvido o seu pronunciamento desde o começo. Mas pude ouvir as conclusões e, agora, as manifestações. Esteja certo

de que V. Ex^a será tido como uma referência do Senado. Esperamos muito de sua experiência. V. Ex^a é um homem jovem mas é experiente, tem o passado limpo e um futuro promissor. Parabéns pela sua palavra e pelo seu equilíbrio!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, vinha ouvindo entusiasmo do seu discurso. Como vinha de longe, ouvi-o praticamente todo. Fiquei muito feliz ao ver que o grande Governador do Ceará vem agora para o Senado demonstrar a sua alta capacidade, o seu grande senso de oportunidade, abordando os temas mais importantes para a Nação. V. Ex^a demonstra ser aquilo que sempre acreditei: o maior valor político do Nordeste brasileiro. Por isso, fiquei feliz ao saber que esse homem que poderia ter galgado os mais altos postos da Nação, porque tinha e tem capacidade para isso, vem para o Senado para se mostrar um grande Senador, um homem da maior capacidade, e, por isso mesmo, digno da admiração não só dos nordestinos, pois hoje V. Ex^a passa a ser um homem do Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex^a fizesse a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para uma explicação pessoal, em respeito aos meus Colegas do Senado.

Fui surpreendido, hoje, desagradavelmente, pela leitura de uma nota no **Informe JB**, assinado pela interina Doca Oliveira, nos seguintes termos:

Holofote.

Políticos com assento no Conselho de Ética do Senado estavam disputando a relatoria do processo contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, acusado de ter articulado o grampo a políticos baianos. Emissários de Antero Paes de Barros e Jefferson Péres abordaram Renan Calheiros para informá-lo do interesse dos políticos na empreitada.

Sr. Presidente, alguns considerariam isso de somenos, mas eu não. Tudo que arranha a minha dignidade me fere profundamente.

Um Senador procurar, pedir, insinuar-se para ser relator de um processo de investigação é um ato indigno, Sr. Presidente. Quem faz isso merece ser expulso do Conselho de Ética.

A notícia é absolutamente inverídica, Sr. Presidente. Só quem não me conhece me julgaria capaz disso.

Holofotes, Sr. Presidente? Nos oito anos de mandato, holofotes me procuraram. Nunca corri atrás de holofotes!

Pedir para relatar no Conselho de Ética? Insinuar-me com o quê? Quem faz isso, além de buscar holofote, está com má intenção, de um lado ou de outro: ou intenção de absolver ou gana de punir.

Sr. Presidente, todas as vezes em que me foi dada essa incumbência, eu a aceitei, fui até o fim, porque tenho um acentuado senso de dever, mas nunca senti o menor prazer nisso. Essa é uma tarefa penosa. Se V. Ex^{as} querem saber, senti alívio, ontem, ao tomar conhecimento de que eu não seria o relator dessa matéria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Renan Calheiros está inscrito e, daqui a pouco, vai ocupar a tribuna. Espero que S. Ex^a diga a esta Casa que a notícia é falsa. Se o Senador foi procurado por alguém em meu nome, é preciso dizer que se trata de um impostor, de um mentiroso e de um mau-caráter o suposto emissário que pediu a S. Ex^a que eu fosse indicado relator no Conselho de Ética, Sr. Presidente. Espero que S. Ex^a faça isso e telefone aos jornalistas. Se o Senador não quer revelar o nome do impostor, então, que o expulse de seu gabinete, quando for procurado outra vez, porque a notícia é mentirosa!

Era essa a explicação que eu devia ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Antero Paes de Barros, na forma regimental, V. Ex^a tem direito à palavra, para uma explicação pessoal, porque foi citado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Ex^a e ao Senado da República que sou jornalista e, inclusive, tive oportunidade de conversar com alguns jornalistas aqui, quando não havia sido sequer marcada a reunião para o Conselho de Ética. Alguns até me perguntaram se, porventura, eu teria o desejo de ser o relator dessa matéria. Eu disse claramente a eles, sem esconder de ninguém, que não só não queria essa incumbência, como, na minha avaliação, ninguém postulava esse tipo de posição.

Aliás, Sr. Presidente, o meu Partido conhece a minha visão sobre esse assunto. Eu sempre disse, dentro do PSDB, que esse assunto deveria ser prioritariamente tratado, de uma forma muito mais ampla, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa é uma opinião pessoal que já revelei a algumas pessoas e que revelo publicamente agora. Nunca pleiteei e não pleiteio nenhum tipo de relatoria nesse sentido e creio ser esse um assunto que realmente precisa ser tratado com a maior serenidade no Conselho de Ética desta Casa, porque entendemos que o Senado da República precisa zelar, com toda a tranquilidade, pela sua imagem.

Eu queria fazer essa justificativa, pois é a segunda notícia inverídica a meu respeito publicada na mesma coluna. Lamento o ocorrido. Não estou atribuindo a falta de veracidade ao jornalista, mas talvez a fonte seja equivocada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Anais da Casa registrarão a posição de V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de esclarecer que o Senador Jefferson Péres foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores, juntamente com os Senadores Geraldo Mesquita e Flávio Arns. Gostaria de confirmar que, em momento algum, o Senador Jefferson Péres lançou-se candidato – repito que essa foi uma indicação do Partido – e sequer insinuou qualquer interesse em ser o relator no Conselho de Ética.

Portanto, esse é um ato de justiça à honra do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar, num momento como este, de debater, nesta tribuna da democracia, do pluralismo e da discussão política, a intervenção qualificada do Senador Tasso Jereissati. Não apenas pela trajetória política de quem foi Governador por três vezes, esteve à frente da construção do PSDB e é uma liderança de projeção no Nordeste, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães – eu diria no Brasil, e tenho certeza que terá a cada dia essa liderança confirmada –, mas, também, porque as críticas são qualificadas, consistentes. Nós queremos ser um Governo que não desqualificará os interlocutores e a Oposição. Nós queremos ouvir as críticas, incorporá-las quando possível e procurar, exatamente nesse diálogo, nesse debate, nessa discussão, avançar nas políticas de Governo.

Queria, no entanto, Senador Tasso Jereissati, destacar especialmente o fato de que, quatro meses depois, as Lideranças do PSDB mudam o padrão de discussão e a natureza das críticas ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mudam, porque, durante a campanha, e mesmo depois da nossa vitória, o centro da crítica era que o Brasil caminhava para uma situação semelhante à Argentina e iríamos repetir Fernando De La Rúa. E mais, que o Presidente Lula tinha o voluntarismo do Presidente Hugo Chávez, sem o apoio militar e parlamentar, e portanto, era inexorável que, diante das graves dificuldades econômicas e da conjuntura internacional, que o Brasil viesse a repetir a Argentina e teríamos uma catástrofe. Foi assim que George Soros nos atacou na campanha, dizendo: “É Serra ou o caos”. Foi assim que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer, no primeiro semestre do ano passado: “O Brasil pode repetir a Argentina”. Inclusive, o candidato José Serra chegou a utilizar uma música, tentando associar a possibilidade da vitória do Lula com o caos da Argentina.

Eu fico extremamente satisfeito porque V. Ex^a vem de uma outra tradição dentro do próprio PSDB e faz, aqui, um pronunciamento oportuno e qualificado. Mas essa tese do catastrofismo do Brasil está definitivamente derrotada. Derrotada porque, apesar de nós termos assumido um Governo em meio à crise da **Enron World Co**, quando o mercado financeiro internacional desabava; apesar de nós termos assumido o

Governo no meio da crise da Argentina com colapsos de graves proporções que, evidentemente, contaminava o Brasil, parceiro próximo dessa nação; de estarmos em um continente com uma guerra civil na Colômbia, crise na Venezuela e todo o Ministério da Bolívia que acabava de renunciar, num levante popular com 30 mortos e 300 feridos à bala; no Paraguai, um pedido de **impeachment**; com toda a herança que herdamos do Governo anterior, que era a dívida externa, a dívida interna, o déficit de transações correntes, a inflação alta, a instabilidade do dólar, a pressão e, enfim, o corte nas linhas de crédito de investimento; apesar de tudo isso, o Governo do Presidente Lula deu a tranquilidade de uma mudança segura ao País. Era o que o País queria, era o recado das urnas. As pessoas querem mudar o Brasil, mas com segurança, com serenidade e com estabilidade.

E qual é a mudança? Qual é a crítica agora? A crítica do catastrofismo, agora, se apresenta como uma crítica do continuísmo. Quer dizer, nada mudou e as coisas são exatamente como vinham acontecendo. Entendo que este debate é melhor do que o anterior: ter afastado definitivamente o risco de um colapso econômico no Brasil. Essa crítica é muito oportuna e é uma crítica que nós devemos fazer.

Nesse breve tempo que ainda me resta, quero dizer que a política externa mudou substancialmente. Em dois meses, recompusemos o Mercosul; projetamos o Brasil com outro padrão no cenário internacional; apresentamos uma proposta de negociação da Alca muito mais ousada e firme na defesa dos interesses do Brasil do que tinha sido feito até então; tivemos uma intervenção muito oportuna para desativar a crise da Venezuela e impedir um golpe de Estado e crescemos no cenário internacional, com a nossa cara, com a cara do lugar que somos no Planeta.

Na política econômica, Sr. Presidente, o professor Afonso Celso Pastore, um grande economista, macroeconomista, crítico do governo e da política econômica, acaba de escrever um artigo demonstrando que o país que teve o melhor desempenho econômico nesse período pré-guerra, foi o Brasil, com todos os indicadores evoluindo de forma sensível. Reduzimos o déficit de transações correntes com o exterior; diminuimos a necessidade de financiamento externo; estabilizamos a taxa de câmbio e ela vem caindo consistentemente; recuperamos a confiança dos investidores e a taxa de risco País caiu para mais da metade; a relação entre a dívida pública e o PIB, que era de 63% do PIB, caiu para 57,6% em menos de dois meses de governo; melhoramos a relação dívida/PIB; melhoramos o balanço de pagamentos;

estabilizamos a taxa de câmbio e a inflação começou a baixar. Hoje, o Copom não aumentou a taxa de juros e o IGP-DI, que é o índice duro da inflação, está em 30,5%, enquanto a taxa de juros está em apenas 26,5% - altíssima no momento em que vivemos, mas, no índice duro da inflação, a taxa de juros estaria negativa.

O Banco Central, na última decisão do Copom, elevou o depósito compulsório, retirando oito bilhões de reais dos bancos e é por isso que parte do sistema financeiro está nervoso, porque queria o continuísmo do aumento de juros e não a inflexão possível num quadro de instabilidade, num cenário de pré-guerra. Com todas as dificuldades, com a queda da taxa de câmbio, melhoramos a dívida pública, o balanço de pagamentos e temos condições de controlar a inflação.

Ao terminar, Sr. Presidente, destaco a importância que teve Agenda Social que estamos introduzindo. Temos um debate marcado sobre o Programa Fome Zero em três Comissões e queremos discutir cada um dos programas sociais para mostrar a consistência, a profundidade do nosso projeto de desenvolvimento, em que o social será o eixo do econômico.

V. Ex^a tem toda razão em destacar a questão da violência. Essa, por sinal, foi a maior crítica ao Governo de Geraldo Alckmin durante a campanha eleitoral. Só o nosso Partido perdeu dois Prefeitos assassinados e várias lideranças foram mortas pelo avanço da criminalidade, dos seqüestros que temos assistido no Estado de São Paulo. Foram dezessete mil homicídios só na grande São Paulo.

Por isso tudo, espero que possamos ter, nesta tribuna, esse debate elegante e qualificado, para analisar com cuidado cada uma das críticas. Considero muito melhor debater as diferenças que existem hoje entre o Governo que terminou e o Governo do que se inicia do que ter que discutir o catastrofismo, que não se verificou e que só ajudou a especulação financeira, porque o custo de rolagem da dívida pública, que era de 18,5% em 2001, chegou a 44% no ano passado, alimentando a especulação desenfreada.

Esse é o debate oportuno e estaremos a cada dia mostrando as diferenças, e, mais do que isso, a consistência da mudança, porque não teremos dificuldade de reconhecer o que incorporamos de bom do passado. Não temos que destruir tudo o que foi feito, mas temos que mudar com profundidade e com segurança, debatendo com a Oposição com o mesmo respeito que fomos tratados como Governo pelo Senador Tasso Jereissati.

Esse é o debate que faremos ao longo deste ano para engrandecer o País e, sob a Presidência de V. Ex^a,

Senador José Sarney, faremos a reforma tributária e previdenciária ainda neste semestre, o que dará um salto de qualidade estrutural para que o crescimento sustentado venha, contemplando as demandas sociais e promovendo a inclusão social em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos. Em seguida, deveremos passar para a Ordem do Dia, uma vez que já estamos com o prazo esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) –

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio como Líder, por cinco minutos, uma vez que já estamos com o prazo para início da Ordem do Dia esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é precisamente com o espírito construtivo e dentro da mesma linha de debate qualificado que venho aqui me reportar à comunicação de liderança do nobre Líder Aloizio Mercadante.

Devo dizer que S. Ex^a deve tomar muito cuidado com o velho adágio popular de que “desta água não beberei”. S. Ex^a insinua assumir compromissos com a suspensão dos aumentos das taxas básicas de juros, a partir de agora – pelo que entendi – mas pode precisar, quem sabe, no mês que vem, aumentar a taxa Selic, por orientação do Ministro Antônio Pallocci.

Da mesma forma, S. Ex^a diz que o dólar entra em situação de equilíbrio, como se fosse possível garantir que já não vai haver solavancos no câmbio. Temos, ao contrário, a convicção de que o Brasil, infelizmente, ainda haverá de experimentar turbulências também em relação à cotação do dólar frente ao real.

S. Ex^a afirma que a política econômica mudou. E que um protocolo de intenções que o Governo brasileiro acaba de assinar com o Fundo Monetário Internacional, garante a continuidade das políticas em prática. Receio que, à míngua de criatividade, se aferrem demais os atuais governantes e não mudem na hora em que a ousadia lhes permitir a possibilidade de mudar, por exemplo, na questão dos juros.

E digo mais que mudanças houve. O MST passou novamente a inquietar o País. Há, hoje, uma ameaça clara sobre a agricultura produtiva brasileira, que tem sido a responsável pela virada da balança comercial. Se formos listar o número de prédios públicos

ocupados em poucos dias do atual Governo, as fazendas produtivas ocupadas, o quadro de inquietação que volta a reinar no campo – o MST estava bastante esvaziado pela ação de reforma agrária do Governo anterior –, imaginamos que a mudança é real, mas não é positiva.

Ao comparar indicadores do período em que se consolidava o favoritismo do seu candidato, o ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constatamos que os indicadores se deterioraram, inclusive em função desse favoritismo. S. Ex^a compara indicadores de outubro com os de agora, quando, meramente, o Governo começa a retornar a padrões inferiores aos melhores momentos experimentados pelo Governo Fernando Henrique, como, por exemplo, juros de 1.100 pontos. No período Fernando Henrique o padrão do prêmio de risco Brasil era de 700 ou 800 pontos.

Percebo que, graças a Deus, as autoridades do atual Governo estão meramente retornando. Até porque não houve nenhum gesto tresloucado do Presidente Lula ou de sua equipe de Governo ao longo desses quase primeiros 90 dias.

Por isso, começa-se a estabelecer uma relação de confiança entre os mercados e o País, mas ainda estamos longe dos melhores momentos vividos pelo Governo Fernando Henrique. Mais não foi feito, à época, porque havia uma crítica empedernida às reformas estruturais, que poderiam ter garantido para o Brasil o chamado Grau de Investimento, o **Investment Grade**. Se esse grau tivesse sido atingido, o Brasil hoje estaria colocado na posição privilegiada de México, Rússia e Chile, que pagam um prêmio de apenas 250, 300 ou 350 pontos a título de taxa de risco.

Portanto, com espírito construtivo deixo aqui a advertência de que algumas heranças devem ser consignadas, sim, como tendo sido recebidas pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, a partir de legado a ele destinado pelo Governo anterior. A safra recorde de grãos não está sendo inventada pelo atual Governo, tanto quanto não foi reinventada a roda. Esse bom resultado da nossa agricultura é fruto de oito anos de trabalho incessante e da comunhão com os anseios de quem trabalha no setor primário neste País.

Da mesma maneira, se formos a outros indicadores, podemos até dizer que a verdadeira avaliação do Governo do Presidente Lula, no que toca à pauta de exportação, à balança comercial e ao desempenho do setor exportador, verificaremos, Senador Tasso Jereissati, que isso ocorre sobretudo a partir da data em que os contratos foram firmados, do mês de maio em diante. É, pois, oportuno repetir que, até agora, o que se vê - e tem sido positivo o resultado -

decorre de contratos e acertos feitos ainda na gestão do Governo anterior. E, pelo lado negativo, em função do crescimento econômico, infelizmente, ainda medíocre que o Brasil tem sido obrigado a contabilizar. Se o Brasil crescesse um pouco mais, já se deterioraria a perspectiva de um saldo de balança comercial maior. Esse é o quadro.

Não vi mudança significativa entre um modelo macroeconômico e o outro. Imagino que, a esta altura, seja conveniente questionar sobre o momento em que as mudanças devam acontecer, até porque, e não poderia ser diferente, queremos que o Brasil encontre o caminho do crescimento sustentável e sustentado da sua economia.

Portanto, os esclarecimentos prestados pelas Lideranças do PSDB são esses. Que o debate se faça e, sobretudo, busquemos, ao longo de todas as tertúlias, ao longo de toda a nossa procura, explicitar as nossas verdades. Para restabelecer, cada um com muito amor pela própria verdade, a sua verdade, para que as verdades sinceras se choquem com outras verdades sinceras, e possamos chegar a sínteses inteligentes, que haverão de mostrar o caminho do crescimento econômico, que começou, a meu ver, a se delinear com as reformas estruturais iniciadas em 1995, contra, então, a perspectiva do Partido dos Trabalhadores.

Se Deus quiser, as reformas continuarão sob a batuta do Presidente Lula, convertido à causa de que não é neoliberal se reformar as estruturas deste País, mas, sim, o imperativo do realismo, o imperativo da seriedade administrativa, o imperativo da austeridade ao se gerir a coisa pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta para uma comunicação.

O SR. JOSÉ BATISTA MOTTA (PPS – ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa que está sendo realizada, hoje e amanhã, Auditório Petrônio Portella – gentilmente cedido por V. Ex^a – a II Convenção Nacional da Micro e Pequena Empresa.

Estão sendo tratadas as reformas tributária, previdenciária e trabalhista.

Sr. Presidente, trata-se de uma categoria responsável por ¼ do nosso PIB e por mais da metade dos empregos com carteira assinada no País, sem contar os mais de 35 milhões de brasileiros que traba-

ham em setores informais da economia. Por isso, Sr. Presidente, essa é uma categoria que merece todo o nosso respeito.

Parabenizo aqui o Sebrae, o Presidente da entidade, Dr. Silvano Gianni, e seu representante, no Espírito Santo, Pedro Rigo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Batista Motta, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 129, DE 2003

Pelo falecimento de Jean-Luc Lagardère, requeiro, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, a seguinte homenagem:

apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **José Sarney.**

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu em Paris, o mais renomado empresário francês, Jean-Luc Lagardère, cuja liderança extrapolava o seu próprio país por ser um homem da iniciativa privada européia. Toda a sociedade francesa e a imprensa registram o pesar pelo seu desaparecimento.

Jean-Luc Lagardère era Presidente do Grupo Lagardère, que leva o seu nome, e controlador de inúmeras empresas, entre as quais podemos destacar os gigantes da indústria aeronáutica, Aerospatiale e Matra. Era também Presidente do Grupo Hachette, maior editora de literatura e de mídia na Europa, com mais de trezentas revistas, jornais, canais de televisão e a Editora Hachette.

Venho registrar o nosso pesar e a nossa solidariedade com a França pela grande perda.

Conheci pessoalmente o Sr. Jean-Luc Lagardère e dele recebi, muitas vezes, manifestações de gentileza e solidariedade. Mas minha motivação não é essa; minha motivação é o fato de ele ter sido um grande amigo do Brasil. Perde o Brasil um grande amigo.

Ele era casado com uma brasileira mineira, uma mulher inteligente e culta, Bethy Lagardère, que conseguiu transmitir a seu marido o seu amor ao Brasil. Assim, tínhamos em Jean-Luc Lagardère um grande admirador.

Sr. Presidente, em segundo lugar – e este, talvez, seja o motivo maior pelo qual apresento este requerimento e o encaminhamento –, Jean-Luc Lagardère foi um homem profundamente ligado ao setor da literatura. Em sua editora, a Hachette, havia uma divisão que editava autores estrangeiros, muitos da América Latina. Os meus dois primeiros livros traduzidos na França foram editados pela Hachette, maior editora europeia: **Au-delà des Fleuves** e **Capitaine de la Mer Océan**. Embora hoje a minha editora na França seja a Gallimard, concorrente da Hachette, não deixo, neste momento, de reconhecer o grande trabalho que Jean-Luc Lagardère prestou à literatura, à amizade entre o Brasil e a França e ao estreitamento dessa divulgação de autores brasileiros na França.

Peço, assim, ao Senado que, na forma regimental, envie à Sr^a Bethy Lagardère as nossas condolências, bem como a seu filho Arnaud Lagardère, que acaba de assumir o comando do grupo. Que eles continuem a manter essa amizade com o Brasil, essa estreita cooperação que sempre mantiveram, por meio do grande e poderoso grupo de literatura a Hachette Littérature.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**Numerosas homenagens a Jean-Luc Lagardère
Jean-Luc, o Fiel**

Franco, leal, fiel: assim era “Jean-Luc, o Gasção”, como gostava de apresentar-se. A franqueza nas relações humanas, em que uma ofensa era uma ofensa e um acordo era um acordo, muito longe da hipocrisia que muitas vezes prevalece nos círculos em que se misturam e se encontram os poderes.

A lealdade nas relações de negócios explica esse fator, tão pessoal, que inspirou todas as suas construções. Essa mesma lealdade que lhe conferiu tanto peso, por exemplo, no relacionamento franco-alemão, alicerce do êxito da EADS. Aquilo que Jean-Luc Lagardère conseguiu nesse campo, particularmente com a ajuda do Chanceler Schröder, nenhum político, nenhum patrão o teria conseguido. Finalmente, a fidelidade com os amigos era, para ele, algo que proclamava, um princípio, mas sobretudo algo que praticava.

Podemos dar testemunho dessas três qualidades. A franqueza valeu-nos um embate intenso quando **Le Monde**, induzido em erro por uma informação falsa, cometeu com ele uma grave injustiça. Desse momento e da solução conveniente dada ao conflito nasceram relações leais entre **Le Monde** e Hachette (parceiro nosso em **Le Monde interactif** e **Le Monde 2**, por exemplo), bem como uma amizade constantemente renovada.

Para toda a mídia diária, para toda a comunidade dos editores de imprensa, Jean-Luc Lagardère era algo mais: era o fiador e protetor do sistema francês de distribuição, concebido quando da libertação para garantir o pluralismo da imprensa, hoje tão ameaçado.

“Vosso ardor é o dever”: esse verso de Rimbaud poderia ser seu lema. O que pudemos adivinhar da atuação e temperamento do seu filho Arnaud permite-nos pensar que haverá de perdurar o espírito tão peculiar que presidiu ao destino desse grupo.

Le Monde perdeu um amigo e apresenta sentidas condolências à sua esposa Bethy, a Arnaud Lagardère e a todos seus familiares.

J.M.C.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, apenas para aditar: estou pedindo também a transcrição do Editorial **Le Monde** sobre Jean-Luc Lagardère para fazer parte desta minha comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 130, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do Jornalista José Barbosa Rodrigues, ocorrido no dia de hoje:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificação

Fundador do jornal **Correio do Estado**, maior grupo de comunicação do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, o Jornalista José Barbosa Rodrigues viveu em Mato Grosso do Sul durante 60 anos.

Foi inspetor e professor de Metodologia e Didática, assim que chegou ao Mato Grosso do Sul. Dez anos depois fundou o jornal **Correio do Estado**, o mais antigo de Campo Grande.

Seu grupo de comunicação inclui uma televisão e duas emissoras de rádio, além de possuir negócios em outras áreas além da comunicação.

Este requerimento busca, antes de mais nada, fazer justiça a esse alto exemplo de cidadania, e é com esse espírito que o apresentamos à consideração de nossos pares.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, apesar de já aprovado o requerimento, vou pedir a palavra a V. Ex^a, pela ordem, para fazer um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem a palavra V.Ex^a

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, serei rápido até porque o falecimento do jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, ocorrido no dia de hoje, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, consternou toda a população do meu Estado.

Trata-se do fundador do jornal **Correio do Estado**, maior grupo de comunicação de Mato Grosso do Sul. Viveu no nosso Estado cerca de sessenta anos. Foi inspetor, professor de Metodologia e Didática assim que chegou em Mato Grosso do Sul, tendo fundado o referido jornal dez anos depois. E esse jornal é o mais antigo órgão de imprensa de Campo Grande. Seu grupo de comunicação inclui uma televisão e duas emissoras de rádio, além de possuir negócios em outras áreas além da comunicação.

Sempre foi um respeitado jornalista e membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, Presidente da Fundação Barbosa Rodrigues, dedicada esta a educação, às artes e a cultura em geral.

O professor J. Rodrigues sempre esteve presente nos acontecimentos políticos, sociais e culturais de Mato Grosso do Sul.

Quero destacar ainda que ele gostava de ser chamado de J. Rodrigues, pelos seus amigos eleitores. Foi um dos mais importantes integrantes do Movimento Divisionista, que redundou e culminou na criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Seu jornal sempre esteve à disposição desta causa e de tantas outras em favor do nosso Estado.

Ele deixa uma lacuna importante na imprensa contemporânea e saudades no coração dos seus amigos.

Quero aqui dizer que subscreve esse requerimento comigo, sem dúvida nenhuma, o meu colega de Bancada, o Senador Delcídio Amaral. Cumpre destacar ainda que o falecido era pai do suplente do Senador Delcídio Amaral, o jornalista Antônio João Hugo Rodrigues.

Creio que, com essas considerações, Sr. Presidente, está justificado o requerimento que apresentei à Mesa e que acaba de ser aprovado nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 131, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Rubens Cardoso de

Jesus, apresentando condolências à Câmara Municipal de Cerejeiras-RO e à família.

Justificação

Trata-se de um ilustre colaborador da Câmara Municipal de Cerejeiras, em Rondônia, que se tornou um grande defensor dos interesses daquele município e de toda a sua população, ao longo de sua vida.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa encaminhará o requerimento de pesar.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 132, DE 2003

Requer a retirada do Requerimento nº 86/2003, que trata da tramitação conjunta dos PLS 25 e 268, ambos de 2002.

Exmo. Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 256, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a retirada do Requerimento nº 86, de minha autoria, que trata da tramitação conjunta dos PLS 25 e 268, ambos de 2002.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Francisco de Assis de Moraes Souza**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Defiro a retirada do requerimento, na forma do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 133, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro as seguintes informações ao Exmº. Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa:

1. Qual a contribuição do Governo brasileiro para a organização do sistema de saúde do Timor Leste?

2. Quantas missões de cooperação na área de saúde já foram enviadas ao Timor Leste?

3. Quantos profissionais brasileiros, na área de saúde, estão presentemente em Timor Leste, servindo à cooperação entre o Brasil e o Timor? Deles, quantos são médicos? Qual a especialização de cada profissional?

4. Há profissionais de saúde aguardando, dentro do acordo de cooperação entre os dois países, para embarcar para o Timor Leste? Caso positivo, quais as razões da demora?

5. Quais as metas, na área de saúde, do programa de cooperação em andamento? Nesse sentido, quais as providências assumidas como compromisso brasileiro que ainda aguardam andamento?

6. Quais os recursos alocados para essa cooperação?

7. Há recursos com essa destinação que constam do Orçamento Geral da União mas estão contingenciados?

Justificação

A relação entre o Timor Leste e o Brasil se reveste de especial importância não apenas pela proximidade lingüística como por razões de natureza humanitária, dada a gravidade da violência sofrida pela população local, no período que precedeu sua independência.

Reconhecendo esse fato, o Brasil reconheceu imediatamente a alteração do estatuto internacional do Timor Leste, atendendo à sua postura anterior, assim como assumiu compromissos formais no sentido de contribuir para a reconstrução do país. A área de saúde assume grande destaque nessa colaboração.

Por esse motivo, solicitamos as presentes informações, necessárias para que o Senado possa se situar diante do presente quadro.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **João Capiberibe**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 134, DE 2003

Solicita informações da Srª Ministra de Estado das Minas e Energia sobre a divulgação da ANP de um campo gigante de petróleo na bacia de Sergipe.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, “a” e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado da Ministra de Estado de Minas e Energia, Srª Dilma Vana Rousseff, os devidos esclarecimentos sobre o que existe de verdadeiro na divulgação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de um poço gigante de petróleo na costa litorânea do Estado de Sergipe com reservas estimadas de 1,9 bilhão de barris e com qualidade de 46 graus de API, de modo a também responder:

a) Tendo sido descoberto “um campo gigante de petróleo” na costa litorânea do Estado de Sergipe, quantos poços foram perfurados para a confirmação dessa descoberta?

b) Qual a efetiva focalização desse campo? Qual sua distância do litoral e proximidade com que município?

c) Qual o volume de óleo realmente descoberto e o percentual de aproveitamento comercial previsto?

d) Qual a qualidade do óleo encontrado no referido campo?

Justificação

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), divulgou em 11 de março de 2003 a descoberta de um poço gigante de petróleo na bacia do Estado de Sergipe, alardeando – segundo todos os grandes jornais brasileiros – em síntese que: o campo gigante de petróleo na bacia de Sergipe tem reservas estimadas em 1,9 bilhão de barris. Tratava-se da maior descoberta desde 1996 e seria o primeiro campo gigante encontrado fora da bacia de Campos. Ademais, segundo a ANP, o petróleo achado no local é considerado levíssimo – 46 graus API (medida de densidade).

Todas as informações sobre o novo campo foram dadas pela ANP, sendo que a Petrobras confirmou a descoberta, mas informou que ainda realiza testes para determinar sua viabilidade comercial, pois ainda estão em pesquisa a quantidade a ser explorada e a qualidade do óleo.

Recentemente a Secretária Nacional de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis, Maria das Graças Foster, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, publicado em 13 de março de 2003, negou que sejam de 1,9 bilhão de barris as reservas estimadas para o campo existente na bacia e também não confirmou o grau de qualidade de óleo.

Desta feita, existe um desencontro de informações, tanto que o Caderno “Folha Dinheiro”, veiculado na data acima, publicou um quadro demonstrativo das informações dadas pela ANP, Petrobras e Ministério de Minas e Energia, cujo teor encontra-se em anexo, fazendo parte integrante e complementar deste requerimento.

Verifica-se que se a divulgação foi efetivada pela ANP e não pela própria Petrobras, como é comum e o certo de acontecer, existem razões para tal fato, pois a teor dos arts. 7º e 8º da Lei nº 9478/97, que cria essa autarquia e estabelece suas atribuições, resta claro ser sua finalidade a de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Assim, enquanto autarquia, a ANP subordina-se, incondicionalmente, as normas constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da impessoalidade, todos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal. Por conseguinte, decidindo a administração praticar um ato, deverá preocupar-se com a motivação deste ato, fato que deverá ser justificado, atendendo-se ao imperativo constitucional.

Com efeito, a transparência e a legitimidade que a sociedade reclama da Administração Pública é traduzida juridicamente como o dever de fundamentar as decisões e, principalmente, de informar o que seja verdadeiro, vale dizer, o que é real. A demonstração do elo que une a prática do ato ao interesse público mediato ou imediato e, evidentemente, a sua conformidade com a realidade, é requisito **sine qua non** para a perfeita atuação da ANP.

Quando a finalidade do ato não se encontra nos parâmetros precitados, impõe-se a sua anulação por desvio de finalidade, ou em direta violação ao princípio da impessoalidade, que é a outra face da motivação.

Portanto, em vista da polêmica que virou a divulgação pela ANP da descoberta pela Petrobras de poço de petróleo em Sergipe, resta bastante oportuno que se busque, em definitivo e junto à sempre legítima e autêntica Ministra de Minas e Energia, as informações anteriormente apresentadas.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Antonio Carlos Valares**, PSB – SE.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão encaminhados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, indicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2003

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, formalizo esta Indicação ao Senado Federal, sugerindo o estudo, no âmbito da Comissão mais adequada, do problema da violência no Brasil, a fim de elaborar proposição legislativa para coibir a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado.

Justificação

A Indicação que ora formulo ao Senado da República encerra tomada de posição que vem ao encontro dos insistentes reclamos da população brasileira, que se sente ameaçada e vítima de ações de grupos ou facções voltados para o crime organizado e o tráfico de drogas.

Diariamente, os meios de comunicação, especialmente a televisão, retratam a escalada da violência no País, ostensivamente presente em quase todas as cidades e com estrutura assemelhada a um verdadeiro estado paralelo, motivo da intranquilidade do cidadão e de preocupação das autoridades.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A indicação será publicada e remetida à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 135, DE 2003

Senhor Presidente,

Solicito a V.Exª a retirada do Requerimento de Informações nº 63, de 2003.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração. – Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2003

Senhor Presidente,

Solicito a V.Exª a retirada do Requerimento de Informações nº 64, de 2003.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração. – Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Na forma do disposto no Regimento Interno, art. 256, defiro a retirada dos requerimentos.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2003**Altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nº 40, de 2001, e 43, de 2001.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 40, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades, atualizadas mês a mês, pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI da Fundação Getulio Vargas.

.....(NR)

Art. 2º O art. 4º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.4º..

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades, atualizadas mês a mês, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI – da Fundação Getulio Vargas.

.....(NR).

Art. 3º O Senado Federal fará publicar, no Diário Oficial da União, as Resoluções nº 40, de 2001, e nº 43, de 2001, com as alterações decorrentes da aprovação desta Resolução, no prazo de quinze dias após sua promulgação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá efeito sobre as apurações da receita corrente líquida referentes ao exercício de 2002 e seguintes.

Justificação

Nas Resoluções nº 40, de 2001, e nº 43, de 2001, são definidos os critérios de apuração da dívida consolidada líquida e da receita corrente líquida. Na primeira, são fixados também os tetos para a razão entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida.

A apuração da receita corrente líquida para o período de doze meses, que é o denominador dos limites estabelecidos na Resolução nº 40, de 2001, tem como critério tomar os dados mensais por seus valores nominais, sem que os valores que compõem esse indicador sofram qualquer tipo de reajuste, diferentemente do que ocorre com as dívidas, sujeitas que são, em sua maioria, a algum índice de indexação, em especial ao Índice Geral de Preços – 50 Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Dada a aceleração da inflação verificada no exercício de 2002 e que, segundo as previsões, deve-se manter no exercício de 2003, a desconsideração dos efeitos da inflação sobre a apuração da receita corrente líquida faz subestimar sistematicamente seus valores reais, diferentemente do que ocorre com a apuração da dívida. Esse efeito é bastante forte para os períodos referidos. Por exemplo, em 2002, o IGP-DI sofreu uma variação de 26,4%, o que levaria a grave distorção na apuração dos indicadores, caso não fosse levada em conta essa variação na apuração das receitas.

Propomos que seja eliminada essa distorção por meio da utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas como critério de atualização das parcelas que compõem o cálculo da receita corrente líquida. Entendemos que essa metodologia melhor expressaria a real capacidade de pagamento do ente da Federação. A filosofia que estrutura a Lei de Responsabilidade Fiscal é exatamente a de tornar compatíveis os fluxos reais de receitas e despesas. Nada mais natural que os efeitos da desvalorização do poder de compra da moeda sejam considerados em ambos os pólos da equação contábil. Esse aperfeiçoamento metodológico só terá incidência sobre os fatos ocorridos a partir do exercício de 2002.

Há também uma questão de justiça a dar sustentação à proposta. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios já estão sendo atingidos duramente pela evolução dos saldos de suas dívidas e pela necessidade de ajuste adicional como única forma de tomar compatíveis essa evolução galopante com os rígidos limites impostos em lei.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA**RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2001**

Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 2º

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades.

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 4º

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Senadores que comparecerá ao plenário do Senado Federal amanhã, às 14h30, o Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Ricardo Berzoini, para prestar esclarecimentos sobre a Previdência no Brasil, conforme comunicação já feita às Sras. e aos Srs. Senadores.

A Presidência comunica ainda ao Plenário que se encontra sobre as bancadas documento enviado a esta Casa pelo Ministro da Previdência referente à exposição que fará ao Senado na sessão de amanhã, às 14h30.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 137, DE 2003

A publicação em 19.3.2003

Condena a intervenção militar unilateral no Iraque e manifesta preocupação quanto aos seus desdobramentos econômicos e geopolíticos. E conclama aos governantes dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália a ouvirem a voz dos povos no sentido de que terão todo o apoio para persuadirem o governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de aniquilação em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque utilizando meios pacíficos.

Aracato em 19.03.2003

Os membros do Senado Federal da República Federativa do Brasil:

CONSIDERANDO que o Conselho de Segurança das Nações Unidas é a única instância que tem legitimidade para autorizar intervenções militares em países que tenham porventura desrespeitado resoluções aprovadas em seu âmbito;

CONVICTOS de que a Resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de modo algum autoriza, como alega o governo dos EUA, uma intervenção militar no Iraque;

SALIENTANDO que, até o presente momento, não foram apresentadas provas ou indícios concretos de que o Iraque representa perigo imediato a qualquer nação, nem de que o governo iraquiano tenha laços diretos ou indiretos com grupos terroristas;

COLOCANDO EM RELEVO que a imensa maioria da opinião pública mundial é contra a guerra, tendo inclusive realizado gigantescas manifestações em importantes cidades de todo o planeta;

RECORDANDO que é tradição da diplomacia brasileira a defesa da solução pacífica e negociada dos contenciosos internacionais e do princípio da autodeterminação dos povos, em consonância com a Carta das Nações Unidas e as normas básicas do Direito Internacional Público;

Silvia Moura
Carlo
Marcelo

ELOGIANDO a determinação do governo brasileiro na defesa do multilateralismo e da convivência pacífica entre as nações, feita de forma reiterada e enfática, tanto no âmbito interno quanto em fóruns internacionais;

ALARMADOS com os efeitos que a anunciada guerra terá sobre a população iraquiana, já muito castigada pela situação econômica criada por mais de dez anos de embargo comercial;

ENFATIZANDO que, de acordo com muito especialistas, uma intervenção militar no Iraque resultará num sem número de refugiados e, provavelmente, em cerca de 500.000 vítimas fatais, mesmo na eventualidade de que a intervenção militar seja de curto prazo;

PREOCUPADOS com as consequências negativas que guerra terá sobre o precário e complexo desenho geopolítico do Oriente Médio, o que deverá resultar no aprofundamento e alastramento de conflitos preexistentes;

CONSTATANDO que a intervenção militar deverá também produzir efeitos deletérios sobre a economia mundial, como a provável redução de fluxos de investimentos para países em desenvolvimento e o aumento do preço do petróleo, o que poderá ampliar a vulnerabilidade da economia brasileira;

COSNCIENTES de que o unilateralismo belicoso promovido pelo governo de George W. Bush redundará em um considerável aumento de tensão política no mundo, no enfraquecimento dos sistemas multilaterais de solução de controvérsias, particularmente o das Nações Unidas, e muito provavelmente, no recrudescimento do terrorismo; e

LEMBRANDO, por último, a máxima de Benjamin Franklin de que "não há guerra boa, nem paz ruim",

Condenamos a intervenção militar unilateral no Iraque e manifestamos preocupação quanto aos seus desdobramentos econômicos, geopolíticos. E, antes que ocorra o ataque ao Iraque pelas forças armadas dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, conclamamos aos seus governantes a ouvirem a voz dos povos de todo mundo no sentido de que terão nosso apoio para persuadirem o governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de destruição em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque por meios pacíficos.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Sala das Sessões, em 19 de março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento vai à publicação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para justificar a proposição. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é possível que, dentro de algumas horas, se inicie uma verdadeira tragédia com o bombardeio pelas forças armadas dos governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Austrália contra o Iraque.

É necessário que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, venha a se pronunciar a respeito desse episódio. Nesse sentido, venho requerer que, uma vez aprovado, seja o requerimento encaminhado, no seu teor completo, ao Presidente dos Estados Unidos e aos Primeiros-Ministros do Reino Unido e da Austrália:

Os membros do Senado Federal da República Federativa do Brasil:

CONSIDERANDO que o Conselho de Segurança da ONU é a única instância que tem legitimidade para autorizar intervenções militares em países que tenham porventura desrespeitado resoluções aprovadas em seu âmbito;

CONVICTOS de que a Resolução nº 1.441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de modo algum autoriza, como alega o governo dos Estados Unidos, uma intervenção militar no Iraque;

SALIENTANDO que até o presente momento não foram apresentadas provas ou indícios concretos de que o Iraque representa perigo imediato a qualquer nação, nem de que o governo iraquiano tenha laços diretos ou indiretos com grupos terroristas;

COLOCANDO EM RELEVO que a imensa maioria da opinião pública mundial é contra a guerra, tendo inclusive realizado gigantescas manifestações em importantes cidades de todo o planeta;

RECORDANDO que é tradição da diplomacia brasileira a defesa da solução pacífica e negociada dos contenciosos internacionais e do princípio da autodeterminação dos povos, em consonância com a Carta das Nações Unidas e as normas básicas do Direito Internacional Público;

ELOGIANDO a determinação do Governo Brasileiro na defesa do multilateralismo e da convivência pacífica entre as nações, feita de forma reiterada e enfática, tanto no âmbito interno quanto em foros internacionais;

ALARMADOS com os efeitos que a anunciada guerra terá sobre a população iraquiana, já muito castigada pela situação econômica criada por mais de dez anos de embargo comercial;

ENFATIZANDO que, de acordo com muitos especialistas, uma intervenção militar no Iraque resultará num sem-número de refugiados e provavelmente em cerca de 500 mil vítimas fatais, mesmo na eventualidade de que a intervenção militar seja de curto prazo;

PREOCUPADOS com as consequências negativas que a guerra terá sobre o precário e complexo desenho geopolítico do Oriente Médio, o que deverá resultar no aprofundamento e alastramento de conflitos preexistentes;

CONSTATANDO que a intervenção militar deverá também produzir efeitos deletérios sobre a economia mundial, como a provável redução de fluxos de investimentos para países em desenvolvimento e o aumento do preço do petróleo, o que poderá ampliar a vulnerabilidade da economia brasileira;

CONSCIENTES de que o unilateralismo belicoso promovido pelo governo de George W. Bush redundará em um considerável aumento de tensão política no mundo, no enfraquecimento dos sistemas multilaterais de solução de controvérsias, particularmente o das Nações Unidas, e, muito provavelmente, no recrudescimento do terrorismo; e lembrando, por último, a máxima de Benjamin Franklin de que “não há guerra boa, nem paz ruim;

Condenamos a intervenção militar unilateral no Iraque e manifestamos preocupação quanto aos seus desdobramentos econômicos e geopolíticos. E antes que ocorra o ataque ao Iraque pelas forças armadas dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, conclamamos os seus governantes a ouvirem a voz dos povos de todo o mundo no sentido de que terão nosso apoio para per-

suadirem o governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de destruição em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque por meios pacíficos.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, em virtude da iminência do ataque dos Estados Unidos contra o Iraque, que poderá ocorrer hoje à noite, em virtude de se tratar de situação emergencial, considerando inclusive o pronunciamento extraordinário que V. Ex^a fez na semana passada, ontem reiterado, de que conta com o apoio de todos nós, venho requerer, excepcionalmente, que seja considerado próprio aprovarmos esse requerimento antes mesmo da publicação dele, já que inúmeras vezes os Senadores de todos os partidos, praticamente os 81 Senadores, têm manifestado posição no sentido de que haja uma solução pacífica. Antes do início do bombardeio, que provavelmente ocorrerá hoje à noite, seria de fundamental importância que os 81 Senadores se pronunciassem para que haja este apelo final ao Presidente George Walker Bush, ao Primeiro-Ministro Tony Blair, ao Governante da Austrália, ao seu Congresso Nacional, para que se evite um desdobramento que não seja pacífico.

Reitero o convite a todos os Srs. Senadores para que amanhã, às dez horas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sala dois, Ala Nilo Coelho, ouçamos o Embaixador do Iraque e, no dia três de abril, a Embaixadora do Estados Unidos, pois ambos foram por nós convidados a externar o ponto de vista de seus Governos e também a ouvir a nossa posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Reitero o apelo para que possa excepcionalmente ser votada a matéria ainda hoje, dada a iminência do conflito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu poderia encaminhar a votação como Relator do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento não possui Relator. Trata-se de conclamação feita há pouco pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Perdoe-me, Sr. Presidente, pensei que fosse o reque-

rimento que aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria, tendo em vista o conflito que poderá ocorrer hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Diante da excepcionalidade da situação, submeto ao Senado a aprovação da conclamação feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aprova da por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sim, Senador Pedro Simon. Nenhum dos Srs. Senadores registrou manifestação contrária.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Brasília, 18 de março de 2003

Exm^o Sr. Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, indicar a V.Ex^a, o meu próprio nome, para, como membro do PSDB, ocupar a vaga deixada pelo nobre Senador Olivir Gabardo, como Titular, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na oportunidade, renovo-lhe meus protestos de estima e consideração. – Senador **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB.

Of. nº 45/03 - GLPPS

Brasília, 18 de março de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Ex^a, na forma regimental, a indicação dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, como titular, e João Batista Motta, como suplente, para composição da Comissão incumbida de analisar a Medida Provisória nº 110, de 14 de março de 2003, que cria a carreira de Agente Penitenciário Federal em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do PPS no Senado Federal.

OF Nº 67/03-GL/PFL

Brasília, 18 de março de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 110 de 14 de março de 2003, os seguintes senhores senadores em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Romeu Tuma

Edison Lobão

Heráclito Fortes

Suplentes

César Borges

Demóstenes Forres

Efraim Moraes

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF Nº 69/03-GLPFL

Brasília, 18 de março de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Exa. o desligamento do Senador José Jorge, como suplente, da Comissão de Legislação Participativa.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 106, de 2003 - art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 71, de 2003, Relator: Senador Romero Jucá), que altera a Resolução nº 66, de 2002, para incluir o item "Despesas Gerais" nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de

"Amortização" no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi Le-Israel B.M.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, tanto pela constitucionalidade quanto pela questão de mérito, por se tratar de uma operação de crédito já aprovada pelo Senado anteriormente e apenas por um erro material deixou de ser incrementada, tendo sido solicitada a sua correção.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 1, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 140, DE 2003

(Da comissão diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2003

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução Nº 1, de 2003, que altera a Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, para incluir o item "despesas gerais" nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC, e retificar a definição de Amortização no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B. M.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2003. – **José Sarney**, – **Romeu Tuma**, Relator – Edison Lobão, – **Heráclito Fortes**.

ANEXO AO PARECER Nº 140, DE 2003

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2003.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2003

Altera a Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, para incluir o inciso IX “despesas gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de amortização no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B. M.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 4º

IX – despesas gerais: limitadas a até 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato.” (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 7º da Resolução nº 66, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

IV – amortização: o montante de cada desembolso dividido em número de parcelas semestrais iguais ao número de períodos de juros que existem no período, começando na data do desembolso e terminando na data final de repagamento [102 (cento e dois) meses após a data de efetividade do acordo];

.....” (NR).

Art. 3º A contratação das operações de crédito externo a que se refere a Resolução nº 66, de 22, deverão efetivar-se no prazo máximo de 540 (qui-

nientos e quarenta) dias, contado da data da publicação desta resolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 107, de 2003 - art. 336, “II”)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 84, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

A Presidência esclarece ao Senado que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho pedir o apoio de V. Ex^{as}. para aprovar o presente Projeto de Resolução que apresentamos à Mesa do Senado Federal, prorrogando autorização desta Casa ao Governo baiano, visando renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas a operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

A Bahia já conta com apoio decisivo desta Casa, Sr. Presidente, sempre que recorre a ela em favor de políticas e ações para a recuperação da lavoura do cacau, tão importante para a Bahia.

O presente Projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião do dia 11 deste mês. Agradeço, nesta oportunidade, ao eminente Relator da matéria, o Senador Jonas Pinheiro. A sua aprovação definitiva vai permitir a complementação da quarta etapa do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Este mecanismo que está sendo prorrogado permite que o Governo da Bahia, juntamente com o Governo Federal e com o Banco do Brasil, complemente as garantias dos produtores interessados em contratar financiamento para a renovação de sua lavoura.

Sem esse mecanismo, poucos produtores poderiam cumprir as exigências bancárias, devido ao histórico do recente de endividamento da lavoura, provocado por uma depressão de preço iniciada no final dos anos 80, aliada a uma quebra de safra de 70% provocada por uma doença por demais conhecida de toda esta Casa, a vassoura-de-bruxa, capaz de causar a erradicação da cacauicultura.

Esta renovação da lavoura que está sendo financiada desde 1998, mediante a substituição via enxertia das plantas antigas por clones desenvolvidos pela Ceplac, não somente garantirá a resistência da lavoura à vassoura-de-bruxa, como também duplicará a produtividade dessa cultura, graças às características genéticas das novas plantas.

Com este apoio, toda a região da Bahia passou a ter nova esperança concreta de ter de volta a segurança social e econômica perdida ao longo dos anos.

Nos próximos dias, vamos anunciar uma engenharia que está sendo montada de modo a propor a esta Casa e ao Governo Federal uma solução orçamentária que dê continuidade a este importante Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Para dar este passo, queremos contar com a continuidade do apoio oferecido por todos os Senadores e Senadoras e pelo Governo Federal, para que não se perca tudo que já foi feito, agora que estamos tão perto de reconquistar a auto-sustentabilidade da região cacaueira e dessa lavoura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão o **Projeto de Resolução nº 3, de 2003**.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o País deve muito à lavoura cacaueira e não tem retribuído na medida da necessidade dos cacauicultores os recursos que a Bahia há tanto tempo clama e reclama. Na Legislatura passada, várias vezes fui à tribuna para reclamar do Governo providências em relação à cacauicultura.

A vassoura-de-bruxa tomou conta de grande área, levando à pobreza e ao desemprego mais de 200 mil pessoas. E sempre pedíamos providências ao Governo; o Governo adotava algumas, mas elas, na prática, não funcionavam por causa da burocracia, principalmente do Banco do Brasil.

Agora vem essa oportunidade que o Senador César Borges colocou muito bem no seu discurso, de se refinar os cacauicultores que há muito tempo estão à espera desse apoio.

Muito do Parque Industrial do Sudeste foi feito com as divisas do cacau. Hoje, a cacauicultura chega até a importar o produto de outros países para atender às necessidades do Estado e da Nação.

Por isso, venho aqui pedir a aprovação desse projeto, na segurança de que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva dará novos rumos ao problema do cacau. Muito se prometeu, mas nada se fez. Chegou a hora de fazer-se sem prometer.

Por isso, quero dizer a V. Exª e, no caso, até enaltecer a indicação que o PT fez para a Ceplac, do Sr. Gustavo Moura, que é um cacauicultor vencedor, pois tendo sido dizimada toda a produção das suas fazendas, ele conseguiu, com a clonagem, reabilitar inteiramente grande parte da sua região. S. Exª tem, portanto, o aval de todos os baianos e cacauicultores. Precisa, porém, do apoio indispensável das áreas do Governo Federal. É esse apoio que venho neste projeto pedir, na certeza de que o Governo Federal, desta feita, atenderá aos cacauicultores, saindo da burocracia que emperra e que não deixa que o pobre cacauicultor tenha os financiamentos. Daí por que este projeto é tão importante como outros que virão e que nós baianos apresentaremos aqui e que, tenho certeza, serão aprovados pelo Senado Federal e sancionados pelo Senhor Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 3, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 141, DE 2003
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 3, de 2003.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 3, de 2003, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2003. – **José Sarney – Romeu Tuma, Relator – Edison Lobão – Heráclito Fortes.**

ANEXO AO PARECER Nº 141, DE 2003

Redação final do Projeto de Resolução nº 3, de 2003.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2003

Restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É restabelecida, com novo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para o exercício da autorização, a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal, que autoriza o Estado da Bahia, a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$ 91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais), já autorizada pelas Resoluções nºs 68, de 1998, e 71, de 1999, ambas do Senado Federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 113, de 2003 - art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Fernando Bezerra), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, referente ao primeiro empréstimo programático para reformas relativas ao desenvolvimento humano.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena para discutir.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me na obrigação de participar deste debate, até porque tive a oportunidade de ainda durante o Governo Fernando Henrique reivindicar várias audiências públicas relacionadas aos chamados empréstimos programáticos, neste caso específico das reformas relativas ao desenvolvimento humano e, no caso ainda do Governo Fernando Henrique, os chamados empréstimos para ajuste a fim de viabilizar a rede de proteção social.

É evidente que esse empréstimo, que na Casa estará sendo votado hoje, foi negociado ainda no Governo Fernando Henrique. E o Ministro da Fazenda do atual Governo encaminhou ao Banco Mundial vários documentos para referendar essa operação que vinha sendo feita pelo Governo anterior.

Por que me sinto na obrigação de participar da discussão? O Governo brasileiro, o Governo Lula já assumiu que estabelecerá um processo de transição econômica. Portanto, os investimentos em políticas públicas e sociais serão feitos e não ficaremos permanentemente presos na armadilha fiscal que recebemos do Governo anterior.

Na verdade, é de fundamental importância que expliquemos o que estamos a votar. O Relatório do Senador Fernando Bezerra e todos os avulsos do processo são absolutamente claros: trata-se de um empréstimo que está sendo concedido pelo Banco Mundial em reconhecimento às reformas já empreendidas pelo Governo brasileiro, bem como aquelas que estão sendo implementadas com vistas à promoção do desenvolvimento humano.

É essencial que saibamos que estamos aqui a votar quinhentos e cinco milhões de dólares que efetivamente não serão transformados em moeda corrente e não serão utilizados para novos investimentos, conforme está muito bem dito no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional. O que diz aqui? “Os recursos da operação, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Mundial em empréstimos programáticos...”

Então é importante dizer que, ao longo da história, inclusive a recente, o próprio Banco Mundial tem enquadrado essas operações na modalidade de ajuste setorial como forma de burlar os próprios estatutos, o próprio estatuto do Banco Mundial que não permite a oferta de recursos do Banco para o pagamento da dívida externa ou para o pagamento de juros e serviços da dívida externa.

Aqui está absolutamente claro: o recurso é para compor as reservas internacionais do Brasil e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos, do mesmo jeito que está aqui dito que essa operação de crédito é um sinal ao mercado do compromisso do Brasil em promover reformas setoriais e econômicas, além de ser uma fonte de recursos para o financiamento do déficit do setor público.

Qual era a crítica que sempre fizemos ao Governo Fernando Henrique Cardoso, por várias vezes nesta Casa, causando muita polêmica, não é Senador Romero Jucá? Qual era a grande discussão? Ora, se esses empréstimos, que são viabilizados ao Governo brasileiro, que não são convertidos em moeda corrente para novos investimentos, que são para melhorar a imagem externa do Brasil – conforme aqui dizem, é um sinal do mercado para os investidores internacionais –, portanto, na verdade eles diminuem a pressão para a elevação do superávit e, assim sendo,

diminuindo a pressão para a elevação do superávit, eles possibilitariam que o Governo brasileiro fizesse os investimentos necessários, pois aqui não se estabelece condicionalidade; a condicionalidade é estabelecida simplesmente pela vontade do Governo em recompor esses investimentos.

Sr. Presidente, é de fundamental importância que isso seja dito, pois várias outras operações de crédito iguais a esta foram aqui apresentadas, e votamos contra elas. Tais operações de crédito reduzem a exposição do Brasil no mercado internacional – aqui está claro que é um sinal ao mercado – e, ao mesmo tempo, sendo isso feito, diminuem a pressão para a elevação do superávit. Dessa forma, sobraria dinheiro em caixa para investimentos no Governo Fernando Henrique Cardoso na área de proteção social – agora, neste novo empréstimo, para reformas relativas ao desenvolvimento humano.

Portanto, Sr. Presidente, é extremamente importante que saibamos o que estamos votando. Nosso voto será dado pela confiança que teremos e pela vigilância que faremos a fim de que o atual Governo em nada reproduza o que foi feito pelo outro Governo nessas modalidades de operação de crédito.

É verdade, Senador Antero Paes de Barros. O problema é que o Governo Fernando Henrique fazia essas operações e mantinha a pressão do superávit; viabilizava contingenciamento, mas não viabilizava a execução das políticas sociais. Mas o nosso Governo, com certeza, vai viabilizar esses investimentos que são necessários. Acontece que sempre me irritou esse tipo de cabeçalho que é encaminhado, que dá a impressão aos Senadores que não acompanham o tema de que os recursos serão utilizados para investimentos diretos, ou na rede de proteção social, ou nas reformas relativas ao desenvolvimento humano.

Daí o meu esclarecimento, com o intuito de que nós saibamos o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria continua em discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, falará o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, falo em seguida ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a deseja discutir o projeto?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Pra discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Heloísa Helena já desempenhou grande parte do papel de relator que me cabia, e eu agradeço à Senadora a forma eloqüente, competente como defendeu o projeto.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de trazer ao conhecimento dos Senadores que não fazem parte da Comissão de Assuntos Econômicos as condições em que o País, atendendo à Mensagem nº 54, do Senhor Presidente da República, aprecia a proposta de financiamento no valor de US\$505,050 milhões. A finalidade do empréstimo é programática, para reformas relativas ao desenvolvimento humano. O prazo é até 31 de dezembro de 2003, amortização em cinco parcelas semestrais consecutivas, correspondendo, cada uma, a 20% do valor total do empréstimo, vencendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2011 e a última em 15 de fevereiro de 2013, os juros, exigidos semestralmente, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a cada período de pagamento, a uma taxa composta de **libor** de 6,5% ao ano, comissão, à vista, de 1%, em condições extremamente favoráveis ao nosso País.

Sr. Presidente, a operação de crédito em análise foi negociada pelo Governo passado, tendo sido suas condições gerais ratificadas pelo Governo do Presidente Lula. As condições de empréstimo são altamente favoráveis ao Brasil, em primeiro lugar, porque não há contrapartida nacional e vinculação de recursos e, em segundo, porque o custo efetivo da operação, consideradas as taxas de juros praticadas hoje, é de apenas 2% ao ano.

Só para conhecimento desta Casa, as taxas de captação de recursos externos por empresas brasileiras hoje se situa entre 6% e 7% ao ano. Já o custo de captação mediante a emissão de bônus externos da República Federativa do Brasil em vista do “risco Brasil”, que já caiu muito e hoje se aproxima de mil pontos, situa-se, ainda, na casa de 12% a 15% ao ano. Portanto, a vantagem financeira para o Brasil é extraordinária. Parte dessa dívida está na troca de parte significativa da dívida, que hoje custa 15% ao ano.

Quero, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, com os mesmos argumentos apresentados na Comissão de Assuntos Econômicos, que o aprovou por unanimidade, solicitar ao Plenário que aprove esse empréstimo muito importante para Brasil atualmente, extremamente favorável, porque elevará as suas reservas no momento em que necessitamos, em que há uma certa insegurança nacional diante da perspectiva de uma guerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão o **Projeto de Resolução nº 6, de 2003**.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, terceiro orador inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer a posição do Governo e a natureza desse empréstimo, sobretudo em atenção à Senadora Heloísa Helena, que tem um trabalho tão importante de fiscalização e de debate em temas dessa natureza.

O País atravessou, como acabei de mencionar da tribuna, durante esse período, uma grave crise cambial. Durante oito anos, o déficit de transações correntes do País aumentou em US\$187 bilhões, e o passivo externo do Brasil em dólar aumentou em US\$200 bilhões, com as privatizações, com a venda de empresas nacionais e com o endividamento externo. O País tem obrigações que transcendem, inclusive, o problema da dívida. Da dívida externa hoje, cerca de US\$100 bilhões são dívidas privadas, mas parte delas foi contratada ao valor de R\$1,00 o dólar. Hoje o dólar corresponde a R\$3,45. Então, pressionaram-se muito essas empresas, em função da desvalorização.

A taxa de câmbio é fundamental para formar os preços da inflação. A taxa de câmbio determina o custo do petróleo, do combustível, de todos os produtos importados. Quanto mais você desvaloriza a moeda, maior a pressão inflacionária. Ora, um dos componentes fundamentais para superarmos essa crise cambial e a instabilidade da taxa de câmbio que pressiona a inflação é exatamente a recomposição das reservas do País.

Além disso, Sr. Presidente, estamos entrando num cenário de guerra. A deterioração econômica sempre foi anterior às 29 guerras que tivemos desde 1945, tanto que, nas últimas 24 horas, o preço do petróleo caiu significativamente, repetindo um certo comportamento histórico. Mas a guerra sempre tem uma imprevisibilidade. As tropas americanas que cercam o Iraque têm o mesmo número de soldados que as tropas que in-

vadiram a Normandia, são 300 mil homens armados. Não é qualquer coisa que estamos vivendo.

Um país vulnerável como o nosso, apesar de ter evoluído positivamente ao longo do ano de 2002, especialmente neste início de ano, por recompor as reservas, por aumentar as exportações, por reduzir o déficit de transações correntes, não pode abrir mão de US\$500 bilhões de dólares de reservas a um custo de 2% ao ano. É o dinheiro mais barato de toda a economia internacional e não há nenhum tipo de exigência em contrapartida, diferentemente do que acontece quando o empréstimo é do Fundo Monetário Internacional. O Banco Mundial não faz nenhum condicionante, nenhum tipo de contrapartida, e é um banco público, é um banco multilateral que tem como papel fomentar e apoiar as economias em desenvolvimento.

Então, esse é um recurso necessário ao País, um recurso de custo muito barato, o mais barato da economia internacional, que ajuda na recomposição das reservas e será um sinal muito importante para que possamos continuar nesse caminho seguro de estabilizar a taxa de câmbio e diminuir a pressão inflacionária, para permitir a queda na taxa de juros e o relançamento ao crescimento e ao emprego. A consequência social que esse movimento trará ao processo, a continuar toda essa melhoria dos indicadores macroeconômicos, é a retomada do crescimento e dos níveis de emprego, condições fundamentais para distribuir a renda e fazer justiça social.

Por isso, o Governo pede o apoio de todos os Srs. Senadores para que votem favoravelmente a esse empréstimo, com uma taxa de juros bruta de 2% ao ano, o dinheiro mais barato da economia internacional, o que permitirá recompor as reservas cambiais do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão o **Projeto de Resolução nº 6, de 2003**.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero apenas registrar a posição do PSDB e dizer que estamos na situação muito cômoda de votar e aprovar esta proposta, porque, efetivamente, todos os argumentos expostos aqui pelo Senador Aloizio Mercadante, atual Líder do Governo, foram levantados por mim durante quatro anos consecutivos, neste plenário, ao aprovar operações semelhantes a esta.

Portanto, é com satisfação que vejo, no íntimo, que meus argumentos estavam corretos ao longo de todo esse tempo. Como estávamos corretos antes, continuaremos corretos agora, votando com o Governo esta operação que é importante para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão o **Projeto de Resolução nº 6, de 2003**. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Resolução nº 6, de 2003, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 142, DE 2003

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2003.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2003, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinqüenta mil dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2003. – **José Sarney – Romeu Tuma**, Relator – **Edison Lobão – Heráclito Fortes**.

ANEXO AO PARECER Nº 142, DE 2003

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2003.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2003

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), referente ao Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – valor: até US\$505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos);

IV – finalidade: Primeiro Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Desenvolvimento Humano;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2003;

VI – amortização: 5 (cinco) parcelas semestrais consecutivas correspondendo cada uma a 20% (vinte por cento) do valor total do empréstimo, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2011 e a última em 15 de fevereiro de 2013;

VII – juros: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a cada período de pagamento, à taxa flutuante libor de 6 (seis) meses para empréstimos em dólar norte-americano, acrescida de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

VIII – comissão à vista: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o Contrato entrar em efetividade;

IX – comissão de compromisso: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não-desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), em diante;

X – modalidade “Empréstimo de **Spread Fixo**”, prevendo, inclusive, a possibilidade de:

a) conversão de moeda;

b) conversão dos juros de flutuantes para fixos e vice-versa; e

c) estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação dos juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu da Ministra Marina Silva pedido no sentido de que apreciássemos, em regime de urgência, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2003**.

Na sessão de ontem, foi aprovado requerimento de urgência para o projeto. Tendo em vista que a sessão de amanhã é destinada ao comparecimento da Previdência Social e a matéria já se encontra instruída com o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Presidência inclui o projeto de decreto legislativo em questão na Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 118, de 2003-art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2003 (nº 2.228/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.*

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional encaminhou à Mesa parecer sobre a matéria, sendo Relator o Senador João Capiberibe, que será publicado na forma regimental.

O parecer é favorável ao Projeto.

Cópia do parecer encontra-se à disposição das Srs. e dos Srs. Senadores nas suas respectivas bancadas.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 143, 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional -CRE sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 9, de 2003 (PDC 02228 de 2002, na origem) que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada 14 de fevereiro de 2002.

Relator: Senador **João Capiberibe.**

O Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 9, de 2003 (PDC 02228 de 2002, na origem), oriundo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, foi aprovado naquela Casa também nas seguintes Comissões: Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; Finanças e

Tributação e Constituição, Justiça e de Redação, nestas duas últimas com Parecer de Plenário.

O presente projeto de decreto legislativo encaminha o texto do "Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada 14 de fevereiro de 2002".

A cooperação financeira prevista, da ordem de 130 milhões de marcos alemães, cerca de 66 milhões de euros, beneficiará projetos de preservação na Mata Atlântica do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, assim como reservas indígenas na Amazônia Legal. Tais projetos, muitos deles já em andamento no âmbito do "Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil", destinam-se a estimular atividades sustentáveis de gerenciamento e conservação de recursos naturais por comunidades locais e disseminar essas experiências, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas que visem promover o desenvolvimento ecologicamente equilibrado da região amazônica e da mata atlântica.

Hoje em dia, há cerca de 120 projetos desse tipo, que são executados por organizações não-governamentais, associações de produtores, cooperativas, sindicatos de trabalhadores, organizações indígenas e entidades públicas. A Alemanha é o país que mais contribui financeiramente para viabilizar tais projetos, já tendo aportado 35 milhões de marcos no citado programa.

Trata-se de um ato internacional de grande relevância para todos aqueles que se preocupam com a ocupação racional e sustentável das florestas tropicais brasileiras.

Afinal, o desmatamento das florestas tropicais é um dos maiores problemas ecológicos de todo o mundo. De acordo com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), do total de 62.200.000 km² de mata nativa que havia no planeta no início deste século, restam, hoje, apenas 33.400.000 km². Ainda segundo esta organização, cerca de 170.000 km² de mata original desaparecem todos os anos devido às queimadas (naturais ou provocadas), expansão dos centros urbanos, construção de estradas e hidrelétricas etc. Como não poderia deixar de ser, este processo acelerado de destruição das florestas tropicais tem efeitos fortemente negativos sobre a biodiversidade e o clima, além de contribuir significativamente para a desertificação de extensas áreas do planeta.

Infelizmente, o Brasil, conforme o referido fundo, detém o triste recorde de campeão mundial de desmatamento. Em nosso País, a destruição das matas nativas alcançaria a espantosa velocidade de 15.000 km² por ano.

Assim sendo, julgamos que qualquer programa sério que tencione minimizar tal quadro merece o apoio de todos os parlamentares. Ressalte-se que o dinheiro a ser aportado pela Alemanha aos projetos não implica obrigações financeiras para o Brasil, pois será doado.

Em vista do acima exposto, votamos favoravelmente ao texto do “Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais”, na forma do PDL (SF) nº 9, de 2003.

Sala das Comissões, 18 de março de 2003. –
Eduardo Suplicy, Presidente – **João Capiberibe**, Relator – **Aelton Freitas** – **Hélio Costa** – **João Ribeiro** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Marcelo Crivella** – **Heloísa Helena** – **João Alberto Souza** – **Tião Viana** – **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2003

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República Federal da Alemanha por ocasião da visita oficial do Chanceler Gerhard Schroeder a Brasília, realizada em 14 de fevereiro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4-A:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2002 (Votação Nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 18 de dezembro de 2002, quando deixou de ser apreciada por falta de quórum.

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra como Senador da Amazônia. É consenso mundial que a Amazônia é o maior banco de biodiversidade do Planeta, uma das riquezas do mundo e um grande patrimônio do Brasil. Assim, temos discutido muito sobre formas de encaminhar um desenvolvimento auto-sustentado, que preserve o meio ambiente e as comunidades indígenas, mas que dê à Amazônia sua real importância e, mais do que isso, a condição de dignidade para sua gente.

A proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti é uma das que, nesta Casa, traz algo de concreto para a questão. A Senadora Marina Silva já apresentou uma proposta que, efetivamente, ajustava a questão ambiental, indígena e territorial à remuneração de fundos de participação dos Estados. Esta Casa já aprovou essa matéria. Agora, o Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta uma emenda constitucional que, na prática, dotará as universidades da Amazônia de recursos diferenciados, para poderem atuar de forma também diferenciada, fazendo com que a fauna, a flora, a riqueza e a biodiversidade tenham o estudo e a atenção merecidos.

Talvez alguns aqui possam levantar que essa é uma situação diferenciada. E quero registrar, Sr. Presidente, que é para ser posição diferenciada mesmo! É diferenciando que ressaltaremos essas diferenças e, no caso da Amazônia, implementaremos uma política diferente.

Apresentei um projeto, por exemplo, que define que a madeira da Amazônia não pode ser exportada em tora ou prancha, porque entendo também que a riqueza dessa madeira deve ser processada aqui, o ganho de capital tem que ser feito na região. E, a meu ver, tudo o mais deve ter o mesmo sentido.

Assim, sem querer me alongar, eu gostaria de registrar que o PSDB tem questão aberta sobre essa matéria, mas fiz questão de me pronunciar, como Senador da Amazônia e do Brasil, para pedir que se aprove essa matéria. Na verdade, é um equívoco pensar que Estados perderão recursos de FPE (Fundo de Participação dos Estados). Quem perderá recursos, da forma como está proposta a matéria, é exatamente a União, é o Tesouro Nacional. Mas, se o Tesouro Nacional puder transferir um pouco de recursos generalistas para recursos específicos das universidades da Amazônia, sinceramente, Sr. Presidente, entendo que é um bom motivo, uma boa ação e uma boa posição.

Por tudo isso, encaminharemos favoravelmente, votando "sim". E, em nome da Amazônia, peço o apoio do Plenário a esta matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, segundo orador inscrito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, acabamos de assinar um requerimento consensual contra a guerra no Iraque. E há outros consensos nesta Casa,

entre eles o de que o nosso País é o País das desigualdades sociais e regionais.

A emenda constitucional apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti é uma possibilidade concreta de redução das desigualdades regionais. Retirar 0,5% do Tesouro Nacional para construir conhecimento sobre uma das regiões mais ricas do Planeta e submetida a riscos permanentes deve ter o consenso desta Casa. É fundamental que as universidades da Amazônia obtenham os recursos necessários, que não vivam apenas da cooperação internacional e dos poucos recursos - porque são universidades novas - que lhes são distribuídos por meio do Ministério da Educação. Esta é uma oportunidade concreta de redução das desigualdades regionais. A Amazônia, sem conhecimento e sem construção permanente do conhecimento, não tem como encaminhar seu novo modelo de desenvolvimento - como afirmou aqui o Senador Romero Jucá -, que estabelece a necessidade de desenvolver as cadeias produtivas dos recursos naturais na região.

A madeira da Amazônia não pode mais ser exportada em forma de matéria-prima. Tem que ter seu valor agregado na região. Para isso, precisamos de conhecimento em **designer** e em tecnologia para atingirmos o desenvolvimento. Todos temos convicção de que, para melhorar o País, é preciso reduzir as desigualdades. No atlas da exclusão social, há diferenças gritantes entre o Centro-Sul brasileiro, com uma infra-estrutura adequada, e o Norte e o Nordeste. Todos clamam pela possibilidade de redução das desigualdades regionais, e este projeto é uma possibilidade.

Portanto, conclamo para que votemos todos a favor do Projeto de Emenda Constitucional nº 16.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O terceiro Senador inscrito é o Senador Sibá Machado, mas a Senadora Ana Júlia pediu preferência. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, penso que esta matéria deva ser discutida à luz do que se deseja diminuir: as desigualdades regionais. Isso é o que consta na nossa Constituição. Não é só nosso desejo, é o que está na própria Lei Maior deste País. Eu fiz um rápido levantamento e aqui não constam os gastos por aluno. Mas a distribuição de recursos neste País é absolutamente desigual. Sempre insisti na necessidade de se ter um novo modelo de desenvolvimento para a região amazônica.

Não há como se pensar em saídas para o País sem se pensar nas riquezas da Amazônia. A média de distribuição dos recursos das universidades federais para a Região Norte, entre 1994 e 2000, não passa de 7%, enquanto esses recursos para as Regiões Sul e Sudeste estão em torno de 54% a 58%. E as universidades da Região Norte são as que menos recebem recursos do País. Assim, é uma região muito rica, mas muitas vezes parece uma biblioteca de Alexandria, a queimar seus conhecimentos sem que tenhamos acesso a esse saber.

Como vamos permitir que continue esse tratamento desigual? É a região que recebe menos, Senador Sibá Machado, V. Ex^a é testemunha disso.

Em um Estado de tamanho continental como o Estado do Pará, onde a necessidade da universidade não é apenas na capital, mas em vários municípios do Estado, como fazer não somente ensino, mas ensino de qualidade, pesquisa e extensão, que é o papel de uma universidade de qualidade? Ensino, pesquisa e extensão! Como agregar tecnologia ao desenvolvimento se não tivermos investimentos nas nossas universidades? Como ser um País soberano se não temos ciência e tecnologia?

Esta matéria precisa ser analisada à luz da Constituição e de acordo com aquilo que nós defendemos e juramos defender, que é a diminuição das desigualdades regionais.

Para isso peço o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Vamos discutir este assunto amplamente, inclusive com o próprio Governo, porque precisamos tratar essa região tão rica não somente como um potencial para a Amazônia, mas para o Brasil.

Eu queria parabenizar o Senador e dizer que conte com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Temos muitos oradores inscritos. Eu concederei a palavra a todos eles, mas devo esclarecer ao Plenário que se encontra sobre a mesa um requerimento pedindo adiamento da matéria, feito pelo autor da emenda.

Assim, eu não sei se prosseguiremos com a discussão nesta tarde ou quando a matéria voltar à ordem do dia.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acredito que seja desnecessária a minha

palavra, mas gostaria de registrar que temos o dever de perseguir a redução das desigualdades regionais, e este projeto contribui para isso, mas tem de incorporar outras regiões, como o Nordeste.

A retirada do projeto pelo Senador Mozarildo Cavalcanti reabre a discussão, o que nos satisfaz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, autor da emenda.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria muito de ter ouvido a manifestação dos colegas da Amazônia, principalmente dos novos Senadores, que não participaram do debate em primeiro turno.

No primeiro turno, realizado no dia 13 de novembro – portanto, depois das eleições –, houve uma votação quase unânime: 55 votos favoráveis e apenas dois contrários. Todos os representantes do Nordeste, do Sudeste e do Sul votaram a favor dessa emenda.

Como estamos diante de praticamente um novo Senado Federal e atendendo ao apelo de diversos colegas, encaminho à Mesa o pedido de adiamento de votação para 30 de abril, para que possamos costurar um entendimento.

Gostaria de fazer um apelo principalmente aos companheiros das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, porque esse trabalho é fruto do esforço dos reitores das universidades da região. Na verdade, não se propõe retirada de recurso – como já disse o Senador Romero Jucá – do FPE, do FPM ou de qualquer fundo constitucional, mas retira do bolo da União, que está disperso e que apenas seria carimbado para as universidades da região amazônica, não só da região Norte, mas também os Estados do Maranhão e do Mato Grosso, ou seja, da Amazônia Legal.

Sr. Presidente, o adiamento da votação frustra-me um pouco, porque estamos há muito tempo discutindo a matéria. Todos os companheiros que estavam presentes tiveram oportunidade de votar, mas, em homenagem aos novos Senadores, mantenho meu pedido de adiamento para que a votação seja feita em 30 de abril.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a esta altura, com o pedido de adiamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, não temos mais o que discutir hoje. Entretanto, o adiamento pode possibilitar o aperfeiçoamento do projeto, porque a crise não está somente nas universidades da região Norte do País, mas está sobretudo nas universidades do Nordeste e também do Centro-oeste, principalmente as situadas nas regiões mais pobres. Não temos nada contra o projeto, mas gostaríamos de colaborar para o seu aperfeiçoamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo com o PSDB liberando a bancada para a votação e sabendo que o projeto será retirado, eu queria deixar registrado, principalmente ao autor do projeto, que eu particularmente não sou favorável ao projeto da forma como está formulado. Mas, já que está sendo adiada a sua votação, gostaria que fossem incluídas todas as universidades do Brasil, porque as universidades federais brasileiras, principalmente as da região Sul, estão tendo dificuldades para investimento em equipamentos e na qualificação de professores.

É preciso fazer com que o projeto retorne a esta Casa para que possamos incluir as demais universidades do Brasil, visto que, se o orçamento dos dois impostos está em torno de R\$940 bilhões, somente 0,5% significam R\$400 milhões para aquelas universidades. Esse recurso pode ser distribuído entre todas as universidades do Brasil. Especialmente reivindicado ao Senador proponente que inclua o Estado de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei o debate e fiquei atraído pelo tema, mas penso que o prazo é conveniente por conta de dois fatores novos que acrescento neste momento.

O primeiro fator refere-se à sugestão do Ministro da Educação, Cristovam Buarque, de transportar o ensino superior para a área de ciência e tecnologia, o que recebeu uma forte oposição.

Também acabo de receber uma carta do Sindicato dos Funcionários da Embrapa, que estão preocupados com o tratamento dado para a pesquisa não apenas nas universidades.

Os fundos constitucionais das regiões Centro-Oeste e Nordeste e da Amazônia apontam para investimentos na área de produção, seja primária, industrial ou agroindustrial. Não há nenhum recurso designado para a área de pesquisa, para incentivar a área produtiva.

As universidades, do jeito que estão, mal estão trabalhando pela sua sobrevivência, pela sua folha de pagamento, pelo seu custeio, não tendo nenhum investimento na área de pesquisa. O problema apresentado pelos funcionários da Embrapa e a sugestão apresentada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, são temas que a Casa poderia discutir melhor.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 138, DE 2003

Adiamento da votação para determinado dia.

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto PEC nº 16/2002 a fim de ser feita na sessão de 30 abril de 2003.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprovada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 5:

MENSAGEM Nº 60, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 60, de 2003 (nº 60/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 140, de 2002 (nº 350/2002, na origem), indicando o Sr. Ângelo Andrea Matarazzo, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

É a seguinte a mensagem aprovada:

MENSAGEM Nº 60, DE 2003

(Nº 60/2003, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a V. Exas., de conformidade com a exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a retirada de tramitação da indicação do Senhor Angelo Andrea Matarazzo, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia, enviada ao Senado Federal com a Mensagem nº 350, de 9 de maio de 2002.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2001 (nº 1.670/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo

Pareceres sob nºs 1.277 e 1.278, de 2002, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Benício Sampaio, favorável.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2003

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2001, “que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”, a fim de que seja feita na Sessão do dia 30 de abril vindouro.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprovada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 15, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2003

Requeiro, nos termos do nº 12, alínea c inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado, que sobre o PLC nº 14/2002, “que dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802/89, e dá outras providências, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais, além do Órgão Técnico ao qual foi distribuído, inicialmente.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senador **Sibá Machado**, PT – AC.

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2003

Nos termos do disposto no inciso I e § 4º do artigo 279, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito audiência da Comissão de Assuntos Sociais para o Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 2002, que “Dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências”, autoria do Deputado Murilo Domingos.

Justificação

O projeto envolve aspectos de grande relevância no âmbito da agricultura orgânica, a exemplo da inclusão de resíduos orgânicos provenientes de compostagem de lixo urbano, tema historicamente alvo de polêmica, entre outros.

A audiência da Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é pertinente às atribuições descritas no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, será extremamente importante, pois os segmentos envolvidos na questão poderão aprofundar as discussões de forma a melhor atender às necessidades da sociedade, resgatando o resultado de uma longa discussão sobre o tema, iniciada em 1994, no âmbito do Ministério da Agricultura, em conjunto com diferentes entidades civis ligadas à agricultura orgânica.

O novo texto do projeto foi modificado e contribuições importantes, construídas ao longo dessa discussão, foram perdidas.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Senador **Aelton Freitas**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar. O projeto envolve aspecto de grande relevância no âmbito da agricultura orgânica, a exemplo da inclusão de resíduos orgânicos provenientes de compostagem de lixo urbano, tema historicamente alvo de polêmica, entre outros.

A audiência da Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é pertinente às atribuições descritas no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, será extremamente importante, Sr. Presidente, pois os segmentos envolvidos na questão poderão aprofundar as discussões de forma a melhor atender às necessidades da sociedade, resgatando os resultados de uma longa discussão sobre o tema, iniciada em 1994, no âmbito do Ministério da Agricultura, em conjunto com diferentes entidades civis ligadas à agricultura orgânica.

O novo texto do projeto foi modificado e contribuições importantes, construídas ao longo dessa discussão, foram perdidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa recebe a manifestação de V. Ex^a como uma declaração de voto.

As Sr^{as} e os Srs. Que aprovam os requerimentos queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 8:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2001 (nº 903/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer sob nº 220, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvenício da Fonseca, favorável, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 345, DE 2001**

(Nº 903/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Empresa Rádio independente Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 9:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 377, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2001 (nº 302/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.447, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 377, DE 2001**

(Nº 302/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 87, de 13 março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 10 de setembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Itapuã de Rio Claro Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 10:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2001, que renova a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de São João Del Rei-MG, tendo

Parecer favorável, sob nº 129, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2001**

(Nº 926/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato a que renova a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio São João Del Rei S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 11:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 767, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2002, que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim - RO, tendo

Parecer favorável, sob nº 99, de 2003, da Comissão de Educação, Relator Senador Valdir Raupp.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 767, de 2002**

(Nº 2.237/2002 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 735, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Amazônia Cabo Ltda. Para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 12:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 768, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2002, que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho - RO, tendo

Parecer favorável, sob nº 100, de 2003, da Comissão de Educação, Relator Senador Valdir Raupp.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 768, DE 2002**

(Nº 2.238, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de julho de 2002, que outorga concessão à Amazônia Cabo Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 128, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002.

Em votação o requerimento.

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. Nº 072/03 – GLPFL

Brasília, 19 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores César Borges e Renildo Santana para ocuparem as vagas do Partido da Frente Liberal – PFL, como suplentes, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovadas as indicações, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Encontra-se inscrito o Senador Renan Calheiros, que pediu a palavra como Líder do PMDB.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Deputado Michel Temer, Presidente do PMDB, decidi pedir a palavra hoje, como Líder do meu Partido, para afirmar que o PMDB estará cada vez mais presente no debate nacional. A história recente do Brasil é testemunha: o Partido nunca fugiu à responsabilidade recusável de ajudar na construção do País.

Minha disposição sempre foi a de fortalecer a negociação para pôr o Partido no rumo da governabilidade. O PMDB tem demonstrado que quer colaborar, mas não pode, Sr. Presidente, deixar sem resposta uma pergunta que não quer calar: o Partido vai ou não para o Governo?

A questão fundamental não é o dilema de ser ou não governo. O fundamental, Sr. Presidente, é ser partícipe e cúmplice de decisões, muitas vezes polêmicas e questionáveis, mas que se inserem num projeto estratégico de transformação do País.

O PMDB se preocupa com a definição do que nós queremos para o Brasil. Porque o navegante que não sabe para onde vai, não importa a direção do vento. Portanto, é fundamental, para o PMDB, ter uma visão nítida de qual o projeto estratégico do Governo e quais os instrumentos que conduzirão a alcançar os objetivos desejáveis.

Reafirmo o que tenho dito: o Partido prefere participar das decisões, dividir responsabilidades, ajudar a formular políticas públicas, mas sem ocupar cargos. Tanto que pedi à Bancada no Senado que me liberasse de qualquer tarefa neste sentido. O PMDB não quer uma reforma ministerial, nem substituirá ministros. Isso seria ruim para o Partido e ruim para o Governo, neste momento.

Como Líder, Sr. Presidente, devo expressar a vontade da Bancada. E noto que a tendência de nos

mantermos independentes ganha força a cada dia. Hoje, o desejo crescente no Partido é de adotar uma postura de colaboração com o País, claro, mas de independência. O PMDB não prestará apoio irrestrito a nada. Colocará o País sempre em primeiro lugar.

E independência quer dizer votar a favor dos projetos com os quais concordamos e rejeitar os que forem contrários às diretrizes do Partido. Todos queremos as reformas. Mas isso não quer dizer que as propostas do PT são as mesmas do PMDB, são as mesmas que a sociedade quer e reclama.

Vamos aprovar o que for útil para o País, mas também impedir o que entender danoso. Não podemos e não devemos ser intransigentes, mas temos que, com clareza, ajudar no que for convergente com o interesse nacional, sem abdicar do direito de divergir e de criticar o que considerar errado.

Sr. Presidente, o Partido vai oferecer ao País massa crítica e cooperação política para o desenvolvimento de ações que deságüem em mudanças capazes de corresponder, de forma afirmativa e consolidada, às esperanças da população e aos anseios e obrigações de seus quadros partidários. Falo aqui do resgate de uma agenda congressual perdida, da construção de alternativas que atinjam os objetivos mais prementes, como a retomada do desenvolvimento, a geração de empregos e o combate à fome e à miséria.

Todos sabemos que os desafios do País são enormes: o País que deu cabo do autoritarismo enfrenta, hoje, imensas desigualdades sociais e regionais, o avanço da violência e do crime organizado, uma dívida assustadora, o risco da volta da inflação e os prováveis efeitos nefastos da guerra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até pela delicadeza da hora, torna-se essencial a garantia da efetiva governabilidade. O Partido está disposto a ajudar o País. Não queremos, de forma nenhuma, que o Governo erre mais ou acerte menos. Talvez por isso estamos, novamente, sendo convocados a participar do Governo, que insiste em nos querer como aliados. Aliás, o PT aprovou, no último fim de semana, uma resolução nesse sentido. Porém, já declaramos, em alto e bom som, que nada levaria o PMDB a não apoiar as reformas fundamentais ao desenvolvimento do País. Este é um compromisso inarredável nosso.

O PMDB tem a responsabilidade histórica de ajudar a construir os caminhos para superarmos impasses cruciais, como o desemprego, os juros altos, o déficit público, como eu já disse, a volta da inflação, os endividamentos interno e externo e as reformas.

Temos de delinear a agenda congressual com princípios que são marcas do Partido, respeitando o desenvolvimento com justiça social, coerentes com nossa opção programática. Os setores de saúde, segurança, educação, meio ambiente, habitação, desenvolvimento urbano e agricultura representam macrodesafios às nossas responsabilidades políticas.

Nesse processo, o PMDB continuará desempenhando um papel decisivo, principalmente no que diz respeito à necessidade de que as reformas estruturais se estendam para além das medidas relativas à ordem econômica, incluindo as alterações nas áreas tributária, fiscal, previdenciária, agrária, trabalhista e, também, a reforma político-partidária.

Na reforma tributária, as principais medidas de alcance imediato têm de ter o objetivo de desonerar as exportações e os investimentos. É fundamental garantir à agropecuária e à agroindústria o estímulo à produção de alimentos e à redução do ônus tributário sobre os produtos da cesta básica. O combate à sonegação se inscreve, igualmente, entre os objetivos primordiais de qualquer projeto nesse sentido.

Na reforma fiscal, o objetivo maior é proporcionar ao Estado melhor controle sobre as despesas públicas, para permitir o atendimento de suas responsabilidades básicas e a redução das disparidades sociais e regionais. Esta reforma, Sr. Presidente, deve visar à criação de instrumentos de gestão das finanças públicas que permitam melhor administrar os recursos com a eficiência nos gastos.

Na reforma previdenciária, é imperativo alcançar solução duradoura para os desequilíbrios econômico-financeiros da Previdência Social. Tais desarmonias, de caráter estrutural, derivam, sobretudo, da mudança do perfil demográfico da população brasileira, da diversidade de sistemas, de desproporções atuariais.

Preocupa-nos, Sr. Presidente, sobremaneira, a forma de encaminhamento, ontem e hoje, do projeto de reestruturação fundiária do País. A visão do PMDB é a de que a reforma agrária representa notável instrumento de distribuição de riqueza e renda, desde que, na sua concepção e operacionalização, efetivamente, venha a fortalecer a pequena agricultura, a agricultura familiar, gerar um empreendedorismo sadio e competitivo. E isto será possível via crédito supervisionado, assistência técnica, infra-estrutura de produção e comercialização.

A reforma é para promover justiça social sem tumultuar o meio rural. Na rica potencialidade agropecuária brasileira, há espaço, sem dúvida, para convivência pacífica e ordeira entre pequenos, médios e

grandes produtores. Politizar a reforma só gera confrontos, desmonta estruturas produtivas e desmoraliza as instituições.

Além disso, há a reforma político-partidária que, há sete anos, tramita no Congresso e que, mais do que nunca, deveria ser aprovada até dezembro, já que em 2004 acontecem as eleições municipais. Entre as mudanças propostas, estão o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, a proibição de coligações nas eleições proporcionais, a cláusula de desempenho eleitoral e a instituição do sistema de listas partidárias para se chegar, num futuro próximo, ao voto distrital misto.

Por fim, é fundamental chamar a atenção para uma atitude que tem marcado a postura do meu Partido, o PMDB, no Congresso Nacional. Somos, Sr. Presidente, intransigentes apenas numa coisa fundamental. Acordos feitos, compromissos acertados são para ser cumpridos. Portanto, queremos reafirmar nosso compromisso com os demais partidos em relação aos termos da Medida Provisória nº 66, que trata, entre outras coisas, do Refis.

Somos, Sr. Presidente, o maior partido do País; das nossas raízes, surgiram as demais legendas reformistas. Durante esses 36 anos de vida, o PMDB, representando o estuário de insatisfações, de justas demandas e de esperança dos brasileiros, foi objeto da armação de estratégias para desestruturá-lo, para desmontá-lo. Não conseguiram, Sr. Presidente, e não conseguirão!

Temos sido incompreendidos, com uma crítica dura ou com adjetivos que não traduzem o que fomos, o que somos e como agimos. A participação do PMDB somente ocorrerá na afinidade das propostas de Governo com a nossa linha programática, com a sua história e com os seus princípios; não na forma de cargos, repito!

Quer queiram ou não, continuamos a ser o partido de grande prestígio junto à população, como revelam recentes pesquisas de opinião pública, e o de maior capilaridade nacional. Estamos em todos os Municípios do País, sem exceção, e somos o partido de maior número de vereadores, de prefeitos, de deputados estaduais e de senadores. Somos a terceira maior Bancada na Câmara Federal e temos 5 dos 27 Governadores. Estamos nos grandes Municípios, nas grandes metrópoles e também nos grotões. Não somos um partido nem paulista, nem nordestino, nem sulista, nem mineiro. Somos um partido nacional, na origem e nos votos, e alternamos as lideranças em regiões, Estados e cidades.

Como peemedebista, digo que temos de colocar – mais do que nunca – nossa trajetória de lutas, nossas históricas dissensões, nossos antagonismos, nossos grupamentos, bandeiras, tudo em prol da sociedade brasileira, voltando a ser o seu principal interlocutor.

Carecemos, sim, de união interna, de integração, de comunhão de idéias, mas sempre tivemos como norte a busca da unidade, mesmo que feita em meio à diversidade de opiniões e de pensamentos.

É oportuno enfatizar que são os antagonismos de idéias que permitem alcançar a convergência. Procuraremos olhar para frente, animados pela meta de fazer da disciplina partidária uma questão fundamental, evitando, com isso, a transformação do PMDB em federação de grupos e segmentos.

Temos de ter unidade e não necessariamente unanimidade. Qual o partido que, hoje, pode ser considerado monolítico, absolutamente coeso ou sem divergências?

No PMDB, sempre respeitamos as diferenças. Mas nossa prioridade agora, repito, deve ser a busca da unidade. Este é o nosso futuro, o nosso presente.

Construímos recentemente um acordo em torno da eleição da Mesa do Senado sem traumas – o País acompanhou –, com a minha participação e a do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, chancelado publicamente pelo Presidente do partido, Deputado Michel Temer, cujo papel foi e tem sido decisivo.

O PMDB não quer se servir do Governo, mas servir ao País não com subserviência, mas com independência e dignidade. O PMDB não será, sem dúvida alguma, sucursal de qualquer grupo ou partido nem admitirá ser usado por manobras políticas de quem quer que seja. A hora, Sr. Presidente, é de transparência, de absoluta transparência, de jogo aberto, de discussão limpa e de construção de parcerias em que impere, acima de tudo, o respeito mútuo.

Tenho somado meus modestos esforços aos esforços existentes para concretizarmos um novo acordo que permita a eleição de uma direção nacional que represente todas as correntes do partido, preferencialmente por consenso. Esse é o nosso rumo. Esse é o nosso objetivo. Esse é nosso compromisso com o Brasil. Esse é o itinerário que traçamos. E esse é o discurso que o PMDB levará, sem dúvida nenhuma, às últimas conseqüências.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, como Líder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder.) –

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, como Líder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, num momento como este, não poderia deixar de expressar nosso sentimento, expectativa e sobretudo o compromisso do Governo de construir uma política de alianças que dê sustentação e impulsionem as mudanças no País.

Sr. Presidente, tenho mais de trinta anos de militância e quando comecei a participar da vida política o antigo MDB já era uma referência. A luta pela democracia, pelas liberdades democráticas, pela anistia e pela cidadania no País passou pelo antigo MDB e pelas lideranças que hoje constroem o PMDB.

Não seríamos o mesmo Parlamento se não houvésssemos convivido tanto tempo com figuras como Ulysses Guimarães que engrandeceram a vida democrática e tiveram um papel decisivo na construção do Parlamento independente e livre que temos hoje no País.

Queria dizer, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, que venho de um debate intenso que tivemos nesse fim de semana no diretório nacional do PT, em que foi aprovada por ampla maioria – eu diria quase que uma convergência de posições do nosso partido – a necessidade de uma aliança estratégica com o PMDB para impulsionar mudanças no Brasil.

O PT esteve junto com as Lideranças do PMDB não apenas nas lutas democráticas do passado, na luta das “DiretasJá”, na luta pela anistia, na Constituinte e em tantos momentos decisivos da vida do Brasil, mas estivemos juntos em muitos Estados da Federação nestas eleições. Doze diretórios estaduais do PMDB apoiaram a candidatura do Presidente Lula nestas eleições. Milhares de vereadores, de lideranças, de diretórios municipais, Deputados estaduais, dirigentes históricos e nacionais do PMDB apoiaram o Presidente Lula nessas eleições. Esse é o lastro, esse é o alicerce, esse é o compromisso que vem da base de um partido que está enraizado e organizado nos principais Municípios, nos pequenos Municípios do País; esse é o alicerce da aliança que estamos debatendo hoje neste plenário.

Temos profunda sintonia com as preocupações em relação às reformas que o Líder Renan Calheiros expressou – por sinal, o mesmo compromisso que senti dos 5 Governadores do PMDB na reunião do

Presidente Lula com os 27 Governadores. Tanto na reforma previdenciária quanto na tributária, saíram todos compromissados com os princípios básicos aqui retratados pelo Líder Renan Calheiros. Tenho absoluta convicção de que estaremos juntos na aprovação dessas reformas tão essenciais ao País.

Da mesma forma, quero lembrar o papel que teve o PMDB, sobretudo o saudoso José Gomes da Silva, pai do Ministro José Graziano(*), ao impulsionar o primeiro Ministério da Reforma Agrária, no governo da transição democrática do Presidente José Sarney. Somos herdeiros dessa tradição. Queremos uma reforma agrária com apoio à agricultura familiar, que traga paz ao campo, que traga serenidade, prosperidade e que mantenha a agricultura brasileira produzindo super-safras como a que estamos colhendo neste ano. Por sinal, o Senador Amir Lando tem se dedicado muito a esse tema, discutindo-o e mostrando suas preocupações, trazendo, assim, a sua experiência para colaborar nesse processo.

Na parte da política externa, que nosso Governo está desenvolvendo, há uma mudança de qualidade fundamental. Basta ver a presença do Presidente Lula no cenário internacional e sua atuação em defesa da paz, bem como de uma solução para a crise da Venezuela e do fortalecimento do Mercosul. Essa é uma bandeira história do PMDB. O Presidente José Sarney teve um papel fundamental na construção do antigo Mercosul, de cuja fundação participou. Esse patrimônio estava abandonado, fragilizado, sem qualquer perspectiva e foi recomposto em dois meses de Governo. A primeira viagem do Presidente Lula foi exatamente à Argentina.

Muitas vezes vi, na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Hélio Costa defender o Mercosul e a integração regional como um valor fundamental da política externa do Brasil.

Em relação à Política Externa, à Reforma Tributária, à Reforma Previdenciária, à Reforma Agrária e à Política Agrícola, aqui expostas de forma breve pelo Senador Renan Calheiros, temos grande identidade de propósitos e um lastro bastante seguro, eu diria, para avançar.

Na Reforma Política, eu diria que temos estado juntos em todos os temas fundamentais dessa agenda: no financiamento público, na cláusula de barreira, na redefinição da política de coligação, na fidelidade partidária, que é um valor profundo em nosso Partido para que avance a democracia. Nós estaremos juntos. A dificuldade para o avanço da Reforma Política não está nem no PMDB nem no PT. A dificuldade existe, mas não está no Senado. Penso que vamos

encontrar alguma dificuldade na Câmara, porque os Deputados foram eleitos sob a égide de regras que têm dificuldades em mudar. Como temos mandato mais longo, é muito mais fácil avançar aqui do que lá. Mas, tenho certeza de que, com o empenho do PMDB e do Presidente José Sarney, poderemos impulsionar a Reforma Política.

Eu gostaria ainda de registrar que o Líder Renan Calheiros mencionou a MP nº 66, com muita oportunidade, reafirmando que os acordos têm de ser cumpridos, e o compromisso do Governo é cumprir o acordo. Contudo tenho certeza de que nenhuma das Lideranças se deu conta de que o texto que estava sendo aprovado, tinha graves problemas. Por exemplo, os 15 bilhões de reais de dívida ativa da Febraban com o Fisco estavam praticamente anistiados naquele texto. Nenhum Parlamentar deste País concordaria em anistiar dívida fiscal de grandes bancos do sistema financeiro. Tenho absoluta certeza disso.

Aquele acordo visou permitir às empresas que estavam em dificuldades e que, por isso, não conseguiram pagar suas dívidas no ano passado se reorganizarem para continuar produzindo e mantendo o fluxo futuro de recolhimento dos impostos.

Tenho absoluta certeza de que chegaremos a bom termo quanto ao Refis(*). O Governo já incorporou os quatro setores do Simples(*), matéria que também estava naquela pauta. Vamos, evidentemente, construir.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que não interessa a ninguém que tenha compromisso com este País um PMDB dividido. Nós não seremos um Governo de frações de partido. Nós não vamos nos empenhar em dividir o PMDB.

O Presidente José Sarney e o Líder Renan Calheiros têm, eu diria, nesse histórico recente da nossa convivência neste Plenário, absoluta segurança de que nós estamos dizendo. Nós contribuímos para uma solução negociada na disputa da Presidência do Senado. Foi fundamental a atitude do Líder Renan Calheiros para viabilizar aquela solução para o Governo, para o PMDB e para a democracia brasileira.

V. Ex^a teve uma atitude de imensa grandeza ao permitir uma solução pactual. Aquilo ajudou a repacutar o PMDB. Da mesma forma, na Câmara dos Deputados, quando se tratava da indicação do Líder Geddel Vieira para a Primeira Secretaria e havia a tentativa de lançar uma candidatura por fora do que havia sido acatado na Bancada, qual foi a atitude da Bancada do PT? E V. Ex^a estava naquela reunião.

Nós precisamos reconhecer que a representação, na Mesa, é de Bancada. Não compete ao nosso Partido disputar, dentro do PMDB, qualquer que seja a indicação. A proporcionalidade significa aceitar o resultado das urnas e a indicação de Bancada. Fomos ao microfone e vencemos na indicação, no debate público. São gestos concretos e relevantes. Nós não queremos, de forma alguma, contribuir para divisão, ao contrário.

A democracia, neste País, somente será possível com partidos fortes, com relações políticas transparentes e programáticas, como o Líder Renan Calheiros afirmou hoje desta tribuna. Isso é muito mais difícil do que lotear cargos. Esse caminho do debate político, transparente e público é muito mais promissor do que o "toma-lá-dá-cá". O debate que nós queremos com o PMDB é o político, é o programático, é o debate de um projeto para o Brasil...

É por isso que, muitas vezes, há certa ansiedade de que essa aliança se consolide, mas queremos que ela se consolide com base nesta discussão que está ocorrendo hoje aqui, com base neste debate programático e aprofundado.

Tenho certeza de que esse sentimento de inquietação das lideranças do PMDB será substituído por uma convicção profunda de que o país pode superar as suas dificuldades e fazer as reformas. O Congresso Nacional será um parceiro fundamental da transformação que está em curso no Brasil. Nós podemos sair desse quadro de incertezas e da guerra, muito mais fortes do que quando entramos nesse processo. A governabilidade passa, sim, pelo plenário do Senado Federal e pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A base do governo somente tem 32 Senadores do total de 81. Cada um dos Srs. Senadores do PMDB sabe o papel relevante e decisivo que tem na sustentação das mudanças no País. O Governo precisa do PMDB. Eu quero deixar claro aqui o nosso sentimento: o Governo precisa; o Brasil precisa; as reformas políticas precisam do PMDB no Congresso Nacional. E nós vamos trabalhar para construir essa aliança, essa identidade e esse processo.

Quero concluir, Líder Renan Calheiros, dizendo que estive hoje na reunião em que o Presidente da República discutiu o Plano Plurianual com todo o seu ministério, mas não fiquei até o final pois devia vir para a sessão ordinária deliberativa, da qual é minha obrigação participar. Conversei com o Presidente Lula, e Sua Excelência me disse que hoje formalizaria o convite ao Presidente José Sarney, ao Líder Renan Calheiros, ao Líder Eunício Oliveira e às lideranças do

PMDB, para participarem de um encontro na próxima sexta-feira, depois de amanhã.

Eu tenho certeza de que esse encontro consolidará o processo de aproximação.

Cabe ao Presidente da República – tenho absoluta convicção de que o fará –, após discussão com as Lideranças do PMDB, a constituição de um fórum político próprio para permitir esse debate para a definição de políticas de Governo, para interferir no processo decisório do Governo, para agregar ao Governo o valor de um partido que tem tanta experiência política, não só na luta democrática, mas também na gestão de governo, tanto no âmbito municipal, nos pequenos, médios e grandes municípios, como no estadual e no federal. Queremos contar com o apoio relevante de vários ex-Ministros, ex-governadores, ex-prefeitos que estão aqui no Parlamento, nas instâncias e na direção do PMDB, para que juntos formulemos as mudanças, ouçamos as críticas, as sugestões, os encaminhamentos e impulsionemos o progresso do Brasil.

Tenho absoluta convicção, Presidente José Sarney e Líder Renan Calheiros, de que, se as exigências para uma aliança estratégica com o PMDB estão no plano da política programática, como ora está sendo debatido, estaremos juntos, pois o povo sabe o quanto é importante a unidade política neste País.

Sabemos que a governabilidade econômica, tendo em vista essa herança pesada e perversa que assumimos, exige aliança e uma base sólida de coesão e sustentação das mudanças, dos projetos de lei e das reformas. Para isso, precisamos do PMDB no Senado e na Câmara.

Saliento, Líder Renan Calheiros, que ouvi com muita atenção e interesse o que disse V. Ex^a. Mantenho o mesmo otimismo, pois estou certo de que construiremos a unidade política estratégica neste Parlamento. Também estou certo de que o PMDB será um parceiro e um sujeito político ativo na formulação das políticas do Governo, porque é essa a exigência que realmente permite soldar uma unidade, uma aliança. Mais do que isso, teremos de construir, sim, a presença do PMDB em todos os níveis de Governo, inclusive ministerial. Fico feliz de ver a grandeza do Senador Renan Calheiros, que mais uma vez expressa no Plenário que a oportunidade não é esta, que não é bom para o Governo e nem para o PMDB que adotemos as decisões agora, mas que construamos essa possibilidade no trabalho, no debate político e programático que estamos fazendo.

A presença do PMDB no Governo vai melhorar a qualidade das políticas públicas e dará ao Governo

possibilidade de sustentação parlamentar para impulsionar e acelerar as transformações tão necessárias.

Portanto, fico muito feliz com o seu pronunciamento e tenho certeza de que na sexta-feira, no contato direto, e com a sensibilidade do Presidente Lula, sairemos ainda mais fortalecidos e consolidado nossa aliança estratégica com o PMDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo palavra ao Líder José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria que o tempo destinado à Liderança do PFL seja concedido ao Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança do PFL, por 20 minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido da Frente Liberal, refletindo o clamor nacional, pede a audiência do Senado para a dramática evolução da crise de segurança pública do Rio de Janeiro.

O PFL considera imperativo que, dada a falta de firmeza revelada pelo Governo para encaminhar uma solução, a questão entre na agenda emergencial do Congresso Nacional. Uma vez que a Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, não conseguiu assumir a ordem de grandeza federal do impasse, liderando uma reação mais competente, urge iniciarmos já um debate e acompanhamento objetivos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há um quadro de guerra declarada no Rio de Janeiro.

Na sua progressão vertiginosa – com um número de mortes cada vez maior e o próprio noticiário, pela repetição, já banalizando os assassinatos –, a escalada das ações do narcotráfico não só ameaça, amedronta e sacrifica os cidadãos, mas afronta e desafia as instituições democráticas.

Organizações criminosas, que até há pouco tempo podiam ser consideradas e desprezadas como marginais, assumiram tal grau de organização, poder, disseminação, infiltração, pujança econômica e até relações internacionais que, Deus queira, não atinjam a condição, que perseguem avidamente, de exigir in-

terlocação política como preço de chantagem para conter a violência em determinados limites.

Tal estágio da ação do narcotráfico, que, por absurdo, sempre nos negamos a admitir, seria uma consequência natural da cooperação estabelecida entre o tráfico e seus fornecedores, a organização dita revolucionária colombiana, que não pode prescindir do corredor de exportação brasileiro e do mercado consumidor nacional. As informações colhidas pelas investigações policiais e as tentativas abertas da guerrilha colombiana para estabelecer contatos, correspondência e pactos de solidariedade com organizações políticas e simpatizantes brasileiros mostram que enfrentamos, no mínimo, um grande risco.

Durante a reunião anual de 2002 da IDC – a Internacional Democrata de Centro, segmento partidário mundial a que está afiliado o PFL –, as FARC, movimentos guerrilheiros da Colômbia, foram classificadas e condenadas, com o nosso voto, como terroristas, inimigas da democracia. O Governo brasileiro, ao contrário, alegando agir com cautela, evita enquadrar as FARC como terroristas, sob a hipotética alegação de que pode vir a ser mediador do gravíssimo conflito.

Na verdade, é uma posição fraca e perigosa, além de incompatível com o repúdio da sociedade brasileira ao terrorismo.

Essa vinculação das FARC colombianas com o narcotráfico brasileiro – cuja profundidade total não se conhece, mas que está muito bem estabelecida em termos de produtor/distribuidor de cocaína –, causa grande inquietação. E crescerá se, em algum momento, os bandidos – que já passaram à iniciativa dos ataques e cujas reservas de recursos não se conhecem – realizarem uma ação de maior envergadura.

O que se teme pois, dada a ousadia demonstrada até agora, e a heterodoxia dos métodos do crime organizado no Rio de Janeiro, é que realizem um lance de audácia, nos surpreendendo, e aí a questão pode assumir as proporções de um tema de defesa nacional.

Há sinais evidentes de que a falta de planejamento estratégico para a segurança pública da União deixa em situações excepcionais, como esta que vive o Rio de Janeiro, os Estados desamparados; ou seja, que cumpram sua missão constitucional de polícia por sua conta e risco.

Ora, aplica-se um pudor excessivamente cerimonial para a interação dos Estados com o Poder Federal quando se trata de segurança pública. Na verda-

de, está se tratando rotineiramente um grave problema de emergência.

Eis, no entanto, em meio a esse quadro de perplexidade do Governo do Rio de Janeiro – pois é lá que quase tudo acontece, e não por acaso, onde se verifica uma das mais agudas crises financeiras entre os Estados brasileiros – que o Prefeito César Maia produziu um dos mais sérios e importantes documentos já divulgados sobre o tema neste País.

“Uma proposta de Segurança Pública para o Rio de Janeiro”, apresentada a 7 de março pelo Prefeito César Maia, contém todos os elementos de um documento de Estado moderno.

Parte de um diagnóstico realista, propõe algumas medidas absolutamente imediatas, sugere mecanismos de operação e, demonstrando sinceridade e interesse objetivo, oferece, de saída, cem milhões de reais da Prefeitura do Rio (que podem se transformar em 300 milhões, através de contrapartidas do Estado e do Governo Federal) para viabilização da proposta.

O PFL examinou a intervenção do Prefeito César Maia e não apenas a aprovou, como decidiu assumi-la, por considerá-la um ponto de partida do processo de cooperação permanente e consistente que deve ser estabelecido entre o Governo Federal e o Estado do Rio de Janeiro, já que até agora tudo se fez de forma emergente, transitória, descontinuada, suspiros diante de clamores para abafar protestos ou a indignação pública.

Em 2002, pioneiramente, o PFL lançou oficialmente e com grande repercussão o Plano de Ação Imediata para a Segurança Social, divulgado às vésperas da campanha presidencial. As primeiras reações foram extremamente favoráveis, quebrando o costume das propostas vazias. Coordenado pelo Deputado Moroni Torgan, que nele aplicou sua reconhecida experiência profissional e, principalmente, o curso completo de atualização que foi a CPI do Narcotráfico, em que teve notável atuação. O Plano é uma proposta prática assumida pelo Partido. Se tivesse sido adotado, certamente teria evitado a escalada que agora se enfrenta no Rio de Janeiro. Pelo menos, o Governo Federal não teria sido surpreendido, sem saber como reagir. Mas, além do PAI, e por intermédio do Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, o PFL, numerosas vezes, alertou e aconselhou o Governo Federal.

A questão da segurança no Brasil tornou-se um tema que emociona, quando acontecem explosões de violência, anima promessas de providências e logo cai no esquecimento.

Ora, o crime organizado, com o apoio de seus estrategistas, deve explorar esse caráter espasmódico das mobilizações que logo caem no esquecimento, pois nem sempre elas têm o caráter da proposta da Prefeitura do Rio de Janeiro. César Maia cuidou para que seu plano fosse acompanhado de uma valiosa contribuição: R\$100 milhões da Prefeitura foram destinados a viabilizá-lo. Os recursos oferecidos pela cidade do Rio de Janeiro, parece, foram desprezados pela União.

Agora, o Governo Federal anunciou a futura liberação de somente R\$40 milhões.

Outro avanço considerável em termos de objetividade está no fato de que César Maia, com seu histórico de lutas sociais – e uma cultura marxista bem mais profunda que de muitos demagogos – concentra-se na questão da criminalidade, da operação do narcotráfico e não serve aos bandidos, misturando-os com a pobreza e as desigualdades sociais.

Esse revolucionarismo oportunista, nunca se sabe se por ignorância ou má-fé, costuma ajudar o narcotráfico, levando infalivelmente a pobreza das favelas e os desequilíbrios sociais como causa da onda de criminalidade. Sim, é verdade: essa é uma das vertentes da grave crise social do Rio. Mas do que se fala no momento das ações do narcotráfico e do crime organizado: uma máquina globalizada e maldita que apenas se aproveita da falta de perspectiva dos jovens favelados.

Misturar as coisas é criar cortina de fumaça que favorece os bandidos e não ajuda a causa da pobreza, posto que o crime aprofunda e degrada ainda mais, ampliando o problema e dificultando soluções.

O narcotráfico e a pobreza associados pelo recrutamento de chefões e soldados no seu meio devem ser tratados em tempos diferentes e sob perspectivas diferentes. E tudo indica que o narcotráfico ainda mais se aprofunda na miséria, complicando as soluções para enfrentá-la.

O narcotráfico é um caso de polícia, porque não se trata de pessoas viciadas, mas de organizações delinquentes que negociam a cocaína e outras drogas, como uma **commodity** ilegal, mas de consumo corrente e de mercado internacional ativo.

Com a autoridade de quem, como Prefeito do Rio, criou o mais competente projeto de urbanização dessas áreas de habitação popular, dando-lhes condições de desenvolvimento e integração, retirando-lhes a condição de gueto e marginalidade, por meio do Programa Favela Bairro, César Maia trata

das duas coisas, pobreza e narcotráfico, em separado e com a devida pertinência.

Sua proposta de segurança pública do Rio é um projeto sério, que trabalha com um horizonte de 20 anos, um tempo que desafia a imaginação mesquinha dos demagogos e oportunistas e que localiza geograficamente as áreas que passarão a ter vigilância intensiva de 24 horas.

Entendam bem: essas mobilizações de algumas horas, de alguns dias ou de um mês, como esta última que está sendo relaxada, em que se envolveram até as Forças Armadas, pela proposta de César Maia, tornar-se-ão permanentes. E, principalmente, não serão descuidadas nem por um minuto e se prolongarão pelo prazo de 20 anos, como César Maia pretendeu ousadamente. A proposta cria uma figura nova da administração policial: o Distrito de Segurança, com ampla autonomia de combate local. Serão espaços geográficos em que as ações das Polícias são focadas, integradas e co-geridas, com delegacias centrais, onde estará o Juizado Especial, a Defensoria Pública e a sala de trabalho do Promotor.

Ao assumir, da tribuna do Senado, a proposta de segurança pública do Prefeito César Maia para o Rio de Janeiro, o PFL pretende fazer deste um ato de oposição, conforme o estilo diapasão e os princípios que estabelecemos para exercer nosso papel. Ao mesmo tempo em que classificamos o trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Pública, dirigida por um desafeto do ex-Governador Anthony Garotinho, de moroso diante de uma emergência tão angustiante; de pequeno por trabalhar com filigranas para não desgostar suas bases partidárias; repleto de preciosismos sociológicos e acadêmicos, quando a cidade se esvai, numa estatística de dor e morte equivalente e até superior ao conflito árabe/israelense; estendemos-lhe a mão com uma proposta séria, lastreada em análises que precisam ser discutidas e uma oferta de solidariedade integral.

Não desejamos para o nosso Partido, nem para a Oposição, nem admitimos para os outros que se tire partido ou vantagens do momento grave que o Rio de Janeiro atravessa. Mas nos dispomos a tudo fazer para que o povo carioca ultrapasse rapidamente o atual momento de desespero.

Que venham as medidas administrativas, e, se forem necessárias, pois a magnitude do problema reclama certamente inovações, que venham as medidas legais e as autorizações legislativas. A Bancada do PFL e certamente as demais de Oposição se oferecerão para subscrevê-las, aprová-las sem delongas, com urgência.

O Prefeito César Maia é o interlocutor do PFL nessa mobilização. É uma espécie de representante plenipotenciário das vozes inconformadas pela excessiva demora e pelas pálidas soluções encaminhadas até agora e que reclamam grandeza federal e mobilização unânime da Nação. Que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que foi chamada de indômita, imbatível, serena, amada, retome a sua vocação e o seu destino. Que o narcotráfico seja esmagado. Que tudo seja feito pela vontade do povo, pois o Rio é, certamente, a segunda cidade de todos os brasileiros.

O Governo Federal pode contar, repito, com o PFL e, certamente, com toda a Oposição. Como acabamos de demonstrar, já estamos fazendo a nossa parte.

Que viva o Rio de Janeiro!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Ouço V. Ex^a, com toda honra, eminente Líder Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Bornhausen, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento. Ele é atual, necessário. Aborda um momento de aflição que vive o País. Hoje mesmo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, tivemos uma indicação de uma Subcomissão de Segurança Pública, proposta pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Ney Suassuna. Este debate está presente em cada casa, em vários momentos das famílias. Hoje mesmo, no almoço na minha casa, esse assunto entrou em pauta com minha filha e minha esposa. O assunto está na ordem do dia do Brasil. E V. Ex^a o expõe com uma preocupação do Parlamento brasileiro, do seu Partido, o PFL, e tenta dar um exemplo para a condução de um processo de diminuição desses indicadores de violência, por intermédio de uma prefeitura que seu Partido ajuda a construir, que é a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Da nossa parte, há divisão de responsabilidade e há solidariedade. Entendo que temos uma dívida histórica com a segurança pública no Brasil. Nosso País vive o flagelo de não discutir de maneira correta esse tema. Discutimos a questão quase sempre tendo como centro a ponta da comercialização, mas não tratamos da produção e da distribuição das drogas. Os dados que os estudiosos apontam revelam que talvez 30% dos recursos do narcotráfico colombiano estejam dentro dos bancos nacionais ou dos bancos que atuam em nosso País. Mas não temos uma

política de investigação correta. A Constituição de 1988 estabeleceu que cada propriedade onde fosse comprovada a plantação de drogas seria utilizada para reforma agrária, mas até hoje não vimos um palmo de terra de narcotraficante servir para esse propósito. Criminosos reconhecidos pelo Estado possuem grandes propriedades, grandes rebanhos de gado e grandes fortunas, mas não há intervenção do Estado. Então, existe uma dívida de processo por parte do Legislativo, de ação por parte do Judiciário e do aparelho de segurança e repressão do Estado, sem contar que não estamos debatendo corretamente a prevenção. Permanece uma preocupação que tem de ser partilhada nesse nível de responsabilidade que V. Ex^a traz. O Governo do Presidente Lula assume a responsabilidade que tem, como autoridade, de conduzir constitucionalmente a matéria e entende o que é o papel do Estado e do Município. E a minha esperança é que, com debate responsável e elevado, mudemos esses indicadores que agridem a família brasileira, retratando crianças violentadas, estupradas, neste País. Não sei que esperança elas poderiam ter em relação à vida quando desempenham o papel de um pequeno instrumento do narcotráfico que atua no Brasil e em toda a América do Sul. Portanto, cumprimento-o e deixo claro o compromisso partilhado entre todas as instituições públicas com o tema.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Líder do PT. Considero que a sua participação significa aquilo que expusemos no início do nosso discurso: que a questão entre na agenda emergencial do Congresso Nacional.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência deseja informar que prorroga a sessão por dez minutos, a fim de que V. Ex^a conclua seu pronunciamento. Inclusive, a Senadora Heloísa Helena também pediu a palavra, pela ordem.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – É muito oportuna a discussão que traz V. Ex^a a este plenário. É preciso dizer que o Rio de Janeiro realmente se tornou uma cidade conflagrada. Mas não é o Rio de Janeiro o único exemplo de insegurança em nosso País. É uma insegurança que vem sendo historicamente construída e que acaba por turbar a tranquilidade de todos. No Estado de Goiás, na semana passada, no nordeste do Estado, mais especificamente, vinte criminosos invadiram a cidade de Posse, assal-

taram, ao mesmo tempo, três bancos e mataram uma senhora de 83 anos de idade; eles deram mais de três mil tiros e fizeram refém toda a população, baleando, inclusive, seis soldados. Estamos vivendo uma situação de muita intranquilidade no Brasil e precisamos tomar medidas urgentes, sérias, decisivas, não procrastinadoras, como temos tomado ao longo do tempo. E a proposta do nosso querido Prefeito César Maia contempla, sim, uma boa parcela de responsabilidade que os municípios devem ter, também, na condução da segurança pública. Efetivamente, S. Ex^a está propondo o que deveríamos implementar nos juizados especiais. Os juizados especiais estão absolutamente procrastinados em sua decisão. A Lei nº 9.099, que foi criada para agilizar as decisões, na realidade, acabou sendo burocratizada. Se mantivermos juízes e promotores nas delegacias de polícia para que os crimes de pequeno potencial ofensivo sejam julgados imediatamente, teremos uma Justiça mais rápida no Brasil. E mais, a presença do promotor de justiça numa delegacia garante a lisura do procedimento penal inquisitório e, ao mesmo tempo, inibe a corrupção, um dos fatores preponderantes da segurança pública no nosso Brasil. Sr. Senador, na realidade, não precisamos de penas mais longas, como muita gente propala, mas que as penas que existem no Brasil sejam cumpridas. Um criminoso condenado a trinta anos sai da cadeia com três anos e meio. Outro dia, citei um exemplo aqui que eu gostaria de repetir e que reflete a realidade do Brasil: se o atentado às torres do **World Trade Center** tivesse ocorrido no Brasil, tendo morrido três mil pessoas, como nos Estados Unidos, os criminosos teriam uma vida extremamente confortável. Por quê? Se tivessem sobrevivido, eles seriam condenados a trinta anos por vítima que fizeram. Portanto, cada um seria condenado a noventa mil anos de cadeia. Como no Brasil só se pode cumprir trinta anos, a pena seria reduzida de noventa mil anos para trinta anos. Além disso, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Lei de Crimes Hediondos é constitucional. Mas o juiz não está vinculado à decisão do Supremo, ele pode decidir contra o Supremo Tribunal Federal. Há juízes, a maioria deles, que aplicam a progressão com um sexto da pena. Isso quer dizer que, após matarem três mil pessoas, saíam da cadeia com cinco anos de cumprimento da pena. E ainda: se fizessem artesanato com pauzinho de picolé dentro da cadeia, o trabalho oferecido hoje, para cada três dias trabalhados se descontaria um dia de pena, e eles saíam da cadeia com cumprimento de três anos e meio de pena. Essa é uma hipótese que poderia acontecer na Justiça brasileira. Temos que

trabalhar para que a reforma do Judiciário aconteça. Temos que trabalhar também para a implantação da escola integral no Brasil. A escola integral vai possibilitar um maior conhecimento à pessoa e fará com que as crianças que ficam nas ruas à mercê dos traficantes estejam ocupadas o dia todo. Assim, haverá uma possibilidade maior de as livrarmos das mãos dos traficantes. A criança deve ficar o dia todo na escola, aprendendo uma profissão, desenvolvendo habilidades artísticas, praticando esportes. Só dessa forma poderemos tirar as crianças das mãos dos traficantes e entregá-las às mãos dos professores. Senador Jorge Bornhausen, é muito oportuna a intervenção de V. Ex^a. Ela mostra a realidade a respeito da qual o Brasil precisa, efetivamente, tomar medidas sérias e urgentes, o que não vem acontecendo. Forças-tarefas e o Exército nas ruas para combater a criminalidade são verdadeiras perfumarias. Repetem-se agora os erros do passado. Temos que fazer com que o Brasil volte a ser seguro. Como lembrou o Senador Tião Viana, foi criada a Subcomissão de Segurança Pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nela poderemos apresentar todas as propostas. Quero dizer a V. Ex^a que o seu discurso, lastreado nas proposições do Prefeito César Maia, deve, inclusive, ser o ponto de partida para as discussões.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço sua valiosa contribuição, tendo em vista a grande experiência que V. Ex^a teve, em sua carreira, como Secretário de Segurança Pública, em Goiás.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pois não, Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero também, a exemplo do Senador Tião Viana, enaltecer o pronunciamento de V. Ex^a, político extremamente preocupado e participante de toda a história política e de desenvolvimento do Brasil. É um tema que interessa a toda a sociedade. Gostaria de fazer algumas observações a título de contribuição, em primeiro lugar, em termos de reflexão. Eu diria que, em relação à questão da segurança, o Governo Lula vem agindo, na minha ótica, com extrema participação. Nos episódios ocorridos no Rio de Janeiro, a presença imediata do Ministro da Justiça e de outros Ministros, em conjunto com os Governos do Estado e do Município, sinalizou essa participação. A discussão sobre a posição do Governo Lula em relação às Forças Revolucionárias da Colômbia já aconteceu de maneira bastante aprofundada aqui neste plenário, com a presença do Ministro Celso Amorim. O Governo do Brasil sempre dis-

se, de maneira clara, que não compartilha com o caminho seguido pelas Forças Revolucionárias da Colômbia, o caminho da guerrilha, para resolver seus problemas; na verdade, a solução está no entendimento político. Em relação à questão do Exército na rua, o próprio Ministro da Justiça, em entrevistas recentes, já reconheceu que esse não é o caminho. Até podemos entender, em termos de Brasil, que o Exército na rua seja uma solução emergencial – dentro de um debate e de uma circunstância, sua presença foi importante –, mas não deve ser definitiva. Até para a população brasileira acompanhar, penso que o Governo Federal vem se empenhando bastante, mas, independentemente de Governo Federal ou Partido A ou B, a questão da segurança, como V. Ex^a disse muito bem, tem que ser preocupação de todos. É o momento de buscarmos determinado tipo de encaminhamento e os consensos possíveis porque, na verdade, a população espera de nós, políticos, uma convergência de entendimento, até mesmo nessa Comissão – como citou o Senador Tião Viana que está sendo implantada no Senado Federal. Senador Jorge Bornhausen, além de todos os aspectos mencionados, falo da importância da política social quanto à questão da segurança. Para combater o narcotráfico, o comércio ilegal de armas e a lavagem de dinheiro, precisamos de esquemas de segurança, com pessoas especializadas, competentes, bem pagas, fiscalizadas, mas, ao mesmo tempo, uma política social bem consolidada, para evitar que milhares, milhões de pessoas caminhem para o crime. Sempre comparo isso com a questão da reforma agrária. No nosso Estado, 100 mil propriedades de agricultura familiar foram fechadas, e 16 mil famílias foram assentadas, ou seja, nunca terminaremos o processo de reforma agrária nesse sentido. A mesma comparação poderia ser levada para a área da segurança. Então, Senador Jorge Bornhausen, sei que V. Ex^a é dessa área, pois foi Ministro da Educação e deu também muitas outras contribuições ao País que, na verdade, não podem ser abordadas agora, pela exigüidade do tempo de um pronunciamento – mas eu só acrescentaria a seguinte ênfase: que todos tenhamos presentes segurança como remédio e política social como prevenção. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns, respeito as suas considerações e, evidentemente, mantenho a linha adotada pelo Partido, que deseja uma grande discussão; mas que surjam soluções e que, quando apresentadas, como o foram pelo prefeito, não sejam relegadas a segundo plano.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Jorge Bornhausen, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs. Senadores, dada a importância do debate e do assunto trazido nesta tarde pelo Senador Jorge Bornhausen, eu pediria licença para prorrogar a sessão por mais dez minutos; mas peço encarecidamente aos apartes antes que não demorem mais do que dois minutos, que é o previsto no Regimento.

Com a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Jorge Bornhausen, cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento, que trata de tema tão atual: a violência enfrentada em todas as cidades. Até Brasília, que não sofria desse mal, passou a ser a 10^a cidade brasileira mais violenta. E quero manifestar minha preocupação pelo anúncio do Governo sobre a criação de presídios de segurança máxima em algumas cidades. Parece-me que uma dessas cidades é Brasília. Por isso, apresentei hoje um requerimento, convocando o Ministro da Justiça para que venha a esta Casa prestar esclarecimentos acerca dessa anunciada construção. Brasília recebe o corpo diplomático, entidades governamentais, entidades internacionais, além de sediar a Presidência da República e o Congresso Nacional. Não é o local apropriado, portanto até por ser cidade tombada, para um presídio de segurança máxima. Também encaminhei hoje um projeto de lei propondo que tais presídios sejam construídos em cidades com até 50 mil habitantes e que fiquem a pelo menos 20 km do centro dessas cidades. Por serem menos povoadas, acredito que haverá menor interferência em suas vidas, e poderemos fazer essa estrutura funcionar melhor. Não queremos que aconteça aqui o mesmo que ocorreu no Rio de Janeiro e o que sofreu o Prefeito César Maia. A cidade parou porque, de um presídio, um delinqüente conseguiu comandar a paralisação da cidade. Não queremos isso para Brasília, como não queremos para Florianópolis ou qualquer outra capital brasileira. Sei que o Brasil tem um extenso território, com áreas potenciais para a instalação desses presídios de segurança máxima. Entendo, portanto, que o assunto deve ser debatido com o Congresso Nacional. Senador Jorge Bornhausen, seu discurso vem em boa hora, o tema é relevante. Por isso, quero cumprimentá-lo e dizer que tomei essas duas providências hoje, esperando contar com o apoio do nosso Partido, o PFL.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, por sua valiosa contribuição. Reconheço também como absolutamente legítima a preocupação apresentada por V. Ex^a em relação à localização de presídios de alta segurança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havendo mais quem queira apartear-lo, indago a V. Ex^a...

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL SC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço escusas aos oradores inscritos, porque, evidentemente, ultrapassamos o limite do razoável.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Tião Viana, sei que a Mesa não pode interceder em um processo de discussão nem apartear, mas é tão importante o assunto que eu gostaria que V. Ex^a dela tomasse conhecimento. Trata-se da desapropriação de terras onde se plantam produtos proibidos. Temos de fazer um ajuste na lei que versa sobre arrendamento. Os proprietários de terras fazem a contratação do plantio e o contrato de arrendamento para justificar que não sabiam o que se plantava. Assim, com um arrendamento para o plantio de cana, por exemplo, plantavam maconha ou coca. Isso é algo que temos de eliminar. Não há desculpa para as áreas onde se pratica esse tipo de cultivo.

Senador Demóstenes Torres, tenho um projeto em andamento que dá autonomia ao cumprimento de cada uma das penas. A dosimetria é dada pelo juiz, e todas as penas são isoladas no seu cumprimento, indo até 70 anos; não serão mais somadas, nem reduzida a pena máxima a 30 anos. Está em andamento nesta Casa, e aguardo que esses dois projetos vençam as dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 144, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2002 (nº 2.088/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2002 (nº 2.088, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 294, de 2002, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 3 de abril de 2002, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

E a seguinte a composição acionária do empreendimento Elo Comunicação Ltda. (cf. fl. 3):

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Sócia-Gerente – Roseana Maria B. S. Espíndola Rodrigues	10.000
Sócia-Gerente – Andréa Karla de Malta Tavares Brandão	10.000
Total de Cotas	20.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nes-

ta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 765, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso

Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 765, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 18 de março de 2003. –
Presidente, Senador **José Jorge**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 765 / 02 NA REUNIÃO DE 18/03/03
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR OSMAR DIAS
RELATOR:	SENADOR JOSÉ JORGE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	
FÁTIMA CLEIDE	1-TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2-ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3-EURÍPEDES CAMARGO
JOÃO CAPIBERIBE	4-PAPALÉO PAES
DUCIOMAR COSTA	5-SIBÁ MACHADO
AELTON FREITAS	6-(VAGO)
VALMIR AMARAL	7-(VAGO)
(VAGO)	8-(VAGO)
PMDB	
HÉLIO COSTA	1-MÃO SANTA
ÍRIS DE ARAÚJO	2-GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-JUVÊNCIO DA FONSECA
GERSON CAMATA	4-LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5-(VAGO)
JOSÉ MARANHÃO	6-AMIR LANDO
RENAN CALHEIROS	7-(VAGO)
PFL	
DEMÓSTENES TORRES	1-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3-JOSÉ AGRIPINO
LEOMAR QUINTANILHA	4-MARCO MACIEL
RENILDO SANTANA	5-PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6-(VAGO)
PSDB	
SÉRGIO GUERRA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2-EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE	3-TEOTÔNIO VILELA FILHO
(VAGO)	4-LÚCIA VÂNIA
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2-ÁLVARO DIAS
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação.

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena, para a comunicação que necessita fazer.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas fazer um registro, até porque, na tarde de hoje, tive oportunidade de votar favoravelmente a uma mensagem presidencial que trata da contratação de operação de crédito.

Embora aqui esteja dito que é para reformas relativas ao desenvolvimento humano, tivemos a oportunidade de debatê-la e, apesar de que a mensagem, de alguma forma, repete a velha cantilena do Governo Fernando Henrique sobre a necessidade de sinalizar o mercado para reduzir a exposição do Brasil diante dos investidores internacionais, mesmo constrangida porque isso difere da posição que sempre tive nesta Casa, votei a favor, acreditando no compromisso do Governo em viabilizar a correspondente contrapartida em investimentos nas áreas sociais o que infelizmente não era feito no Governo anterior.

Só, Sr. Presidente, que também pude ler, há pouco – eu não havia tido oportunidade ainda –, a carta de intenções assinada pelo nosso Governo brasileiro, datada de 28 de fevereiro, mas que foi tornada pública nesta semana.

Sr. Presidente, para o meu constrangimento – registro o lamento –, essa carta traz questões extremamente graves não apenas para o nosso debate partidário, como também, efetivamente, mostra ao Parlamento e ao Brasil a repetição de um tipo de carta de intenções junto ao Fundo Monetário Internacional que não necessariamente é aquilo que sempre reivindicamos em relação à soberania nacional.

Sr. Presidente, na carta de intenções assinada pelo nosso Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, redigida com considerável nível de detalhamento, para a minha profunda surpresa, assume-se o compromisso de tramitação da PEC – a famosa PEC referente ao art. 192 da Constituição Federal –, estabelecendo, em palavras do próprio texto: “O Governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC, que facilitará a regulação do setor financeiro, um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional do Banco Central”.

Isso é extremamente polêmico, Sr. Presidente, no Partido e no Congresso Nacional. Até entendo que o Governo tenha autonomia conferida pela democracia representativa e pelo resultado eleitoral de tomar suas definições, mas, evidentemente, com relação àquelas que não foram tomadas no âmbito partidário, temos toda a autoridade, inclusive estatutária, para debater.

Na dita carta, está-se assumindo o compromisso para progressos na venda dos quatro bancos federalizados, o que, obviamente, causará grande polêmica, inclusive internamente. A propósito, muitos de nós, diante da privatização das nossas instituições oficiais de crédito, criamos polêmicas gigantescas nos nossos Estados.

A carta também sinaliza para a aprovação de uma nova lei de falência, que – sabemos todos nós que acompanhamos o debate – estabelece melhoria da definição na ordem de prioridade dos credores da massa falida. Todavia, sabemos o que é essa melhoria na ordem de prioridade. Hoje, diante da falência de uma empresa, a prioridade para pagamento de créditos é dos trabalhadores. Com essa nova lei de falência, estarão no mesmo patamar de ordem de prioridade os trabalhadores e os banqueiros, o que gerará, Sr. Presidente, uma polêmica muito grande a ser tratada no Congresso Nacional.

Igualmente, na carta já se assume inclusive a votação do PL nº 9 e da reforma da Previdência, com a reforma do regime de aposentadoria dos servidores públicos civis.

Portanto, Sr. Presidente, deixo registrado o meu protesto. Embora esse debate virá várias vezes à Casa, eu não poderia deixar de fazê-lo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, retificou o despacho inicial apostado aos Requerimentos nºs 102 e 114, de 2003, para remetê-los à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2003

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Frei Quirino.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências ao Estado de Mato Grosso e a Cúria metropolitana de Estado (Arcebispo de Cuiabá D. Bonifácio Piccinini).

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Mesa encaminhará o voto de pesar.

Os Srs. Senadores Magno Malta, Romero Jucá, João Ribeiro, Hélio Costa, Amir Lando, Renildo Santana, João Alberto Souza, Delcídio Amaral e Efraim

Morais enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, membros da imprensa, todos que nos assistem ou nos ouvem pelas galerias, **Rádio Senado** ou **TV Senado**, a história é o resultado da ação do homem. Retorno a esta tribuna para reverenciar a memória do ilustre Senador Dirceu Cardoso, que, com seus inúmeros feitos, ajudou a fazer a história do Espírito Santo e a do Congresso Nacional.

Apesar da importância de sua presença no círculo de seus familiares e do grande desejo de tê-lo entre nós, seus amigos, no último dia 07 de março, sua jornada terrena chegou ao fim. Como líder político soube conquistar um lugar de destaque nos corações de todos os que o conheceram e que tiveram o privilégio de se beneficiar de sua convivência e de seus serviços.

Como vereador, prefeito, deputado estadual em dois mandatos legislativos, como deputado federal, participou ativamente de diversas comissões e dedicou à política grande parte dos seus 90 anos de vida. Líder obstinado e persistente, arrojado nas suas ações, foi exemplo vivo de coragem e tenacidade no combate ao crime organizado no Estado do Espírito Santo. Quando fui Presidente da CPI do Narcotráfico, nele me espelhei muitas vezes para ultrapassar as dificuldades e contornar os obstáculos advindos daquele trabalho.

Durante toda sua trajetória de homem público, ele sonhou, idealizou e praticou atividades voltadas para o setor público, nas áreas de saúde, segurança, educação e assistência aos trabalhadores.

No meio político, não é o que dizemos que tem valor, mas sim o que fazemos. Do trabalho profícuo e decisivo de Dirceu Cardoso, no último instante do governo de Juscelino Kubitschek, resultou a criação da Universidade do Espírito Santo, até então instituição estadual que não correspondia aos justos anseios da mocidade estudantil. Tal feito constituiu uma grande vitória para os círculos acadêmicos capixabas, que certamente estarão conosco reverenciando o seu trabalho, os seus ideais e a sua dedicação.

As sementes lançadas pelo grande semeador Dirceu Cardoso, um dos baluartes na defesa dos direitos humanos, na luta contra a violência e as injustiças sociais, não caíram no vazio. Uma sólida escala de valores concretizados nos seus exemplos de pai, de

profissional, de amigo, de homem público se multiplicaram. E tudo porque ele sempre semeou com amor e fê num reino onde dar é receber, onde perder a vida é encontrá-la, onde gastar servindo é aumentar.

Sua missão terrena terminou. Sua alma foi ao encontro de Deus. Embora ausente, a sua memória permanece. Quem com ele conviveu jamais o esquecerá. Ao semeador de sonhos, ao construtor da história, ao grande entusiasta do serviço ao próximo, o nosso eterno reconhecimento em forma de saudades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta hora em que as expectativas favoráveis com o desempenho do novo Governo provocam um compreensível esquecimento das conquistas já obtidas, como se tudo fosse, agora, partir do “zero”, é saudável que façamos um esforço de reconhecimento dos avanços alcançados nos últimos anos.

Na área da saúde, por exemplo, operou-se uma transformação de tal ordem, que mesmo os críticos mais contumazes do Governo de Fernando Henrique Cardoso não refutam os dados da realidade.

Até meados da década de 1990, não era possível imaginar que o Brasil conseguiria dar os passos necessários para melhorar as condições de saúde da população, sobretudo da parcela mais pobre, tamanho era o atraso em matéria de saúde pública. Graças à inédita atuação do Governo Federal na área, esse quadro começou a ser revertido.

O indicador mais relevante da área de saúde, e que resume os avanços sociais conquistados nos últimos anos, além de mostrar de forma contundente o resultado das políticas públicas de saúde, é a taxa de mortalidade infantil, que teve uma queda de 38% ao longo da última década.

A região Nordeste, que, historicamente, sempre apresentou os índices mais elevados de mortalidade infantil, foi a que assistiu à maior queda. A expressiva redução da mortalidade infantil no País superou as metas fixadas pelas Nações Unidas.

Diminuir o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida não foi um fato isolado, mas reflexo da política que o Ministério da Saúde promoveu desde 1995, e que contou, entre outros fatores, com a ajuda de uma instituição cuja atuação quero destacar neste pronunciamento: a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

No campo da epidemiologia e controle de doenças, a FUNASA promoveu iniciativas fundamentais

para a melhoria do setor: descentralização das ações; criação do Núcleo de Respostas Rápidas a Emergências Epidemiológicas; eliminação do sarampo, do tétano neonatal; e dos casos de cólera; redução da ocorrência de malária e de casos de raiva humana; lançamento do Programa Nacional de Controle da Dengue; manutenção da erradicação da febre amarela e da poliomielite e implantação de diversas campanhas de vacinação: de idosos contra gripe, tétano e pneumonia; contra rubéola para mulheres, contra hepatite B para menores de 20 anos e, ainda, a implantação da vacina tetravalente.

Na área da vigilância ambiental, foi implantado e regulamentado o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, e foram estabelecidos novos padrões de potabilidade da água para consumo humano.

Em 1999, quando a FUNASA assumiu a responsabilidade da assistência integral à saúde indígena, o número de unidades de saúde existentes era 559. Em 2002, esse número totalizou 962 unidades, representando uma ampliação de, aproximadamente, 72% da rede de assistência. Além disso, a FUNASA reduziu a mortalidade infantil, a malária e a tuberculose entre os índios, estruturou os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, implantou os conselhos distritais de saúde indígena e ampliou, significativamente, as ações de saneamento em área indígena.

Quanto ao fomento às ações de saneamento, a partir do ano 2000, a FUNASA direcionou a aplicação dos recursos financeiros em municípios e localidades que apresentassem indicadores epidemiológicos relacionados a doenças de veiculação hídrica, contribuindo, dessa forma, para a redução da mortalidade proporcional por diarreia e da transmissão de esquistossomose, cólera, tracoma e febre tifóide.

Os estudos e pesquisas da FUNASA foram desenvolvidos nas áreas de vigilância epidemiológica e controle de doenças e de engenharia de saúde pública. Foram realizados 14 estudos e pesquisas sob a responsabilidade do Centro Nacional de Epidemiologia; 20 pesquisas operacionais, epidemiológicas e de desenvolvimento tecnológico sob a responsabilidade do Centro de Referência Professor Hélio Fraga; foram realizados, ainda, estudos e pesquisas pelo Instituto Evandro Chagas e pelo Centro Nacional de Primatas.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um trabalho em andamento, desenvolvido pela FUNASA em prol da saúde no País. Sabemos todos das profundas deficiências que ainda atingem o setor. Mas é bom que nos lembremos da necessidade de não desprezar o caminho já percorrido e as conquistas já feitas,

para que possamos, de fato, avançar em direção às metas pretendidas.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL — TO) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar importante acontecimento político ocorrido no meu estado de Tocantins, neste último fim de semana.

Acompanhando o Governador Marcelo Miranda ao município de Pedro Afonso, que se situa a 173 quilômetros da nossa capital Palmas, em visita de vistoria às obras da passarela sobre o Rio Sono — na companhia do Vice-Governador e Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Raimundo Nonato Pires dos Santos; do Prefeito da cidade, Tom Belarmino; e de importante comitiva, da qual quero destacar a presença do Secretário da Infra-estrutura José Edmar Brito Miranda; do Secretário da Indústria e Comércio e Turismo o Deputado Ângelo Agnolin; dos Deputados Estaduais Eduardo Machado, César Halum e da Deputada Federal Kátia Abreu; do presidente do Sindicato Rural Nicola Limonge; do presidente da COAPA — Cooperativa Agrícola Pedro Afonso, Ricardo Curi e de importantes empresários rurais da região; — pude presenciar o Sr. Governador, mais uma vez, firmar compromisso de realizar até o final de seu governo a obra mais importante para aquela região produtora de soja: trata-se do asfaltamento de cerca de 100 km restantes da rodovia estadual TO-010, que interliga Pedro Afonso a Palmas, via Tocantínia, e a construção da ponte sobre o rio Tocantins no município.

Esse novo itinerário poderá reduzir a distância entre os dois municípios e favorecer largamente o transporte e o escoamento da produção, que, apoiada no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados — o PRODECER, já alcançou a média da produção nacional de soja no ano de 2002: são 100 mil toneladas de grãos produzidos em 40 mil hectares.

Além disso, é certo que a complementação do asfalto daquela rodovia dará aos produtores a condição de melhorar ainda mais a produtividade da região e fazer crescer a cota de contribuição do nosso Tocantins para produção nacional de grãos.

Esse fato por si só garante uma grande satisfação para os tocaninenses. Entretanto, uma vez cumprida a promessa de conclusão daquelas importantes obras rodoviárias, estaremos dando um passo certo na maior integração do nosso território e realizando um sonho acalentado pelo idealizador da construção do Tocantins, o ex-governador Siqueira Campos.

Além disso, serão criadas reais condições de emprego e de geração de renda para nosso povo.

Deixo, portanto, registrado meu apoio irrestrito a essa iniciativa por considerá-la uma das mais importantes entre todas aquelas obras que precisam ser realizadas em nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB — MG) — Sr. Presidente, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a V. Ex^a a transcrição nos **Anais do Senado Federal**, do excelente artigo publicado no **Diário da Tarde**, do dia 17/03/03, página 2, de autoria do jornalista Fábio P. Doyle, membro da Academia Mineira de Letras, sob o título "Itamar merece respeito".

O brilhante jornalista descreve com riqueza de detalhes a tradição da política mineira e delinea a retidão e o espírito público do grande mineiro Itamar Franco, que, em breve, será sabatinado na Comissão de Relações Exteriores desta Casa, para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil em Roma.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HÉLIO COSTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Itamar merece respeito

() Fábio Doyle*

Já é uma tradição na política, o desmerecimento, as acusações, as críticas que os novos governantes fazem aos que os antecederam. É natural que assim aconteça, quando o poder troca de mãos e de partidos. Os adversários, os opositores da véspera, quando se transformam em situação, tudo fazem para menosprezar os que foram vencidos e substituídos nas urnas eleitorais. Muitas vezes, até com razão. Outras, nem tanto. Dois os motivos principais: primeiro, denegrir a imagem dos que saem, para que não tenham condições de voltar nas próximas eleições e quase sempre voltam, até mesmo com o absurdo da reeleição, que, no Brasil, é sinônimo de corrupção; segundo, tentar convencer o eleitor de que seu voto foi válido, que esqueça os que foram substituídos, que tudo vai mudar para melhor, com novas posturas, novas obras, melhorias em penca.

A Cena se repete em Minas. De forma inusitada, pois o atual governador foi não apenas apoiado, mas praticamente lançado pelo ex-governador. Aécio Ne-

ves Cunha e Itamar Franco são amigos. Uma amizade que vem de muito tempo, quando o pai de Aécio, o correto e leal Aécio Ferreira da Cunha, foi candidato a vice-governador na chapa de Itamar Franco. As críticas, as acusações, não são feitas abertamente. Mas quase. Não há uma reunião promovida pelos novos governantes e como os novos governos, especialmente o do PT de Lula, gostam de reuniões que nada decidem em que o assunto não gire em torno do que o governo anterior não teria feito, ou feito de forma errada.

Acontece que o governo Aécio Neves Cunha tem sua composição e formatação bastante influenciada, digamos assim, pela equipe que trabalhou com o governo que antecedeu o de Itamar. Derrotados, de forma surpreendente, na tentativa de recondução ao Palácio da Liberdade, pelo carisma e pelo respeito popular de que goza o ex-presidente da República, os vencidos nunca se conformaram. E aproveitam-se do retorno ao poder, nas vagas impulsionadas pelos conflitos internos do PMDB de Newton Cardoso que impediram a recandidatura de Itamar, para a vingança injusta e inoportuna.

Cria-se, assim, um clima de constrangimento, pois alguns, muito poucos, dos que formam a equipe escolhida por Aécio, faziam parte da administração de Itamar. E não se dispõem a ouvir, pelo menos aqueles de caráter melhor formado, sem contestação, as acusações que vêm sendo feitas. Outros, mais prudentes, e preocupados em não aumentar a área de atrito, preferem o silêncio, guardando a revolta no íntimo. Já os de caráter deficiente, para não dizer coisa pior, batem palmas aos que bajulam de forma grotesca os novos soberanos, como antes, com igual entusiasmo, aplaudiam os que agora deixaram o trono palaciano.

Mas esta é a vida, e isso acontece, infelizmente, não apenas na área política.

Ressalto que não é este o comportamento do novo governador. Aécio Neves Cunha tem dado repetidas demonstrações públicas de respeito, de amizade e até de carinho pelo seu antecessor. Dele, aliás, não se poderia esperar outro comportamento, não apenas pelo que sua vida de homem público tem demonstrado, em honradez, seriedade e lealdade, mas ainda pela tradição que vem do **jus sanguinis**, como os juristas gostam de dizer em bom latim. Filho e neto de quem é, pelos dois lados familiares, outro não poderia ser o seu comportamento.

É preciso, de uma vez por todas, reconhecer, de público, que Itamar Franco, no governo do Estado, como na Presidência da República, e em toda a sua vida político-partidária, balizou seu comportamento

pelo mais estrito respeito ético, pela absoluta correção, pelo mais elevado sentido do interesse público. O Brasil, sem ele presidente, poderia ter sido levado à falência geral, da economia e das instituições, em cujo caminho já estava enveredado. Minas, sem Itamar, teria perdido sua maior e mais importante empresa, a Cemig, que ele encontrou vendida e entregue a grupos estrangeiros. Sem ele no Palácio da Liberdade, o Brasil teria perdido Furnas, como perdeu tantas outras empresas de importância para a sustentação de nossa economia e de nosso desenvolvimento. Foi Itamar quem deu o primeiro grito contra os exageros fiscais impostos pela União aos estados-membros. Foi Itamar que, embora enfrentando dificuldades financeiras sem conta, às quais ele não deu causa, mas as recebeu de herança, se recusou de forma terminante a transferir o possível equilíbrio do caixa fazendário para o corte dos salários e dos empregos do funcionalismo.

Itamar Franco foi convidado pelo presidente da República para ser o embaixador do Brasil na Itália. Um convite honroso que dará ao nosso país uma representação diplomática de alto nível na capital italiana. Indicar um ex-presidente da República, um ex-senador, um ex-governador de um dos Estados mais importantes do país, para embaixador, apenas engrandece o Itamaraty e honra o país em que ele irá trabalhar. E surge no noticiário da imprensa uma diatribe de um senador qualquer, com a ameaça de votar contra a aprovação do nome do ex-governador e ex-presidente sob a acusação de ter ele descumprido, no governo de Minas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aquela imposta pela União, que exige equilíbrio orçamentário, praticamente impossível de ser atingido em uma conjuntura adversa e difícil, sem massacrar o funcionalismo. A única acusação que ele encontrou para justificar o seu voto contrário foi uma nuga fiscal, destituída, se verdadeira, de maior importância. Nada mais conseguiu levantar contra a dignidade, a honradez, a lisura do homem e do governo Itamar.

Não vivemos, é mais do que evidente, em um país politicamente sério. A ameaça é ridícula. E já mereceu de outro senador, o mineiro Hélio Costa, que sabe cultivar a tradição de honradez e de lealdade que era o padrão dos mineiros de antigamente e que ainda, felizmente, sobrevive em muitos, uma resposta adequada. Hélio disse que daria ao senador, cujo nome evito mencionar, mas que é de Santa Catarina, um Estado tão bonito, tão civilizado, que não o merecia, uma sugestão: a de se criar uma comissão de inquérito para levantar negócios suspeitos feitos por ocasião da Feira de Hanover de 2002, na Alemanha,

envolvendo uma filha do tal senador, com outros co-adjuvantes, já objeto de uma ação instaurada pelo Ministério Público, em virtude da contratação de empresas pertencentes a parentes do trêfego senador para a montagem do pavilhão brasileiro.

Assim, senhores, caminha, trôpega, claudicante, falsa e destituída de lealdade e dignidade, a vida pública brasileira, com as exceções honrosas de sempre, que o cuidado ético dos nossos códigos aconselha ressalvar.

(*) *Fábio P. Doyle - Jornalista - Da Academia Mineira de Letras*

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os corações e mentes dos jovens dos nossos dias são, algo assim, como uma bola de cristal, cuja leitura propicia uma visão do futuro do país. E não há que ser o melhor vidente para se perceber sinais de alerta. Na educação, por exemplo: de cada cem crianças que iniciam o ensino fundamental, quarenta não atingem o ensino médio. Ao final deste último ciclo, outros vinte também não chegam à formatura. Quase a metade dos alunos encontra-se em idade superior à que se considera como normal para as respectivas séries que freqüentam. Os estudantes brasileiros, quando chegam à oitava série, acumulam mais de dez anos nos bancos escolares. São números oficiais divulgados pelo Ministério da Educação.

Esses números, se alarmantes, ainda assim escamoteiam outra realidade ainda mais cruel. Apesar da taxa de analfabetismo ter caído nos últimos 20 anos, de 25,4% para 13,6%, 16 milhões de brasileiros, em pleno século XXI, ainda não conseguem escrever, ou ler um simples recado ou as notícias, boas ou más, de seus entes mais queridos. Talvez seja este, efetivamente, um problema “central do Brasil”. Como no filme de Walter Salles Júnior, esses milhões de irmãos brasileiros recorrem a outrem para falar, à distância, a que quase sempre foram forçados, de suas alegrias e de suas tristezas.

Poderia se imaginar que, do outro lado, o da pequena minoria dos que passam pelo funil dos vestibulares, a vida universitária teria outros encantos. Não é o que ocorre. A universidade pública brasileira vem, de muito, emitindo muito mais que sinais: são gritos de alerta contra o descaso com a geração e a transmissão de conhecimento, risco de morte para um país que ostenta a grande maioria dos elementos naturais propulsores do futuro do planeta. O despreço pela universidade pública brasileira se insere em um

processo mais abrangente – o do desmonte do Estado e a transferência do patrimônio público para as mãos do mercado. Essa mesma transferência será tanto mais efetiva quanto mais indefeso o Estado. E, nada mais contundente para minar o Estado que colocar rédeas na geração do conhecimento que democratiza ganhos, inclusive da utilização daqueles mesmos elementos naturais capazes de moldar os destinos do País no cenário mundial.

Portanto, o esvaziamento da universidade pública e a transferência de professores e alunos para a universidade privada são muito mais que uma discussão, ainda que importante, sobre salários e mensalidades: trata-se de um deslocamento de interesses, do Estado que tem como foco o bem comum, para o mercado, que se orienta pelo lucro. O respeito às fronteiras geográficas, que define o Estado e que não necessariamente norteia o mercado, pode demarcar os limites da soberania de um país. Portanto, um país que se quer soberano não pode, definitivamente, abrir mão de sua universidade pública.

Aliás, soberania é uma questão objeto de amplo debate nos dias atuais. Sob pretextos “midosos” como direitos humanos e combate ao terrorismo, caem por terra os conceitos mais elementares de soberania nacional. É evidente que são outros os interesses que movem as armadas, e que as ordens de avançar se orientam por interesses de mercado, seja ele adjetivado por armamentista, petrolífero, ou outro qualquer.

É evidente, também, que outras regiões do planeta são alvo de interesses internacionais, que podem não ser, ao menos hoje, tão belicosos. Quanto ao futuro, basta que se debruce sobre o mapa dos recursos naturais que, certamente, serão escassos, nos próximos anos. No caso, qualquer que seja a escala, salta aos olhos a riqueza amazônica. O desmonte do conhecimento que podemos ter, hoje, sobre a nossa realidade, em particular a da Amazônia, pode ser o divisor de águas sobre a nossa soberania, no futuro.

É nesse contexto que se insere, hoje, o necessário debate sobre a educação brasileira, em todos os níveis: qual futuro se vislumbra para um país que se deseja soberano. O que se observa, lamentavelmente, nos dias atuais, é que o esvaziamento das universidades públicas transita na contra-mão da sanha pelo conhecimento internacional que se impõe sobre o país, em especial no território amazônico. A pesquisa paralisada nas universidades públicas locais, por falta de recursos, é a contrapartida do investimento das organizações não-governamentais, não raramente internacionais, cujos objetivos têm fugido, cada vez

mais, do controle do Estado brasileiro e dos interesses nacionais. A vaga de professor não preenchida na universidade local é o contraponto de “cientistas internacionais”, contratados a peso do nosso ouro por agências multinacionais, que são acobertados, também, por pretextos “midosos”, quase sempre a título de “preservação do meio ambiente”.

A leitura dos propósitos do novo governo e as indicações embutidas em suas primeiras ações fazem renascer a esperança de que as universidades públicas brasileiras voltarão a desempenhar o papel que lhes é devido. A expressão “soberania nacional”, um tanto quanto ausente do discurso oficial nos últimos anos, tende a voltar à tona como prática neste governo. É essa, por exemplo, a expectativa de alunos e professores da Universidade Federal de Rondônia. O grito estampado nos pedidos de contratação de 60 professores efetivos e 40 substitutos para a UNIR vai além do preenchimento de horários vagos para o aprendizado de matérias específicas. Trata-se de um alerta contra o desmonte de um dos mais importantes laboratórios de geração de conhecimento, principalmente sobre questões amazônicas.

O perfil de professores e alunos da UNIR mantém forte correlação com as características do processo de ocupação de Rondônia. Em termos populacionais, o Estado é, verdadeiramente, uma síntese do País. O grande, e rico, contraditório de raças, de credos e de culturas, que marcaram o início da colonização do espaço rondoniense, encontra eco no ambiente universitário. E, desse mesmo contraditório, emergem as raízes do pensamento e do conhecimento verdadeiramente brasileiros, mas que pode se denominar genuinamente amazônico. Assim como na antiga Mesopotâmia, terra fértil onde se encontravam todos os povos, e que se tornou o berço da humanidade e da palavra escrita, a universidade local pode construir, também, o que se pode chamar de pensamento amazônico, alicerce mais que consistente da soberania nacional.

Portanto, o que desejam alunos, professores e a Direção da UNIR é, nada mais, que a universidade possa continuar a busca de conhecimento que permita a manutenção, no futuro, da integridade nacional. Não se admite dimensionar tais contratações, apenas, sob o prisma dos custos, como se observava, e se lamentava, até período recente. Com certeza, o novo governo levará em conta, principalmente, os benefícios de uma universidade viva, presente, atuante, amazônica e, sobretudo, brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo essa tribuna, para falar de um assunto da mais alta relevância: a educação brasileira. Alguns dados, recentemente anunciados e fartamente veiculados pela grande imprensa, deixaram-me deverás impressionado. Segundo a **Publicação Geográfica Brasileira de 2001**, produzido pela Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, do Ministério da Educação, de cada 100 alunos que ingressaram na 1ª série do Ensino Fundamental, apenas 59 conseguiram terminar a 8ª série. Desses, apenas 40 concluíram o Ensino Médio e, para tanto, precisaram em média de 13,9 anos, ao invés dos 11 anos regulares.

Na região Nordeste a situação é especialmente grave. Mais de 52% dos alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e 57% dos que freqüentam a 1ª série do Ensino Médio estão com a idade acima do apropriado para a série em que estão matriculados, o que, certamente, traz conseqüências indesejáveis, não apenas para a integração entre seus pares, mas também para a própria auto-estima do estudante.

Felizmente nem tudo foram más notícias nestas últimas semanas, Sr. Presidente. É com grande satisfação que faço questão de registrar algumas atitudes acertadas que o Governador João Alves tem tomado no Sergipe. Na noite da última segunda-feira, 10 de março, na inauguração do SEED Vestibulares, curso pré-vestibular que atende a mais de dois mil e quinhentos alunos da rede pública de ensino, o Governador anunciou que os cinquenta primeiros alunos da rede estadual classificados no vestibular de 2004 receberão uma bolsa de estudo integral para qualquer universidade privada do Estado. Na mesma ocasião, João Alves comunicou que todo o material didático a ser usado pelos alunos do SEED será distribuído de forma completamente gratuita.

Para dar continuidade ao processo de busca da qualidade de Ensino, o Governo de Sergipe planeja que, ainda neste primeiro semestre, entre em funcionamento no Colégio Atheneu Sergipense, um projeto piloto do Centro de Excelência de Ensino em Sergipe. Essa iniciativa, que começará assistindo a quatro mil alunos, consiste em dar atendimento integral ao educando que, pela manhã, freqüentará a série regular, após o almoço participará de oficinas profissionalizantes de língua e informática e, após o jantar, assistirá às aulas do SEED.

Com essas alvissareiras informações finais, concluo este pronunciamento, parabenizando o Governador João Alves Filho e toda a sua equipe, desejando que suas ações sirvam de inspiração para to-

dos aqueles que definem o futuro da educação do país.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, a procura de investimentos que deflagrem o progresso tem sido uma preocupação constante nas reivindicações regionais, ao surgirem informações sobre instalação de empreendimentos no Brasil. Não foge à regra o que vem acontecendo no momento presente em face da notícia de instalação de nova refinaria de petróleo em nosso País. O Estado do Maranhão também se faz presente na iniciativa e o faz convencido de dispor de condições ideais para imprimir excelência ao investimento. Não o faz sem razão. Fundamenta-se a pretensão na extraordinária e dinâmica potencialidade econômica de que dispõe o Estado. Porém, não apenas a potencialidade justifica o desejo do Maranhão. Há vantagens outras que favorecem a iniciativa.

A capital São Luís tem localização geográfica estratégica, perfeitamente adequada ao escoamento dos produtos a serem produzidos pela refinaria. A área de influência, a região de São Luís, é adequada tanto em relação à exportação dos produtos quanto em relação à interiorização deles para o Norte e o Nordeste. São Luís tem instalada a infra-estrutura e os implementos logísticos necessários para dar sustentação ao empreendimento, além de vantajosos fatores competitivos entre os quais destaco o porto de Itaqui, ao qual se aliam as demais infra-estruturas intermodais de transporte, o que oferece condições de oferecer os derivados de petróleo a uma população estimada em 44 milhões e 600 mil habitantes residentes no Norte e nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, no nordeste da Bahia e no próprio Estado do Maranhão.

O distrito industrial de São Luís foi criado em 1980 com o objetivo de atrair e ordenar a implantação de indústrias na capital do Estado, assim como regular o uso do solo da área. Foi reformulado pelo Decreto Estadual nº 18.842, de 17.07.2002.

O distrito industrial da capital maranhense possui uma área de 18 mil hectares de terra e está programado em módulos para atender aos mais variados tipos de empreendimentos, com ocupação industrial racional e em harmonia com o meio ambiente. O distrito possui infra-estrutura de transporte, energia elétrica, abastecimento de água, habitação e comunicação. Acrescente-se a isso o fato de o distrito possuir

excelentes condições para instalações portuárias e estar situado bem próximo do local do embarque do minério extraído do Projeto Carajás, contíguo ao complexo industrial da Alumar. Além disso, usufrui de conjunto multimodal de transportes que integra o Brasil central ao Norte/Nordeste por meio da hidrovia Araguaia-Tocantins, da ferrovia Norte/Sul e da estrada de ferro Carajás, a que se devem ser incluídos o sistema rodoviário convencional e o sistema da Companhia Ferroviária do Nordeste, que se estende do planalto central brasileiro até a capital São Luís.

O conjunto desse sistema proporciona uma logística incomparável ao associar-se ao complexo portuário de São Luís, formado pelo porto de Itaqui e pelo da Ponta da Madeira que, junto com o porto privativo da ALUMAR - Alumínio do Maranhão S/A, são responsáveis por aproximadamente 50% da movimentação da cargas portuárias das regiões Norte e Nordeste do País.

O complexo portuário de São Luís destaca-se por ser porto abrigado, de águas profundas, com calado de até 23 metros o que permite a atracação de navios de até 400 mil toneladas.

Na retroárea, estão disponíveis grandes espaços, aptos à instalação de grandes indústrias e ao equipamento de pátios para carga e descarga. Tem acessos ferroviários e rodoviários seguros e eficientes, além de equipamentos de operação com grande potencial de melhoramento.

Expressiva significação têm também o sistema ferroviário e o rodoviário. O primeiro é constituído basicamente da estrada de ferro Carajás e da Companhia Ferroviária do Nordeste. O sistema Carajás tem aproximadamente 892 quilômetros de extensão e é utilizado para transportar o minério das minas até o porto de Itaqui. São Luís–Teresina–Parnaíba são interligadas por 800 quilômetros de linhas-tronco e ramais, dos quais 456 quilômetros no Estado do Maranhão.

A malha rodoviária do Estado, por sua vez, tem 54 mil e 512 quilômetros, entre rodovias federais e estaduais, dos quais 6 mil e 044 quilômetros estão pavimentados.

O suprimento de energia elétrica encontra-se equacionado graças ao parque gerador constituído pelas hidrelétricas de Tucuruí e Boa Esperança; encontra-se igualmente equacionado o abastecimento de água tratada pelo sistema Italuís, sob a responsabilidade da CAEMA – Companhia de Água Esgoto do Maranhão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo que foi exposto, fica demonstrado que o Estado do Maranhão tem condições muito concretas para sediar a nova refinaria brasileira e tenho certeza de que, se atendida a reivindicação do Estado, os benefícios haverão de estender-se por toda a região Norte, por todo o Nordeste e pelo Centro-Oeste brasileiros, proporcionando inegáveis valores de desenvolvimento a essa parte da laboriosa população brasileira e, bem assim, a toda a Nação.

Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está sendo velado, no Parque das Primaveras, Av. Filinto Müller, em Campo Grande, o corpo do diretor-presidente do Grupo **Correio do Estado**, o jornalista e professor José Barbosa Rodrigues.

Ele morreu nesta manhã, aos 86 anos. Uma morte que nos abalou a todos, seus amigos, companheiros de trabalho. Foi uma notícia que me tocou profundamente. Pretendia fazer deste plenário um pronunciamento a respeito da importância do planejamento nas ações governamentais. A notícia da morte do velho comandante do Grupo **Correio do Estado** mudou meu projeto. Infelizmente, em todos os sentidos.

Tenho em minhas mãos uma história de José Barbosa Rodrigues, narrada por uma das maiores especialistas em contar histórias de vidas marcantes, a professora e historiadora Glorinha Santa Rosa.

A verdade é que, desde seus primeiros movimentos como empresário e jornalista, José Barbosa Rodrigues perseguiu sempre a verdade, sem olhar interesses pessoais, ou políticos. Foi erguendo, com paciência, tijolo sobre tijolo uma obra que resultou num verdadeiro império em termos regionais.

Quem se der ao trabalho de se debruçar sobre a história de vida de José Barbosa Rodrigues descobrirá a singularidade de uma existência construída a partir da determinação de superar as dificuldades do dia a dia.

Nasceu em Poços de Caldas (MG), em 30 de junho de 1916. Seu pai era carpinteiro e sua mãe lavadeira. Na infância, foi companheiro de brincadeiras do ex-embaixador Roberto Campos. Só começou a frequentar uma escola aos 7 anos. Antes disso, o pai pagava 5 mil réis para um professor particular alfabetizá-lo.

Contava, com muito senso de humor, que os pais lhe ensinaram todos os serviços domésticos: lavar passar, cozinhar, além de obrigá-lo a cuidar dos ir-

mãos menores. Isso lhe temperou o caráter e lhe ajudou a enfrentar qualquer tipo de trabalho.

Em 1943, quando José Barbosa Rodrigues chegou em Campo Grande, as escolas estavam fechadas e uma geração de professor extinguindo-se.

Em 1949, quando a escola normal Joaquim Murtinho foi reaberta, foi convidado para lecionar Metodologia e Didática. O quadro de professores era de gente competente, embora sem especialização ou diploma.

Começou a trabalhar na imprensa, no **Jornal do Comercio**, ao lado de figuras como Severino de Queiroz, Dalton Santiago e Belisário Lima, com quem aprendeu a fazer jornal.

Ao mesmo tempo, começou a publicar os seus artigos, sempre bem recebidos pelos leitores. Acabaria, dois anos, depois sendo convidado para redator-chefe do jornal pelo diretor Jaime de Vasconcelos.

Costumava comentar: “Campo Grande me abriu os braços de forma acolhedora. Esse é um traço distintivo da ‘Cidade Morena’”.

Decidiu fundar uma rádio com 70 mil cruzeiros do empréstados do Banco Comércio Indústria de São Paulo. E, assim, começou uma rede de comunicações que se expande até hoje.

Ao todo trabalham no **Correio do Estado** cerca de 200 funcionários. E o jornal nunca deixou de cumprir o seu papel de informador, criador de opiniões e modificador de mentalidade.

José Barbosa Rodrigues, há 45 anos na direção do jornal, foi dínamo propulsor desse empreendimento. Começou a vender 800 exemplares. Hoje são 20 mil impressos a cores, com **site** na Internet.

A última realização do jornal é um monumento no memorial a Campo Grande, monumento a homens como José Barbosa Rodrigues que vieram de fora para ajudar a criar a nossa cidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema das invasões rurais por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra vem ocupando amplos espaços na mídia nas últimas semanas. Desde o feriado do carnaval, as invasões se sucederam no campo, não respeitando sequer o critério elementar de poupar as terras produtivas, que geram emprego e renda e, portanto, cumprem função social relevante, ou mesmo prédios públicos, como as sedes regionais do Incra.

Mais preocupante nisso tudo é o receio de que as ações desse Movimento encontrem simpatia dentro da máquina do Estado. Dessa suspeita comparti-

Iham personagens que lideram entidades representativas de produtores rurais, que se reúnem hoje em Cuiabá, Mato Grosso, para elaborar carta ao presidente Lula, reivindicando garantias e pedindo proteção.

A reunião, segundo o jornal **Estado de S. Paulo**, é uma tentativa dos ruralistas de se contraporem à influência, que consideram “excessiva”, do MST no Ministério de Desenvolvimento Agrário e nas superintendências estaduais do Incra.

Segundo o jornal **Estado de S. Paulo** de domingo (16.03), a mobilização dos sem-terra não se restringe hoje ao MST. Haveria pelo menos mais 35 organizações semelhantes envolvidas na luta pela reforma agrária.

Isso, claro, mobiliza o outro lado, dos proprietários e produtores, que, segundo os jornais, já organizam milícias armadas para se defender. De acordo com a **Folha de S. Paulo**, uma milícia armada, com o sugestivo nome de PCR (Primeiro Comando Rural), foi criada na região centro-oeste do Estado do Paraná.

Luiz Antônio Garcia, presidente nacional da UDR e um dos organizadores do encontro de Cuiabá, considera “um desespero de causa” a formação do PCR no Paraná. Disse ele ao **Estado de S. Paulo**: “Nunca na história o produtor precisou se organizar em milícias armadas para se defender”. Isso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é altamente preocupante, para dizer o mínimo.

O governo, mais especificamente o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, e o presidente do Incra, Marcelo Resende, foram postos sob suspeita nessa questão, na óptica dos proprietários rurais. Um dos fatores de suspeição foi o empenho inicial de ambos em revogar a Medida Provisória nº 2.183, que criminaliza as invasões e considera indisponíveis para a reforma agrária por dois anos as terras invadidas. Consideramos que essa MP é de fundamental importância, pois estabelece um limite à ação de lideranças irresponsáveis e aos agitadores.

Na segunda-feira, o presidente do Incra afirmou – e o **Estado de S. Paulo** publicou – que aquela medida provisória seria revogada. Ontem – e os jornais de hoje publicam –, o ministro Miguel Rosseto, após reunião de cinco horas com lideranças do MST na Casa Civil da Presidência da República, afirmou o contrário: ou seja, que a medida provisória não será revogada – por enquanto.

O governo, nessa questão, tem tido comportamento ambíguo. No início desta semana, o presidente

do PT, José Genoíno, disse que apóia as manifestações dos sem-terra, “mas desde que feitas dentro da lei”, conforme declaração ao **Estado de S. Paulo**, na terça-feira. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, avisou também que punirá excessos. Mas, apesar disso, as lideranças do MST saem de uma reunião de cinco horas no Palácio do Planalto avisando que as invasões vão continuar. Chamam isso de “pressão” benéfica sobre o governo Lula, para que este agilize a reforma agrária.

O mesmo MST informa que reservou o mês de abril para invasões em massa, dentro de um movimento que batizou de “Latifúndio Zero”. E o que diz o governo sobre tudo isso? Constatamos que não há clareza nas condenações, o que mantém o meio rural sob tensão e alimenta dúvidas sobre o comportamento de algumas autoridades.

Por essa razão, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio Filho, declarou ao **Estado de S. Paulo** que há risco de desestabilização no campo se o governo revogar a MP das invasões: “Será uma clara demonstração para o setor produtivo de que o presidente não acredita nessa agricultura vitoriosa que tem gerado renda e emprego no Brasil”, disse. E cobrou imparcialidade (deixando claro que não há) por parte do ministro Rosseto e do presidente do Incra.

Em face do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, julgo imperativa a presença, nesta Casa, com a maior urgência possível, para prestar esclarecimentos, do ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, e do presidente do Incra, Marcelo Resende. Estou encaminhando essa proposta de convocação, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à opinião pública as diretrizes do governo federal quanto aos conflitos no meio rural, os critérios e o cronograma da reforma agrária.

Nosso objetivo é contribuir para a pacificação dos ânimos no campo, cujo processo produtivo não pode ser ameaçado pela ação predadora de algumas lideranças, sobretudo neste momento em que a iminência de uma guerra envolvendo algumas das principais nações do Ocidente põe a questão do abastecimento em relevo.

O Brasil vive hoje uma conflagração urbana, gerada pela praga do narcotráfico, que ameaça se estender pelo interior do país, impondo ao poder público um desafio ainda não respondido à altura. Não se pode, por isso mesmo, permitir que também no campo se estabeleça ambiente de confrontação.

A reforma agrária é indispensável e o clamor dos trabalhadores rurais respeitável e procedente. Não será, porém, por meio da violência e da coação – que não discriminam seus alvos, agredindo tanto especuladores como produtores, geradores de emprego e renda – que iremos avançar e gerar justiça social. O presidente Lula está comprometido com a paz no campo e, em sua campanha, condenou a ocupação de terras produtivas. Estamos certos de que Sua Excelência não mudou seu pensamento, mas queremos saber como pensam os que, dentro da máquina do governo, operam diretamente esse processo.

São esses esclarecimentos que julgo indispensáveis apresentar e que reclamam a presença nesta Casa das autoridades a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que a sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, será destinada ao comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Ricardo Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO, NA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 10-03-03, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE NA PRESENTE EDIÇÃO.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, no fim dos anos 80, mais precisamente a partir da Constituição de 1988, deu exemplo ao mundo na área de legislação de gerenciamento de recursos hídricos, com a promulgação da Lei nº 9.433, de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Além dessas, foi editada a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a Agência Nacional de Águas – ANA. Essa norma embasa a posição estratégica do país em administrar 12% da reserva mundial de água, da qual 80% na Amazônia.

Gostaria de lembrar, nesta oportunidade, a realização, em 13 a 22 de março próximo, na cidade de Kyoto, do Terceiro Fórum Mundial das Águas, onde o

mundo estará examinando os diversos aspectos do uso desse indispensável insumo à vida.

A Constituição Federal, em seus artigos 20, 21, 22, 23, 24, 26 e 225, estabeleceu as bases jurídicas e políticas para a proteção e conservação, bem como para o adequado uso dos recursos hídricos em todas as cidades brasileiras.

A legislação anteriormente referida oferece os fundamentos, os objetivos e as diretrizes para a política nacional citada, além dos seus instrumentos e a sua organização institucional.

Posso dizer que a principal característica dessa lei é a descentralização do processo decisório, com a participação efetiva dos usuários, entidades de governo e a sociedade civil, por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com a legislação, é nos Comitês de Bacia Hidrográfica que se dá a democratização do uso da água, evitando-se a formação de possíveis cartéis.

Vale aqui explicitar as atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica:

1) promover o debate das questões relacionadas a recursos e articular a atuação das entidades intervenientes;

2) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

3) aprovar e acompanhar o Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

4) propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos do uso das águas;

5) estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

6) estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo.

Além disso, os Comitês de Bacia Hidrográfica têm a faculdade de aprovar o seu regimento interno.

E por que vir a esta Tribuna tratar deste assunto, Senhoras e Senhores Senadores?

Porque o artigo 37 inciso II da Lei nº 9.433, de 8/1/1997 cerceia a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica de rios federais, permitindo somente a criação nos rios de até terceira ordem.

Para que V. Ex^{as} possam notar a falha na legislação, o Rio Descoberto, rio federal que supre com

cinquenta por cento o abastecimento de água o Distrito Federal, por ser rio de quinta ordem, segundo a Agência Nacional de Águas, não tem direito a ter o seu Comitê de Bacia Hidrográfica, debater os seus problemas e viabilizar o seu Plano de Recursos Hídricos. É a falta de democracia no gerenciamento das águas na própria Capital da República!

Visando a corrigir esta questão, fundamental para os rios de cabeceira, apresentei projeto de lei para o qual solicito o apoio das Senhoras e Senhores Senadores.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a concede-me um aparte, Senador Paulo Octávio?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Quero congratular-me com V. Ex^a por esse pronunciamento e dizer que, na região nordestina, registraram-se avanços consideráveis no que toca à utilização da água. Essa democratização que V. Ex^a tanto enfatiza está ocorrendo lá, possibilitando que os moradores de cada região discutam a melhor utilização

do potencial de água existente. Não apenas me solidarizo com V. Ex^a pelo pronunciamento, como também comprometo-me a examinar o projeto de V. Ex^a e votar favoravelmente a ele, para que tenhamos essa democratização, essa descentralização. Aliás, quero assinalar que se constitui até num retrocesso isso que está ocorrendo com o Distrito Federal. Contrariando toda uma história de que o Governo Federal é que ditava normas ou sugeria aos Estados determinadas políticas, o que está havendo com relação à água é que os Estados tomaram iniciativas e já têm hoje todo um conjunto legislativo, todo um instrumental que permite esses avanços.

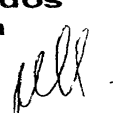
O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Como Governador de Estado, V. Ex^a foi um grande defensor do uso racional da água do Rio Grande do Norte. Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, agradecendo-lhe o aparte e dizendo-lhe que encaminharei a seu gabinete a cópia do projeto que estou apresentando a esta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Muito obrigado.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR JOSÉ SARNEY

**19/03/2003
quarta-feira**

-
- | | |
|--------------|---|
| 10:00 | - Senhor Alberto Ferrari Echeverry, Presidente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade San Martin de Buenos Aires
Presidência do Senado Federal |
| 10:30 | - Embaixador Vassili Gromov, Embaixador da Rússia
Presidência do Senado Federal |
| 11:00 | - Embaixador Marco Cesar Naslauskys, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação
Presidência do Senado Federal |
| 11:30 | - Embaixador Jerônimo Moscardo de Souza
Presidência do Senado Federal |
| 15:00 | - Cerimônia de Outorga, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, da Medalha "Mérito Legislativo Câmara dos Deputados" ao Arquiteto Oscar Niemeyer
Salão Nobre da Câmara dos Deputados |
| 15:30 | - Ordem do Dia
Plenário do Senado Federal |
- 

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 032 DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

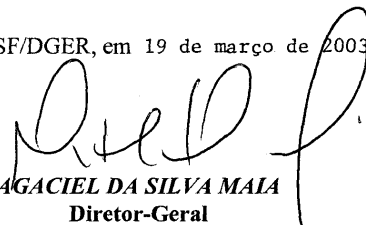
RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída Comissão Especial incumbida de instaurar e proceder, no prazo de 30 (trinta) dias, à Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao Erário do prejuízo causado pelo servidor **Waldimir Dias Torres**, condutor de veículo de propriedade do Senado Federal, envolvido em acidente de trânsito, tratado no Processo n.º 001.870/02-5, nos termos estabelecidos na Lei 8.443/92, na Instrução Normativa n.º 013/96 do Tribunal de Contas da União e demais legislação correlata.

Parágrafo único - A Comissão Especial será integrada pelos servidores **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, Matrícula n.º. 5370, na qualidade de Presidente, **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, Matrícula n.º. 5585, e **JOSÉ DE RIBAMAR CIPRIANO DA SILVA**, Matrícula n.º. 5314, como membros.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BSB/SF/DGER, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 033 DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída Comissão Especial incumbida de instaurar e proceder, no prazo de 30 (trinta) dias, à Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao Erário do prejuízo causado pelo servidor **Joel Braga da Silva**, condutor de veículo de propriedade do Senado Federal, envolvido em acidente de trânsito, tratado no Processo n.º 013.162/02-0, nos termos estabelecidos na Lei 8.443/92, na Instrução Normativa n.º 013/96 do Tribunal de Contas da União e demais legislação correlata.

Parágrafo único - A Comissão Especial será integrada pelos servidores **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, Matrícula n.º. 5370, na qualidade de Presidente, **ANTONIA MARIA LUSTOSA PUGA MARTINEZ**, Matrícula n.º. 4997 e **RAIMUNDO NONATO CORREIA DE ARAÚJO JÚNIOR**, Matrícula n.º. 3550, como membros.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BSB/SF/DGER, em 19 de março de 2003



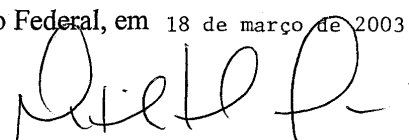
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2589 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005682/03-7,

R E S O L V E exonerar **CLEUSA LOUZADA DIAS**, matrícula n.º 33461, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PL e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 18 de março de 2003.



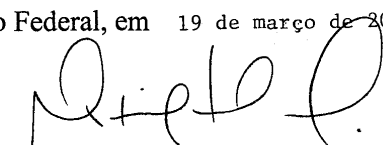
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2590 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001671/03-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1333, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S2, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELIANA MARIA DE JESUS ROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



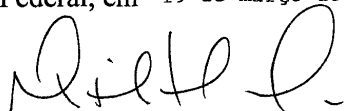
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2591 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001569/03-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1079, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S3, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ MARIA CUNHA MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



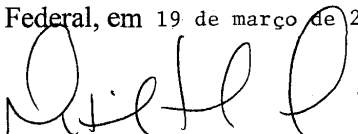
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2592 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2371, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S5, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **WELLINGTON LUIZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2593 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005288/03-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1279, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S2, que nomeou **EVANDRA COSTA DA SILVA** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



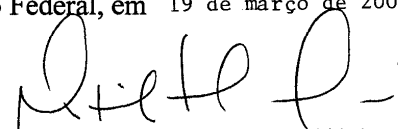
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2594 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005680/03-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SELMA ROSANI BENTO DE SOUZA RODRIGUES**, matrícula n.º 32312, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Ramez Tebet.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



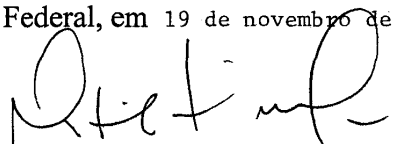
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2595 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005680/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EUFRÁSIA BARBOSA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ramez Tebet.

Senado Federal, em 19 de novembro de 2003.



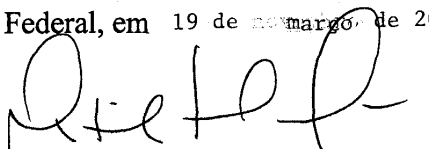
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2596 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005676/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARISTELA DE MELO COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 19 de novembro de 2003.



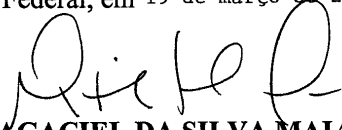
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2597 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005651/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



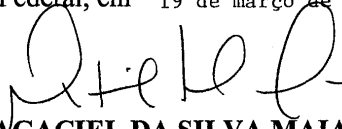
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2598 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005650/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MATILDE TEIXEIRA DA SILVA LOUREDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2599 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005652/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MENDES MOURÃO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



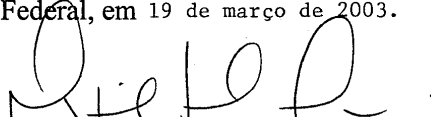
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2600 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005677/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ ANTONIO BRAGA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2601 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005643/03-1,

R E S O L V E exonerar **LANA KERLY BORCEM DA SILVA**, matrícula n.º 32891, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2602 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005689/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELA MAIRINK DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



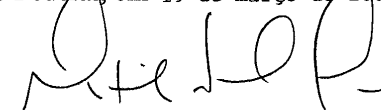
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2603 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005642/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO GONÇALVES PONTES** para exercer o cargo, em comissão, de Assitente^s Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



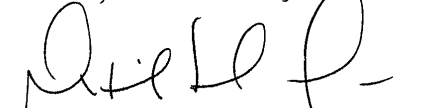
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2604 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005641/03-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSILEIA DOS SANTOS TEIXEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assitente^s Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



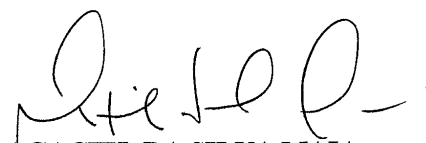
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2605, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005608/03-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2384, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2708, que nomeou **CÉSAR MAURÍCIO RODRIGUES** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2606, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005539/03-0

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1302, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S3, que nomeou **DILCEU FERNANDES MACHADO** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

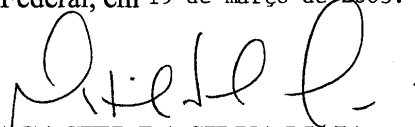
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2607 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005539/03-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ABIGAIL DOS SANTOS PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



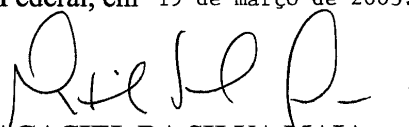
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2608 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005520/03-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSEFA LOPES DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2609, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005614/03-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2279, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2707, que nomeou **MARIA DE LOURDES DA SILVA** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



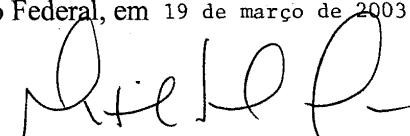
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2610, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005688/03-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTA MARIA DE QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



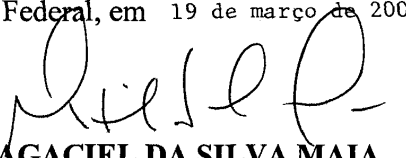
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2611 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005829/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



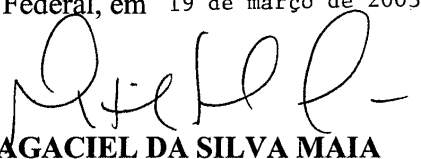
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2612 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005864/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLAVIANO SCHNEIDER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



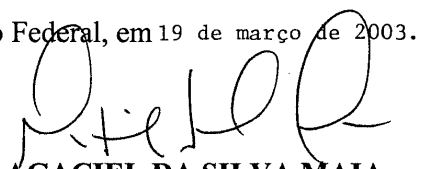
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2613 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005856/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IREMAR ANTÔNIO FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



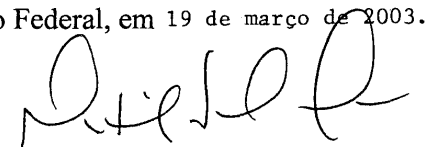
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2614 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005831/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLAUDIO CARRALY ARAUJO MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2615 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005858/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO ROCHA DE ARAUJO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



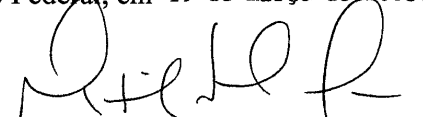
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2616 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005860/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANO PAULO DA ROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



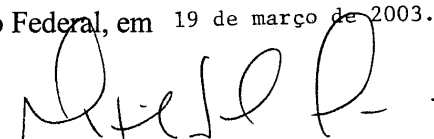
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2617 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005859/03-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MELYSSA GONÇALVES MONTEIRO DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



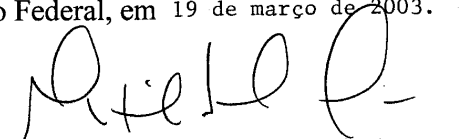
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2618 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005832/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LAIRSON GIESEL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



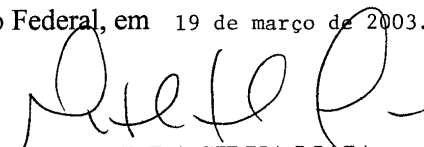
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2619 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005810/03-5,

R E S O L V E exonerar **RODRIGO ALVES DE CARVALHO**, matrícula n.º 31399, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador João Batista Motta e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



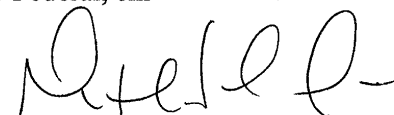
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2620 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005814/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA MARLENE ROCHA SARMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2621 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005818/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WALLACE BRECIANI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2622 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005857/03-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FÁBIA DOS SANTOS LOPES**, matrícula n.º 33.044, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, a partir de 18 de março de 2003.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

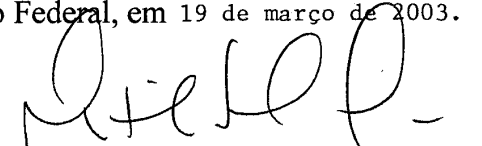
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2623 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005812/03-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA HELENA VENÂNCIO SARRIÁ RODRIGUES**, matrícula n.º 32.561, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



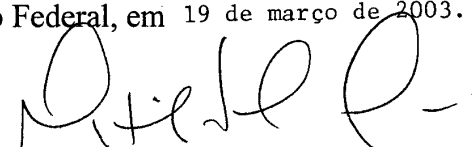
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2624 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005811/03-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDILSON MARCHIORI**, matrícula n.º 32.581, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



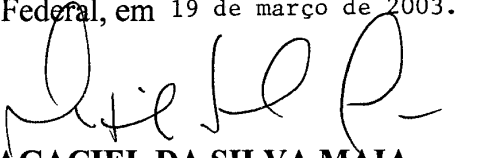
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2625 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005813/03-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BRAZ JÚNIOR BITENCOURT DELPUPO**, matrícula n.º 32.310, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



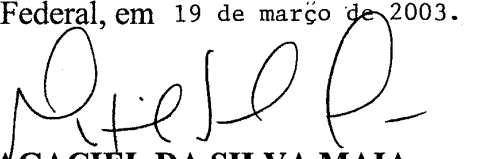
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2626 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005817/03-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADELSON JOSÉ GOMES DE SOUZA**, matrícula n.º 31.435, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



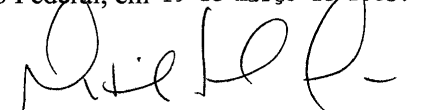
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2627 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005815/03-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO MATTOS JUNIOR**, matrícula n.º 32.329, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2628 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005615/03-8,

R E S O L V E exonerar **GLORIA RODRIGUES ALVES DE ASSIS**, matrícula n.º 32491, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2629 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005617/03-0,

R E S O L V E exonerar **LEONARDO MARÇAL REBELO DE SOUZA**, matrícula n.º 32519, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2630 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005618/03-7,

R E S O L V E exonerar **JANE CORDOVA ABRAHIM**, matrícula n.º 32521, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



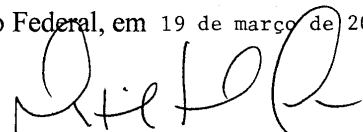
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2631 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005621/03-8 e 005622/03-4**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2095, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2703, de 25/02/2003 e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FREDERICO BOTELHO DE BARROS VIANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



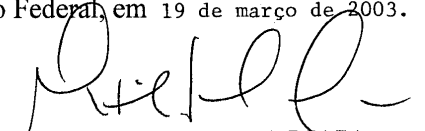
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2632 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005657/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAULIA NAZARE CASTRO COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2633, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005658/03-9**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2062, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S5, de 01/02/2003, que nomeou **ANTONIO COSTA FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

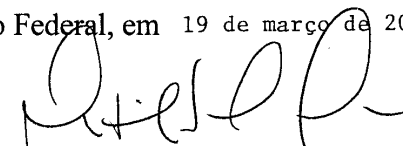

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2634 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005830/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GENIVAL CAVALCANTE MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.

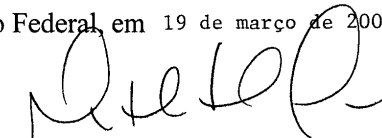

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2635 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005616/03-4,

R E S O L V E exonerar **FABIO ROGERIO FERREIRA SALES**, matrícula n.º 32492, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



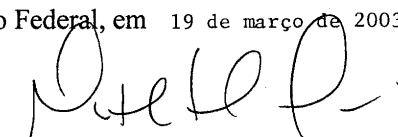
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2636 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005619/03-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1889, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2689/S, de 01/02/2003, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FLORÊNCIO LEONEL AIDAR PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2637 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004838/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor RODRIGO CARVALHO DE C. CAIADO, matrícula 3452, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 06 de março de 2003.

Senado Federal, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2638 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO ROBERTO DA CUNHA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 567, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **FÁBIO MONTEIRO SOBRAL**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 515, do Contrato nº. 03/2003, constante do processo da SEI nº 1190/02-4, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-SEI e a Empresa TECHNOLOGY SUPPLY INFORMÁTICA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2639 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO REGO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 491, para Gestor Titular, e, como substituto o servidor **PAULO DE MORAES NUNES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 521, do Contrato nº. 09/2003, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-SEI e a MISTER BIT INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretor-Geral, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2640 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 399, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 065, do Contrato nº. 15/2003, constante do processo da SEI nº 67/03-2, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-SEI e a Empresa CAFÉ FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

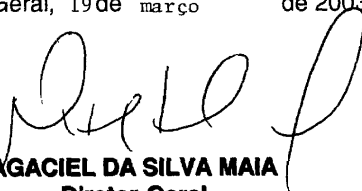
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2641 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **CUSTÓDIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 005, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 065, do Contrato nº. 17/2003, constante do processo da SEI nº 851/02-7, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-SEI e a Empresa PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2642 , DE 2003**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000376/03-5, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **MARIA TEREZINHA DE MELO PIMENTEL**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2643 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 065, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **CUSTÓDIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 005, do Contrato nº. 14/2003, constante do processo da SEI nº 64/03-3, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática-SEI e a Empresa AMMC COMÉRCIO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

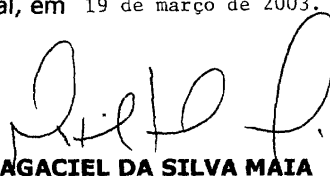
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2644 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005.252/03-2,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **EYMARD DE ALMEIDA MOUSINHO**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos termos do Art. 8.º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b", da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, com a vantagem prevista no art. 1.º da Res. 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2645 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004905/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁBIO VAZ DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2646 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **MARIO AUGUSTO DE QUEIROZ J. PEREIRA**, matrícula **3055**, da função comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria Administrativa, e designá-lo para exercer a função comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral.

Senado Federal, 19 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2647 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA SADIA BATISTA**, matrícula **2396**, da função comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, e designá-la para exercer a função comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Administrativa.

Senado Federal, 19 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloisa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

V:\Sgm\Sscisf\Conselho de Comunicação Social\ 2003 – Composição 07.03

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

- 01 - Comissão de Regionalização da Programação** (constituída na Reunião de 26/06/2002)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
 - Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- 02 - Comissão de Tecnologia Digital** (constituída na Reunião de 26/06/2002)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
 - Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
 - Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002
- 03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária** (constituída na Reunião de 02/09/2002)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
 - Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
 - Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- 04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão** (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
 - Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
 - Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Flávio Arns	PR	2402	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
Geraldo Mesquita Junior (PSB)	AC	10/8	1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.03.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 - 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4954)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEIDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4606)
CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta
Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.	Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
E-mail: sscomcae@senado.gov.br	

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.	
E-mail – sscomcas@senado.gov.br	
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery	

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Íris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n° 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobao
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
(vago)	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes
Reuniões: Terças-feiras às 11:30 horas.	Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
E-mail: julioric@senado.gov.br	

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	
Reuniões: Quartas-Feiras às 11:00 horas.	Secretário: José Francisco B. de Carvalho
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br	

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roscane Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: marindul@senado.br.

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloisa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.	Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
E-mail: luciamel@senado.gov.br	

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) ¹
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti
Reuniões: Terças-Feiras Às 14:00 Horas.	Secretário: Celso Parente
E-mail: cantony@senado.gov.br	

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	FAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB		
Senador Papaléo Paes ¹	AP	3253
PSB		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 12.3.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 218 PÁGINAS